

**Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E SUAS RELAÇÕES COM  
A EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

**Criciúma, SC**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Juliana Fortuna

**O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E SUAS RELAÇÕES COM  
A EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense – UNESC, para obtenção do grau de mestre.

Orientação do Professor Dr. Paulo Rômulo de Oliveira Frota.

**Criciúma, SC**

**2009**

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO  
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

**“Acessibilidade: Educação e Cidadania”**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 18/12/2009:**



Prof. Dr. Paulo Rômulo de Oliveira Frota (Presidente e Orientador)



Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes (Membro – UNESC)

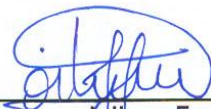


Profa. Dra. Fátima Elizabeti Marcomim (Membro – UNISUL)



Profa. Dra. Maristela Gonçalves Giassi (Suplente – UNESC)

Prof. Dr. Ademir Damazio  
Coordenador do PPGE-UNESC



Juliana Fortuna  
Mestranda

Criciúma, SC, dezembro de 2009.

**FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F745c Fortuna, Juliana.

O conceito de acessibilidade e suas relações com a educação e cidadania. / Juliana Fortuna; orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota. – Criciúma : Ed. do Autor, 2009.

178 f. : il ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma (SC), 2009.

1. Deficientes – Aspectos sociais. 2. Deficientes - Aspectos educacionais. 3. Educação. 4. Cidadania. I. Título.

Bibliotecária Eliziane de Lucca – CRB 1101/14<sup>a</sup> -

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Ivo e Maria Inês, pelo incentivo, confiança e amor incondicional. A todos os fisioterapeutas que se dedicam à pesquisa na área de ergonomia e acessibilidade. A todos aqueles que abraçaram a missão maravilhosa que é ser educador. A todas as pessoas independentes da profissão, credo, etnia ou sexo que lutam para que todo ser humano seja tratado com igualdade de direitos em nossa sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas foram às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

A Deus, pai onipotente que nos deu o dom da vida.

Aos meus pais que dedicaram suas vidas para me educar e amar.

Aos meus colegas de curso que com suas contribuições enriqueceram e alegraram os nossos encontros.

Ao professor Dr. Paulo Rômulo de Oliveira Frota.

A todos os professores que passaram pelas mais diversas disciplinas neste período de estudos.

A professora Liziane Fabris Chiumento coordenadora do curso de fisioterapia que permitiu que a pesquisa fosse realizada no referido curso.

A professora Ariete que auxiliou na organização das entrevistas na Clínica de Fisioterapia da Unesc.

Aos alunos da 10<sup>a</sup> fase do curso de fisioterapia do primeiro semestre de 2008 que aceitaram o desafio de expor suas opiniões e saberes.

A Dani pela força nesses meses finais da dissertação.

A minha amiga Tatiane Gomes Nazário pelas sugestões, orientações, dicas, correção da metodologia e principalmente pelo ombro amigo.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)



## RESUMO

O presente estudo tem como problema de pesquisa levantar em que estágio de desenvolvimento se encontra o conceito de acessibilidade apropriado pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Unesc, e, como objetivos, analisar o conceito de acessibilidade internalizado pelos alunos do curso de Fisioterapia da Unesc, em função da tipologia conceitual do referencial histórico-cultural; elencar as contribuições das disciplinas cursadas para a formação dos conceitos de acessibilidade; classificar os conceitos de acessibilidade emitidos pelos alunos do curso de Fisioterapia da Unesc; discutir as relações entre acessibilidade, cidadania e educação. Para tanto se adotou o método de pesquisa qualitativa e exploratória, na qual a unidade de pesquisa é o curso de Fisioterapia da Unesc, e os sujeitos de pesquisa são os alunos da 10ª fase do curso de Fisioterapia do segundo semestre de 2008. Foram entrevistados 26 acadêmicos de um total de 30. Os dados do presente estudo foram coletados em junho de 2008, na Clínica de Fisioterapia, por meio de entrevista semiestruturada, contendo cinco questões. Os dados foram analisados de modo qualitativo por meio da análise de conteúdo. Tal método teve como função principal, neste estudo, identificar o grau de elaboração e as relações entre conceitos, a partir dos conceitos formulados pelos entrevistados. Para proceder à análise, elaboraram-se três quadros nos quais foram inseridas as categorias a serem analisadas, utilizadas na interpretação das verbalizações, a fim de verificar em que nível se encontrava o conceito de acessibilidade internalizado pelos acadêmicos: científico, transitório ou cotidiano. Nove estudantes possuem o conceito científico de acessibilidade, quatro estudantes estão no conceito de transição e 13 estudantes, ainda, possuem conceito cotidiano. A preocupação do presente estudo foi além da formação do conceito científico de acessibilidade, pois pretendeu descobrir se os formandos de Fisioterapia conseguiam entender a relação existente entre acessibilidade, educação e cidadania. Entre os sujeitos entrevistados, apenas oito responderam qual disciplina estabelecia relação com a acessibilidade (ergonomia) e apenas sete conseguiram expressar uma definição aproximada de cidadania, estabelecendo uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Educação. Cidadania.

## ABSTRACT

According to most of laws or world treaties between nations, every human being's life has a great value. So, it deserves to be respected and defeated no matter gender, age, origin or mental and physical disabilities. It is an obligation of public services offering similar opportunities in order to people be autonomous and have access to every urban place and equipments; the concretization of a universal design should be their goal. It would be necessary that cities offered conditions so that all people could use, in an independent way and in equality, the built environment. The thinking towards to a promotion of accessibility is related directly to citizenship and education. Citizenship is shown through every day by day attitude, involving awareness of belonging to society and being responsible to collective questions associated to it. Education is the basis of human development. Social and political changes cannot work if they are not connected to educational process. Well instructed people don't allow others to subjugate or deceive them in their citizen rights. The man by Vygotsky is social-historical and it is made through dialectical relationships. Throughout interaction with members of society and the environment around it, an individual acquires elements to build up itself psychologically. This process is consummated by internalization of cultural frameworks, as built concepts in any person's psyche. Then, this study aims at classifying the internalized concept of accessibility by physiotherapy students of UNESC, linked to quotidian and scientific concepts stated by historical-cultural theory. Qualitative and exploratory research method was used, where: the place is the physiotherapy course of UNESC and the subjects are students from tenth phase of second semester - 2008. Twenty-six students were interviewed from a sum of thirty. Data for this study were collected in June of 2008, at Physiotherapy clinic, through semi-structured interview, with five questions concerned to the goals of the research. Data were analyzed qualitatively through keywords analysis. The main point of such method was to identify the level of elaboration and the relation of concepts by the interviewed ones. To analysis, a scheme was created in which categories were placed and they were used to interpret verbalizations, in order to verify if the internalized concept of accessibility, told by Physiotherapy students, was stated in the scientific, transitory or quotidian level. Among the twenty-six interviewed students, nine have a scientific concept of accessibility, four of them have a transitory concept and thirteen, yet, have a quotidian concept.

**Keywords:** Accessibility. Education. Citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Símbolo Internacional de acceso.....	27
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proporção da população residente portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, motora, auditiva, mental e física) por grandes grupos de idade.....	18
Quadro 2 – Número de deficiências detectadas na população brasileira .....	30
Quadro 3 – Algumas definições de análise de conteúdo .....	65
Quadro 4 – Categorias de análise .....	66
Quadro 5 – Atributos Essenciais do Conceito Científico de Acessibilidade .....	67
Quadro 6 – Atributos essenciais ao conceito de cidadania.....	68
Quadro 7 – Atributos essenciais ao conceito de educação .....	69
Quadro 8 – O conceito de acessibilidade dos alunos do curso de Fisioterapia. ....	73
Quadro 9 – Fala do entrevistado 7, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	75
Quadro 10 – Fala do entrevistado 6, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	77
Quadro 11 – Fala do entrevistado 8, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	78
Quadro 12 – Fala do entrevistado 11, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	80
Quadro 13 – Fala do entrevistado 12, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	82
Quadro 14 – Fala do entrevistado 15, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	83
Quadro 15 – Fala do entrevistado 16, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	85
Quadro 16 – Fala do entrevistado 18, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	86
Quadro 17 – Fala do entrevistado 20, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	87
Quadro 18 - Fala do entrevistado 1, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	90
Quadro 19 – Fala do entrevistado 10, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	92

Quadro 20 – Fala do entrevistado 17, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	93
Quadro 21 – Fala do entrevistado 26, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).....	95
Quadro 22 – Fala dos entrevistados 13, 2, 23 e 24, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Definem o termo acessibilidade como: de fácil acesso e se referem aos deficientes físicos.....	97
Quadro 23 – Fala dos entrevistados 3 e 21, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Definem o termo acessibilidade como: acesso a informação.....	98
Quadro 24 – Fala dos entrevistados 5 e 9, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeitos que fugiram do tema. ....	98
Quadro 25 – Fala do entrevistado 4, classificado no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeitos que confundiram acessibilidade com deficiência física. ....	99
Quadro 26 – Fala do entrevistado 14, classificado no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeito que não soube conceituar acessibilidade. ....	99
Quadro 27 – Fala dos entrevistados 2, 13, 9, 4 e 5, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 3). Consideram o campus um lugar acessível.....	100
Quadro 28 – Fala dos entrevistados 23 e 24, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 3). Percebem alguns problemas de acessibilidade enquanto desconsideram outros.....	102
Quadro 29 – Fala dos entrevistados 21, 14, 4, 3, 9 e 5, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 5). Percebem o trajeto do terminal até a clínica de fisioterapia como único problema de acessibilidade no campus. ....	103
Quadro 30 – A contribuição da disciplina cursada para o conceito de acessibilidade.....	106
Quadro 31 – Falas dos oito entrevistados (6, 10, 12, 15, 2, 23, 19, e 9) referentes à pergunta 2 que obtiveram contribuição da disciplina na formação do conceito de acessibilidade. ....	107
Quadro 32 – Falas dos seis entrevistados 11, 16, 18, 20, referentes à pergunta 2, que obtiveram contribuição parcial da disciplina na formação do conceito de acessibilidade. ....	112
Quadro 33 – Exemplos das falas dos 12 entrevistados (24, 7, 8, 1, 5...), referentes à pergunta 2, que não obtiveram contribuição da disciplina na formação do conceito de acessibilidade. ....	115
Quadro 34 – Exemplos das definições de cidadania dos entrevistados.....	117
Quadro 35 – Fala dos entrevistados 6, 3, 8, 12, 16, 15 e 18, referente à pergunta 4, que mais	

atributos trouxeram aos conceitos de cidadania arrolados para esta pesquisa. ....	118
Quadro 36 – Fala dos entrevistados 7, 19 e 21, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como união do povo em prol de um objetivo em comum. ....	120
Quadro 37 – Fala do entrevistado 9, referente à pergunta 4, que entendia cidadania como estar consciente dos acontecimentos sociais. ....	121
Quadro 38 – Fala dos entrevistados 11, 13, 14, 20, 23, 1 e 2, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como o ato de ajudar o outro. ....	122
Quadro 39 – Fala dos entrevistados 4 e 26, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como viver dentro de uma comunidade. ....	124
Quadro 40 – Fala dos entrevistados 10 e 17, referente à pergunta 4, que não têm uma opinião formada sobre o conceito de cidadania ....	125
Quadro 41 – A relação entre cidadania e educação dos alunos do curso de Fisioterapia. ....	126
Quadro 42 – Fala dos entrevistados 6, 9, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 24, 26, referente à pergunta 4, que relacionam a educação a um meio de auxiliar o sujeito a adquirir consciência crítica e social. ....	127
Quadro 43 – Fala dos entrevistados 2, 1, 3 e 13, referente à pergunta 4, que dizem ser essencial para a construção de um cidadão a educação formal. ....	131
Quadro 44 – Fala dos entrevistados 7, 4, 8, 14, 15, 21, 23, referente à pergunta 4, que cometeram equívocos ao correlacionar cidadania e educação. ....	132
Quadro 45 – A relação entre cidadania e educação dos alunos do curso de Fisioterapia. ....	136
Quadro 46 – Fala dos entrevistados 6, 8, 9, 16, 18, 19, 20, referente à pergunta 4, que fazem uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania. ....	136
Quadro 47 – Fala dos entrevistados 6, 8, 9, 16, 18, 19, 20, 10, 11, 4, 21, 26 e 24, referente à pergunta 4, os quais não fazem uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania. ....	138
Quadro 48 – Exemplo das falas dos entrevistados, referente à pergunta 4, que não fazem relação entre cidadania e acessibilidade (sujeitos 1, 3 e 15). ....	140

## **LISTA DE SIGLAS**

ICIDH – International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

ZDP – Zona de desenvolvimento proximal

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CREFITO – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

NBR – Norma Brasileira

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABERGO – Associação Brasileira de Ergonomia

PPP – Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Problema de Pesquisa.....</b>	<b>21</b>
1.1.1 Questões Norteadoras .....	21
<b>1.2 Objetivo Geral .....</b>	<b>21</b>
1.2.1 Objetivos Específicos .....	22
<b>1.3 Organização do Trabalho .....</b>	<b>22</b>
<b>2 A ACESSIBILIDADE E SUAS INTERFACES .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Acessibilidade.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Desenho Universal .....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Ergonomia .....</b>	<b>27</b>
<b>2.4 Deficiência, Incapacidade e Desvantagem.....</b>	<b>29</b>
<b>2.5 Barreiras de Acessibilidade .....</b>	<b>32</b>
<b>3 CIDADANIA .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 Educação para a Cidadania ou Educação Comprometida com a Cidadania? .....</b>	<b>39</b>
<b>4 A FORMAÇÃO DE CONCEITOS NA TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA .....</b>	<b>47</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>60</b>
<b>5.1 Natureza da Pesquisa .....</b>	<b>60</b>
<b>5.2 Unidade de Pesquisa.....</b>	<b>61</b>
<b>5.3 Delimitação da Amostra.....</b>	<b>62</b>
<b>5.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....</b>	<b>63</b>
<b>5.5 Análise dos Dados .....</b>	<b>64</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>71</b>
<b>6.1 Acessibilidade.....</b>	<b>72</b>
6.1.1 Nível Conceitual Científico de Acessibilidade.....	74
6.1.2 Nível Conceitual Transitório de Acessibilidade.....	89
6.1.3 Nível Conceitual Cotidiano de Acessibilidade .....	96
6.1.3.1 Pergunta número 1 .....	97
6.1.3.2 Pergunta número 3.....	100
6.1.3.3 Pergunta número 5.....	103
<b>6.2 Educação .....</b>	<b>105</b>
6.2.1 Pergunta 2.....	107



<b>6.3 Cidadania .....</b>	<b>116</b>
6.3.1 Relação entre Cidadania e Educação .....	125
6.3.2 Relação Entre Cidadania e Acessibilidade .....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Toda forma de marginalização é repugnante. Os homens são iguais em sua natureza, mas não conseguem obter os mesmos benefícios diante de uma sociedade que julga e condena todos os incapazes de se enquadrar nas normas da ordem vigente.

A vida de todo ser humano merece ser defendida e respeitada, independentemente de sexo, idade, origem étnica ou da existência de deficiências físicas ou mentais. A missão precípua de todos os povos é a sua preservação. Para tanto, precisam lutar por uma sociedade aberta a todos, que estimule a participação de cada ser, aprecie as diferentes experiências humanas e reconheça o potencial de todo cidadão, homem ou mulher. Essa sociedade seria denominada inclusiva e teria como objetivo principal: oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada.

Porém, às vezes, pessoas consideradas diferentes são continuamente marginalizadas na sociedade e, muitas vezes, completamente excluídas do processo produtivo. Precisa-se de uma nova ordem social a fim de incluir todos nos processos de desenvolvimento das comunidades. Um sujeito excluído (...) é aquele que está completamente fora e não participa ou interfere no processo do qual foi excluído, como, por exemplo, o mercado (WILD, 2007). No caso das pessoas com deficiência, o conceito de exclusão não se aplica completamente em relação à sociedade, visto que nenhum sujeito deixa de interferir nela de algum modo, assim, o deficiente faz parte dessa sociedade mesmo sendo considerado, por alguns, um estorvo.

Tais fatos podem ser verificados quando se observam, atentamente, as cidades e suas rotinas. Elas não têm sido construídas para todos os sujeitos que nela habitam, até mesmo, por terem sido edificadas em um passado desatento no tocante à inclusão de uma parcela da população e no qual uma pessoa com deficiência física era considerada um aleijado, improdutivo, relegado, excluído, enfim, uma espécie de fardo para a sociedade.

Tomando como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios que estão colocados para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea. (JACOBI, 2003, p. 2).

Ao se pensar nas cidades grandes da atualidade, podem-se aquilatar as dificuldades que enfrentam suas populações ao se movimentarem, diuturnamente, em função do trabalho, do mercado ou do lazer.

Se se procurar as origens da crise urbana e, por conseguinte, da crise ambiental atuais, ter-se-á que procurar as causas e o período em que começaram a se dissolver os antigos limites da cidade e as mudanças socioculturais que acompanharam essa dissolução (FRANCO, 2001, p. 19).

As cidades brasileiras de médio porte, inclusive Criciúma, já poderiam iniciar as modificações de que necessitam para a prática da cidadania. Pode-se indagar, então: Quais são os problemas gerados por tal cidade construída nesse modelo evidente de desenvolvimento? Sem dúvida, poder-se-ia responder sem refletir excessivamente: Inúmeros, desde a falta de lugares para convivência, excesso de carros, especulação imobiliária desmedida, falta de acessibilidade nas ruas e nos estabelecimentos, entre outras coisas.

A última questão merece maior cuidado por integrar o objeto de estudo desta pesquisa. Deve-se pensar, então, em uma cidade sob a perspectiva da sustentabilidade:

Sob a perspectiva ecológica portanto, a sustentabilidade se assenta em três princípios fundamentais: a conservação dos sistemas ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade; a garantia da sustentabilidade dos usos que utilizam recursos renováveis e o manter as ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores. O conceito de desenvolvimento sustentável é portanto muito complexo e controvertido, uma vez que para ser implantado exige mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir, consumir, etc. (FRANCO, 2001, p. 26).

Acessibilidade é a resposta física às perguntas: “Como posso chegar até o prédio X?”, “Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio Y?”, “Como me movimentar entre pisos e entrar nos cômodos?”, “Como utilizar as instalações do banheiro?”, “Como sentar no ônibus, sem a observância da lei dos obesos?”, “Como pagar os impostos no banco em fila única, mesmo sendo paraplégico?”, “Sou cego, como me locomover neste quarteirão?”, entre outras. Questões como estas fazem parte dos dissabores de uma grande parcela da população produtiva.

Embora ainda seja pouco valorizada por algumas pessoas, a acessibilidade é, atualmente, uma temática muito discutida. Bittencourt et al (2004) realizaram uma pesquisa para analisar as vias de acesso aos edifícios existentes em um dos Campi da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), evidenciando as principais barreiras encontradas ao direito de ir e vir dos portadores de necessidades especiais. Também, a Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (Seacis) de Porto Alegre desenvolveu, em 2007, uma cartilha, distribuída a toda a população, com o propósito de orientar e possibilitar a todos um melhor entendimento dessa realidade, bem como a aplicabilidade e as implicações envolvidas nesse processo.

Outra experiência relevante, na área de acessibilidade, é a desenvolvida pelo Núcleo Pró-Acesso da UFRJ (Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto em Acessibilidade e Desenho Universal). Nessa universidade, existe uma equipe de professores que pesquisa sobre acessibilidade e desenho universal no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, da FAU/UFRJ. Tais estudos geraram uma disciplina específica sobre acessibilidade e desenho universal (métodos e técnicas de projeto inclusivo) no curso de graduação em Arquitetura. Desde 2001, desenvolvem, junto aos alunos, uma metodologia de ensino dinâmica que remete à prática projetual. Durante as aulas, os alunos são convidados a efetuar croquis de espaços. Inicialmente, a visão sobre acessibilidade gira em torno da incorporação de elementos que atendam às dificuldades de locomoção de cadeirantes. Em seguida, eles são convidados a se colocar no lugar de pessoas com determinados tipos de dificuldades para experimentar o espaço. Nesse momento, eles utilizam os espaços andando em cadeiras de rodas, vendando os olhos, usando tampões de ouvido, etc., (DUARTE; COHEN, 2003). Segundo esses autores, a partir dessa experiência, os acadêmicos ampliam sua visão a respeito das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. E, assim, passam a visualizar melhor essas dificuldades por terem sentido “na pele” seus efeitos:

Geralmente, as principais barreiras físicas catalogadas pelos alunos são: escadarias, falta de vagas especiais, pavimentação irregular; balcões demasiadamente altos; laboratórios de informática desprovidos de programas de sintetizador de voz ou lupa eletrônica para permitir consultas a livros por deficientes visuais; bibliotecas dispostas de sistema de fichas dispostas em prateleiras altas demais; alarmes contra incêndio sonoros e jamais visuais; salas de aula sem condições físicas para acolher pessoas portadoras de deficiência (sejam estudantes ou docentes); elevadores sem sinalização sonora que avise ao cego o andar a que chegou; salas de aula pouco iluminadas impedindo que uma pessoa surda faça leitura labial durante as aulas, etc. (DUARTE; COHEN, 2003, p. 10).

De acordo com os mesmos, a intenção dessa disciplina é sensibilizar o aluno sobre as necessidades espaciais da diversidade humana, para que, em suas profissões, eles criem projetos de arquitetura que favoreçam a integração de todos nos espaços construídos. Tal experiência tem surtido bons resultados, visto que os alunos começam a compreender que cada deficiência necessita de uma especificidade arquitetônica diferente e que elas precisam interagir entre si e se completar. Outra questão levantada por eles nessa experiência didática refere-se às questões psicossociais que acompanham a falta de acessibilidade. Com a vivência concreta da experiência, os alunos sentem frustração, vergonha, medo, insegurança e a mesma falta de autonomia que as pessoas com deficiência ou dificuldades de mobilidade enfrentam diariamente.

Alguns exemplos dessas impressões enumeradas pelos alunos são: a sensação de impotência ao não conseguir frequentar determinados espaços acadêmicos; a vergonha de pedir ajuda quando necessária; a sensação de um deficiente visual ficar perdido em espaços amplos e abertos; o cansaço gerado para percorrer superfícies mal pavimentadas; o constante medo de cair; a frustração por não conseguir visualizar objetos situados em estantes muito altas ou sobre balcões, como na disposição dos livros em bibliotecas, o medo por não conseguir ouvir alarmes de incêndio e a sensação de exclusão quando não se ouve o que estão falando ao seu redor; a revolta pela reação das pessoas que muitas vezes assumem atitudes de piedade, e a sensação de que estão sendo apontados por serem diferentes (DUARTE; COHEN, 2003, p. 10).

Tal diferença não é uma realidade tão incomum como se poderia pensar, segundo o IBGE, no ano de 2000, foi contabilizado o número de 24,6 milhões de portadores de deficiências, o correspondente a 14,5% da população brasileira, que era, na época, de 169,8 milhões. Atualmente, atinge a marca de 183,9 milhões de habitantes, dado que induz ao aumento, também, do número de pessoas com deficiência.

Apesar de esses dados serem extremamente importantes, no que concerne à questão da acessibilidade, são incompletos porque deixam de inserir um grande número de pessoas com características especiais que, comumente, não se encontram em nenhuma estimativa. Nesse grupo, estão inseridos os idosos, as crianças, os temporariamente afetados e as mulheres grávidas que apresentam dificuldades por se encontrarem em situação de desvantagem em relação aos demais indivíduos.

Não há como criar uma cidade para um homem padrão. Conforme argumentam Duarte e Cohen (2003, p. 3-4):

[...] a espécie humana não pode ser reduzida a uma medida-padrão e, por conseguinte, toda a arquitetura que se voltar unicamente para a standardização das proporções estará fadada a gerar espaços segregadores. Pessoas com dificuldade de locomoção, idosos, portadores de deficiência, pessoas obesas, gestantes, deficientes visuais, pessoas de baixa ou alta estatura entre outros, representam um grande contingente humano que tem, nos últimos anos, lutado contra as desigualdades de acesso físico no meio edificado.

A desvantagem existe em função da relação entre pessoas incapacitadas e seus ambientes. Ocorre quando as ditas pessoas enfrentam barreiras culturais, físicas ou sociais que as impedem de ter acesso aos diversos sistemas da sociedade à disposição dos demais cidadãos. Outra questão importante a se destacar é o fato de que a proporção de pessoas com deficiência aumenta com a idade.

**Quadro 1 – Proporção da população residente portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, motora, auditiva, mental e física) por grandes grupos de idade.**

Grandes Regiões	Proporção da população residente portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas por grandes grupos de idade (%)			
	Total	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
<b>Brasil</b>	14,5	4,3	15,6	54,0
<b>Norte</b>	14,7	4,6	18,1	63,2
<b>Nordeste</b>	16,8	5,2	18,7	62,3
<b>Sudeste</b>	13,1	3,7	13,5	48,0
<b>Sul</b>	14,3	3,7	15,1	53,5
<b>Centro-Oeste</b>	13,9	4,4	15,5	56,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Segundo os dados do IBGE (2000), a tendência do Brasil ao crescente envelhecimento da população passará de 15 milhões para 26 milhões em 2020, assim, considerando tal crescimento, o número de pessoas com deficiência e/ou desvantagem tende a aumentar também. Esse dado deveria ser levado em consideração no momento do planejamento urbano das cidades, pois o envelhecimento da população é uma realidade que afetará o modo de vida de todos.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1993).

Leis existem, mas o seu cumprimento demanda mais do governo e dos profissionais do que temos presenciado até o momento em nossas cidades. O indivíduo considerado diferente, seja de qualquer tipo, está, cada vez mais, sem acesso. As crianças já não podem brincar nas ruas e calçadas por conta da violência urbana. Os idosos não possuem atividades condizentes com sua faixa etária, por terem trabalhado tempo suficiente, quando aposentados, deveriam desfrutar de atividades que lhes proporcionassem prazer, ao invés de permanecerem limitados em seu direito de ir e vir porque o lugar onde vivem não lhes oferece o mínimo de acesso aos bens públicos.

Todo profissional deve usar seu ofício para seu próprio aprimoramento e, ainda, para o bem de toda a sociedade. Contudo, alguns profissionais são mais afeitos aos problemas da acessibilidade e da melhoria da condição de vida: os encarregados de obras públicas, responsáveis pelo planejamento e execução dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, os

arquitetos, os engenheiros, os designers, enfim, todos os profissionais que atuam diretamente na construção dos mais variados ambientes e espaços urbanos, seja uma calçada, uma estrada, um edifício ou uma praça.

A discussão, talvez, seja acerca do conhecimento adequado que o arquiteto deve ter e, ainda, no que ele poderá fazer caso não disponha do conhecimento apropriado para incorporar a uma obra os materiais e a configuração capazes de atender a todos de maneira igualitária. Deve-se pensar na formação desse arquiteto que não obteve o conhecimento adequado durante a graduação. Talvez não seja a função de um arquiteto deter todo o conhecimento sobre acessibilidade, mas, com certeza, é dever dele respeitar a cidadania de todos.

Mas se não é função do arquiteto, de quem seria? Qual ou quais profissionais teriam responsabilidade com relação à acessibilidade? Poder-se-ia elencar e discorrer sobre a grande maioria dos profissionais ou mesmo leigos que, enquanto usuários, também possuem responsabilidade política pelos espaços da cidade. No entanto, o presente estudo se absterá dessa discussão e tratará, especificamente, do fisioterapeuta.

Conforme o Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, aprovado pela resolução nº 10 do Coffito em 03/07/78, “O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional prestam assistência ao homem, participando da promoção, do tratamento e da recuperação de sua saúde” (COFFITO, 1978b, p. 63); e têm, dentre suas atribuições regulamentadas por meio das normas para habilitação ao exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, aprovada pela Resolução nº 8 do Coffito de 20/02/78, “o planejamento, a programação, a ordenação, a coordenação, a execução e a supervisão de métodos e técnicas fisioterápicos e/ou terapêuticos ocupacionais que visem à saúde nos níveis de prevenção primária, secundária e terciária” (COFFITO, 1978a, p. 22-23).

Enquanto profissional da saúde, o indivíduo atende a população muito mais em nível curativo que preventivo. Suas atribuições, embora devam servir para melhorar a qualidade de vida das pessoas antes de serem acometidas por doenças ou dificuldades, tendem a tratar patologias já instaladas. Esse é um dos motivos do estranhamento quando se atribui grande responsabilidade desse profissional dentre os “fazedores” da cidade e dos ambientes construídos. Quem melhor que o fisioterapeuta para conhecer as limitações do corpo humano e as dificuldades físicas nos movimentos de pessoas com deficiências? E quem melhor que ele para discutir e avaliar o quanto um projeto arquitetônico ou urbanístico atenderá as pessoas, independentemente de suas dificuldades ou limitações nos movimentos?

Contudo, tais profissionais também precisam estar conscientes dessa atribuição, incorporar, em suas formações, a responsabilidade perante os ambientes da cidade e entender a acessibilidade como uma atuação fisioterapêutica importante na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tanto, o fisioterapeuta deve mostrar, para o mercado de trabalho, a sua importância e procurar abrir espaço em áreas de predominância dos profissionais que, tradicionalmente, lidam com os ambientes e suas construções.

A universidade está inserida nesse contexto e não pode se eximir da responsabilidade na formação de um profissional consciente de seu papel perante a sociedade e, mais especificamente, perante a construção dos espaços e estabelecimentos da cidade. A mudança deve partir de dentro do campus universitário. A Unesc tem como missão "Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida" (UNESCO, 2009). A missão é muito importante para definir os rumos da instituição e seus preceitos pedagógicos:

A missão é o que define a coerência entre o que se acredita e o que se realiza; é o fio invisível que conduz cada passo; que une cada ato do cotidiano com o bem maior que se busca. A missão é o espírito que molda o caráter e condiciona a conduta institucional. A missão é a alma da instituição (UNESCO, 2009).

Uma universidade preocupada com seu aspecto físico no intuito de receber, de forma igualitária, alunos e frequentadores, também deve se preocupar com um ensino voltado à melhoria da sociedade. Os cursos universitários não estão isolados dentro do campus, eles exercem um poder e um direcionamento na vida da cidade onde estão instalados. Cursos voltados para o desenvolvimento social deveriam gerar profissionais com a mesma mentalidade.

Do ponto de vista ecológico, onde todas as coisas interdependem e se inter-relacionam, o conceito expresso na Missão da Unesc é unitário, não se desmembra. Afinal, desenvolvimento, tal como entendemos, subentende uma atenção especial com o meio ambiente e deve ser apenas um processo de elevação dos níveis de qualidade de vida. Da mesma forma, qualidade do ambiente de vida traz embutido o fator desenvolvimento, tal como é aqui concebido (UNESCO, 2009).

Na Unesc, há vários cursos, cujo currículo, em algum momento, se preocupa com os espaços da cidade e a adequação das construções aos seus usuários. Acredita-se que em tais cursos deveria haver momentos reservados a discussões acerca da acessibilidade bem como da melhor maneira de alcançá-la, fornecendo pistas para o futuro profissional formado. Especificamente no curso de Fisioterapia, os acadêmicos cursam a disciplina de ergonomia e



fisioterapia do trabalho, que fornece subsídios que os auxiliam na formação de uma mentalidade unitária, ou seja, os conceitos científicos sobre acessibilidade, adquiridos por meio da educação, devem levá-los a desenvolver a sua função profissional voltada para a melhoria da qualidade de vida e, por conseguinte, do ambiente de vida da população.

## **1.1 Problema de Pesquisa**

Qual o conceito de acessibilidade internalizado por alunos do curso de Fisioterapia da Unesc em função dos conceitos científicos e cotidianos expressos pelo referencial histórico-cultural e quais as relações entre acessibilidade, cidadania e educação?

### **1.1.1 Questões Norteadoras**

- Qual o conceito de acessibilidade que os acadêmicos do curso de Fisioterapia internalizaram ao longo de sua graduação?
- Qual a contribuição das disciplinas ministradas e da prática acadêmica para a formação do conceito de acessibilidade?
- Como se relacionam acessibilidade, cidadania e educação?

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar o conceito de acessibilidade internalizado por alunos do curso de Fisioterapia da Unesc em função dos conceitos científicos e cotidianos expressos pelo referencial histórico-cultural.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

- Arrolar as contribuições das disciplinas cursadas para a formação dos conceitos de acessibilidade;
- Classificar os conceitos de acessibilidade emitidos pelos alunos do curso de Fisioterapia da Unesc;
- Discutir as relações entre acessibilidade, cidadania e educação.

### 1.3 Organização do Trabalho

Nesse momento, passa-se a descrever a organização do presente documento, o qual compreende cinco capítulos. O primeiro deles trata da acessibilidade e seus desdobramentos. No segundo, aborda-se a questão da cidadania e suas interfaces com a educação e a fisioterapia. O terceiro apresenta a formação de conceitos segundo a teoria sócio-histórica de Vygotsky, discorre sobre os pressupostos orientadores do processo de formação e desenvolvimento dos conceitos cotidianos ou espontâneos e os científicos e o processo de internalização. No quarto, encontram-se os procedimentos metodológicos. E no último, encontram-se a análise e a discussão dos resultados da pesquisa de campo realizada com os acadêmicos da 10ª fase do curso de Fisioterapia da Unesc.

No desenvolvimento da referida pesquisa, elegeu-se como universo a população de formandos do curso de Fisioterapia da Unesc. Em virtude de problemas particulares relacionados a alguns formandos e ocorridos nos dias disponibilizados pelo departamento para as entrevistas, foram pesquisados, efetivamente, 26 acadêmicos. A coleta de dados da pesquisa aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas. E a verificação dos dados se processou pelo método de análise de conteúdo, segundo categorias elencadas a priori.

## 2 A ACESSIBILIDADE E SUAS INTERFACES

### 2.1 Acessibilidade

No dicionário de língua portuguesa, encontra-se o termo acessibilidade enquanto “[...] qualidade ou caráter de acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção; a que se pode chegar; de acesso fácil” (FERREIRA, 1985, p. 26).

Da concepção de Ferreira (1985), pode-se refletir que a acessibilidade é, portanto, o critério que determina se os elementos do ambiente construído, como parques, casas e prédios, podem ser utilizados com segurança e autonomia, sem que haja necessidade do conhecimento prévio destes.

A Norma NBR 9050 (ABNT, 2004, p. 2) afirma que a acessibilidade é a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Segundo tal conceito, não basta possibilitar que um sujeito perceba, entenda e alcance determinado ambiente construído ou mobiliário, ele precisa ter condições para isso. Não é suficiente que o indivíduo utilize determinado equipamento urbano, é preciso que o uso independa de auxílio e seja cercado de segurança. A norma não aborda, explicitamente, a quem se dirige, mas, desse modo, pode ser compreendida como válida para todos, assim, qualquer pessoa pode ser o sujeito contemplado no conceito da NBR.

Tal abordagem vem ao encontro do conceito de acessibilidade descrito por Mazzoni et al (2001), pois, para eles, a acessibilidade seria a própria definição de desenho universal, ou seja, a concepção do acesso desde a criação do produto ou ambiente, sendo que “um produto ou sistema projetado sob o conceito de desenho para todos incorpora características que, além de permitir a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, tornam o seu uso muito mais fácil e confortável para todos os usuários” (MAZZONI et al, 2001, p. 28). Os autores afirmam, ainda, que a acessibilidade não deve ser concebida para criar ambientes separados, próprios para o uso exclusivo de pessoas portadoras de deficiência, deve-se, no entanto, “[...] desde o projeto, pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos” (MAZZONI et al, 2001, p. 28). Afinal, o “conceito de acesso propõe a imersão do sujeito no ambiente e não apenas uma ponte para acesso a ele” (BARANAUKAS; MANTOAN, 2001, p. 22).

Não há como criar um projeto acessível a todos, baseado no tipo de visão explanada anteriormente. O pano de fundo do conceito científico de acessibilidade permite inferir que qualquer pessoa deve sentir-se contemplada na utilização de equipamentos e ambientes sem, no entanto, perceber-se como um ícone no processo, pois as suas necessidades de mobilidade estão atendidas e incorporadas ao espaço, de tal modo que não são vistas, particularmente, em um projeto, mas no todo. A acessibilidade, portanto, pode ser considerada como “uma medida do esforço para vencer uma separação espacial, para que o indivíduo ou grupo de indivíduos possa exercer suas atividades, de acordo com as oportunidades apresentadas” (RAIA JR et al, 1997, p. 998).

A sociedade acessível garante qualidade de vida para todos; portanto, é um compromisso que deve ser assumido por todos nós, em nossas respectivas esferas de ação e influência. Como diz um site português sobre acessibilidade: ‘Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna a vida mais fácil. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna a vida possível’ (MOURÃO; PEREIRA; VITAL, 2009, p. 63)

De uma forma ou outra, os conceitos destacados de acessibilidade possuem um conjunto de características convergentes, levando a uma série de elementos indispensáveis na definição de um conceito de acessibilidade. Por conseguinte, pode-se afirmar que um espaço, uma edificação, um equipamento urbano ou um mobiliário são acessíveis quando:

- É visível para utilização (os sujeitos percebem sua existência);
- Há liberdade para utilização (os sujeitos não são impedidos de utilizar);
- Há facilidade na utilização;
- Há igualdade de condições na utilização;
- Há segurança, conforto e independência no momento da utilização.

Verificados os atributos e as categorias que foram apresentadas, percebeu-se que estas fazem parte de um conjunto de fatores interdependentes e que, portanto, não podem ser vistas de maneira isolada. Assim, de acordo com a sua especificidade, cada categoria deve permitir, a todos, o acesso, sendo esta a palavra-chave de uma vida com qualidade.

As cidades que não criam facilidades para o deslocamento das pessoas, não buscam formas de atração para o uso do seu espaço público, criam espaços sem cidadãos que são áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual (). São para esses cidadãos que a cidade tem que trabalhar (SANTOS, 1998, p. 42).

Embora seja para todos, a acessibilidade é imprescindível para as pessoas deficientes e os idosos, obesos, cardíacos, mulheres grávidas e outros indivíduos que, por algum motivo,

vêm seu deslocamento ou acesso limitado (CORDE, 1998) aos Equipamentos Urbanos, compreendendo-se estes como “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. (ABNT, 2004, p. 3). São exemplos de equipamentos urbanos os ginásios de esportes, os clubes, as escolas, as praças, os parques, os auditórios, os estacionamentos e similares. (ABNT, 1986).

## 2.2 Desenho Universal

Para as construções, o desenho universal é o ponto central para o alcance da acessibilidade. É por meio dele que a acessibilidade se manifesta de maneira concreta. O desenho universal se relaciona com a acessibilidade e sua meta é oferecer condições para que todas as pessoas possam usar, de maneira independente e em igualdade de condições, o ambiente construído. A meta não se concentra, apenas, em permitir que as pessoas utilizem um prédio ou uma via de acesso, mas que elas possam usá-los de maneira independente. Isso significa, a título de exemplo, que qualquer pessoa deve: abrir as portas sem o auxílio de outras pessoas; utilizar o elevador sozinho; orientar-se facilmente dentro de um prédio e nas ruas da cidade.

Conforme CORDE (1998, p. 14):

Em 1963 foi criada em Washington - EUA uma comissão para um ‘Desenho Livre de Barreiras’, que se constituía em uma corrente ideológica para o desenho de equipamentos, edifícios e áreas urbanas. Nessa linha de pensamento os fatores comportamentais são associados às barreiras existentes, onde a exclusão e a segregação das pessoas portadoras de deficiência estariam vinculadas à existência desses obstáculos.

A idéia inicial do modelo de desenho, citado acima, não se constituía na remoção de barreiras, mas na criação de um projeto arquitetônico no qual elas não existissem. Desse modo, o que era titulado de desenho livre de barreiras evoluiu para a concepção do desenho universal. Este termo se tornou mais apropriado por se destinar a qualquer pessoa e por ser fundamental na realização dos objetivos básicos da vida cotidiana, os quais se constituem, de fato, na consolidação dos direitos humanos.

Historicamente, após a criação da comissão para um desenho livre de barreiras em 1963, surgiu, então, a necessidade de se demarcar os lugares onde os portadores de necessidades tinham acesso para transitar e estacionar; ou, ainda, para sinalizar que a construção estava preparada para receber toda a população, inclusive a gama de pessoas com necessidades físicas e/ou mentais permanentes ou provisórias.

Segundo Sasaki (1997, p. 8):

Em 1968, a Comissão Internacional de ajudas técnicas, construções e transportes, “International Commission on Technical Aids, Buildings and Transportation (ICTA)” Da Rehabilitation International (RI), realizou um concurso para a escolha de um símbolo que informasse às pessoas portadoras de deficiência os locais acessíveis: entrada de edifícios, interior de construções (sanitários, elevadores etc.), espaços urbanos (guias, calçadas, cruzamentos etc.), transportes e estacionamentos com vagas especiais próximas à entrada dos edifícios.

A partir desta data, todos os locais acessíveis a pessoas com deficiência deveriam indicar a acessibilidade de suas instalações, mobiliários ou equipamentos urbanos por meio do símbolo internacional de acesso.

Um conceito é um ente simbólico, geralmente, constituído por signos, detentores de um significante e de um significado. Assim, aliado ao próprio conceito de acessibilidade, encontra-se, também, uma simbologia criada para oferecer uma linguagem pictórica compreensível a todos, sejam usuários ou construtores de espaços em qualquer lugar do mundo. Essa simbologia, traduzida na forma de um desenho de entendimento universal, tem sido amplamente utilizada e se refere à caracterização de equipamentos urbanos a fim de que aquela atenda e seja utilizada por todas as pessoas.

Suas especificações e medidas são encontradas na NBR 9050, de 31 de maio de 2004 (ABNT, 2004). De acordo com esta norma, o símbolo deve ser condizente com as recomendações da Rehabilitation International (RI), a qual, por sua vez, determina que o desenho deva ter contraste nítido, sendo o fundo na cor azul escuro e o pictograma branco (ABNT, 2004), como podemos observar no primeiro desenho da figura abaixo:



**Figura 1: Símbolo Internacional de acesso**

Fonte: ABNT (2004, p. 18)

Ocasionalmente, segundo prediz tal norma da ABNT, o pictograma pode ser produzido com a cor branca sobre o fundo preto ou a cor preta sobre o fundo branco, demonstra os demais desenhos acima apresentados. Sendo criado nos Estados Unidos, o símbolo internacional de acesso foi adotado pelo Brasil somente a partir de 1985, quando passou a ser obrigatória a sua implantação em todos os locais que conferissem acesso aos portadores de deficiência (CORDE, 1998).

Para que um local ou serviço seja acessível aos portadores de deficiência, é necessário que ele seja preparado em termos de espaço físico para receber tais sujeitos. Embora exista normatização específica para os mais variados ambientes, denomina-se Ergonomia, a ciência habilitada para designar como um equipamento urbano deve ser construído a fim de facilitar a mobilidade e utilização de todas as pessoas. Somente por meio dela, a acessibilidade, em relação aos espaços, processa-se de maneira ampla e igualitária.

## 2.3 Ergonomia

A Acessibilidade é um tema afeto à Ergonomia. Conforme observado na seção anterior, a construção de todos os equipamentos urbanos deve seguir certas especificações para serem considerados acessíveis a todas as pessoas. E este é o papel exercido pela Ergonomia<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Etimologicamente a Ergonomia vem do grego e significa “regras do trabalho”. Embora não seja utilizada exclusivamente para os problemas ocasionados no trabalho, ela teve sua origem relacionada a ele, por isso de sua definição etimológica.

No Brasil, apesar de relativamente recente, a ergonomia está se desenvolvendo rapidamente no meio acadêmico, fortalecendo-se a partir de 31 de agosto de 1983, data em que foi criada a Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO.

Ao evoluir, a ergonomia passou a incorporar outras preocupações além da relação do homem com o trabalho. Em sua página da internet, a ABERGO traz uma definição atual e muito mais ampla de ergonomia, adotada em agosto de 2000 pela Associação Internacional de Ergonomia - IEA:

A Ergonomia (ou Fatores Humanos) é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema (ABERGO, 2009).

Devido à delimitação mais ampla da acessibilidade, esta encontra seu espaço como parte integrante e importante da ergonomia, por esta ter voltado seu olhar a todos os demais ambientes e instrumentos utilizados pelo homem.

Para Dul e Weerdmeester (1995), a ergonomia se distingue de outras áreas do conhecimento em virtude do seu caráter interdisciplinar. Aliada a outras disciplinas, ela consegue desenvolver e manter ambientes mais confortáveis e seguros para os trabalhadores ou para as pessoas em suas vidas cotidianas. Novamente a ABERGO (2009) fala sobre a sua especialidade, a ergonomia: “Para darem conta da amplitude dessa dimensão e poderem intervir nas atividades do trabalho é preciso que os ergonomistas tenham uma abordagem holística de todo o campo de ação da disciplina, tanto em seus aspectos físicos e cognitivos, como sociais, organizacionais, ambientais, etc”.

A relação entre ergonomia e acessibilidade se torna óbvia neste ponto, pois a função da ergonomia é descobrir como um determinado ambiente deve ser projetado a fim de que se torne acessível para todas as pessoas, independentemente de suas características ou diferenças pessoais. Sendo assim, pode-se dizer que a acessibilidade percebe a inadequação em um ambiente e a ergonomia tende resolver a situação, pois, como afirma Dul e Weerdmeester (1995, p. 15):

A Ergonomia pode contribuir na solução de problemas sociais relacionados à saúde, segurança, conforto e eficiência no trabalho e na vida cotidiana assim como nas doenças provenientes do sistema músculo-esqueléticas, psicológicas e outras que podem ser atribuídas a um projeto ergonomicamente inadequado.



Se um projeto arquitetônico tiver um olhar ergonômico, necessariamente, ele tenderá a desenvolver um ambiente acessível a todas as pessoas, pois buscará eliminar, da construção, todos os possíveis impedimentos que prejudiquem o uso do espaço plena e igualmente a todos os outros sujeitos.

## **2.4 Deficiência, Incapacidade e Desvantagem**

Ao se referir à falta de acessibilidade em uma cidade, um prédio, um espaço construído, mobiliário ou equipamento urbano, implicitamente, está-se afirmando que estes ambientes ou móveis não podem ser utilizados por um grupo determinado de pessoas, pois estas podem não conseguir usufruir daqueles espaços em virtude de portarem alguma deficiência, incapacidade ou desvantagem em relação aos demais sujeitos.

Embora relacionados, esses conceitos não podem ser utilizados como sinônimos, devendo-se, portanto, serem esclarecidos a fim de não ocorrerem equívocos na formação do conceito de acessibilidade. Afinal, a acessibilidade não é privilégio do portador de deficiência ou necessidades especiais, é uma maneira de pôr em prática o desenho universal, ou seja, uma cidade boa para todos que nela habitam ou por ela passam.

Por deficiência entende-se uma alteração biológica do ser humano. Pode ser considerada deficiente, a pessoa com a ausência de um braço ou uma perna, com falta de visão ou audição, dificuldades motoras e sensoriais ou, ainda, um sujeito com padrão intelectual reduzido (CORDE, 1998).

O Decreto n° 3298, de 20 de dezembro de 1999, o qual dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (BRASIL, 1999a), em seu artigo 3°, considera deficiência toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica ou anatômica que gere incapacidade no desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Já o Decreto n° 3956, de 08 de outubro de 2001, no artigo 1°, apresenta o termo deficiência enquanto uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, a qual limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (BRASIL, 2001).

No Brasil, tem-se um número considerável de pessoas com deficiência, sendo a grande maioria, afetados por dificuldades visuais e/ou motoras. Na tabela abaixo, pode-se verificar a quantidade da população brasileira afetada por deficiências específicas.

**Quadro 2 – Número de deficiências detectadas na população brasileira**

Número de deficiências detectadas	
Visual	16.573.937
Motora	7.879.601
Auditiva	5.750.809
Mental	2.848.684
Física	1.422.224

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Cada uma das deficiências, acima apresentadas, está ligada a incapacidades por ela gerada. Isso significa que a incapacidade é a conseqüência imediata de uma deficiência física, motora, auditiva, visual ou mental.

A ICIDH<sup>2</sup> (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1993) para unificar um referencial sobre deficiência, aplicável a várias áreas da saúde, define incapacidade como uma restrição resultante de uma deficiência ou a resposta do indivíduo a uma deficiência. É o reflexo das alterações apresentadas pela pessoa nas suas atividades diárias.

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), utilizado anteriormente para definir o termo “deficiência”, traz o conceito de incapacidade enquanto redução da capacidade do sujeito de se integrar na sociedade, de modo a precisar de adaptações e recursos especiais para ter uma vida com qualidade, desempenhando suas funções cotidianas normalmente.

Caso não haja as adaptações necessárias à acessibilidade do sujeito, diz-se que ele se encontra numa posição de desvantagem em relação aos demais ou mesmo de impedimento de sua mobilidade. A diferença entre o impedimento e a desvantagem se encontra na limitação total exercida pelo primeiro quando comparada a dificuldade no movimento, representada pela desvantagem. O que indica que o indivíduo com desvantagem terá mais dificuldades para realizar determinada tarefa que outro indivíduo desprovido de tal desvantagem.

---

<sup>2</sup> International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease. (Classificação Internacional de prejuízos, inaptidões, e impedimentos: um manual de classificação relativo às conseqüências de doença).

De acordo com a ICIDH (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1993, p. 64), a desvantagem “[...] caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social”. A desvantagem é, portanto, a perda ou a limitação das oportunidades de participar da vida da comunidade em igualdade de condições com os demais.

A desvantagem não é exclusividade de pessoas com deficiências ou incapacidades, ela acomete crianças, idosos, mulheres grávidas ou com salto alto, pessoas com sacolas ou carrinhos de bebês. Todos estes sujeitos necessitam de um olhar especial para seu estado permanente ou transitório no momento do planejamento dos espaços.

Atualmente as pessoas com necessidades especiais ainda possuem um limite externo que as impede de agir. Esse limite está relacionado aos obstáculos encontrados por eles em sua integração com a sociedade: pessoas com alguma necessidade especial não conseguem emprego, crianças com alguma necessidade especial não conseguem freqüentar uma escola por não terem acesso a educação, pessoas com necessidades especiais não podem freqüentar determinados lugares por não serem aceitos pela sociedade, pessoas que se locomovem em cadeiras de rodas não conseguem usufruir as ruas de uma cidade por causa de obstáculos encontrados para sua livre circulação etc. (CORDE, 1998, p. 20).

A acessibilidade não é, também, exclusividade de um grupo seletivo de pessoas, ela existe para beneficiar toda a gama de sujeitos com suas diferenças e especificidades. Contudo, para os indivíduos que possuem alguma deficiência, desvantagem ou incapacidade, ela tem fundamental importância, pois sua ausência representa, a eles, o impedimento na realização de muitas atividades ou a realização com grande dificuldade.

Segundo Dular (apud CORDE, 1998, p. 20), “nenhuma pessoa é deficiente em termos absolutos, mas em certas situações particulares, em face das tarefas dadas”. Podem-se ter condições físicas, psíquicas ou sensoriais para enfrentar tais tarefas e desenvolvê-las apropriadamente, ou apresentar deficiências em relação a elas.

Nem todas as pessoas conseguem ter uma vida independente, porque não possuem as mesmas oportunidades para escolher e seguir determinado caminho. Elas são limitadas, não somente em seus movimentos em virtude dos obstáculos físicos existentes na cidade, mas também em relação aos seus sonhos e desejos de auto-realização e crescimento.

## 2.5 Barreiras de Acessibilidade

Na NBR 9050 (ABNT, 2004), encontra-se a definição de barreira arquitetônica ambiental, a qual seria “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano”.

Independentemente do local onde se encontre uma barreira arquitetônica, sua definição mais simples, em qualquer hipótese, é a de um obstáculo existente no ambiente construído, o qual impede o acesso total ou parcial de alguns sujeitos, tendo eles necessidades especiais ou não. Como exemplo de barreiras arquitetônicas pode-se citar “escadas de acesso aos prédios, portas e circulação estreitas, elevadores pequenos e sem sinalização em Braille, inexistência de banheiros adaptados etc” (CORDE, 1998, p. 23).

Já as barreiras urbanísticas são mais difíceis de serem percebidas porque dizem respeito à inadequação das construções e espaços. Normalmente, um sujeito, apenas, percebe o quanto determinado ambiente ou mobiliário urbano não atende as demandas de toda a população quando sente na pele sua inadequação a sua situação. Por conseguinte, as barreiras urbanísticas podem ser entendidas como todas as dificuldades enfrentadas por uma pessoa quando ela circula pelas calçadas e ruas de uma cidade. São exemplos de barreiras urbanísticas:

- Os desníveis ou revestimento inadequados nas calçadas;
- Calçadas estreitas ou deterioradas;
- Falta de vagas para veículos de pessoas com deficiência;
- Inexistência de alguns mobiliários urbanos, como telefones públicos, caixa de correio e sinais de trânsito.

A fim de eliminar esses impedimentos, possibilitando a livre circulação de todos, faz-se necessário se preocupar com a qualidade da construção no momento de sua execução. Além disso, as vias públicas, bem como os ambientes e construções de domínio público, devem passar por manutenções constantes, pois a não conservação de uma rampa ou calçada pouco utilizadas, ao logo do tempo, podem ocasionar ressaltos ou pequenos buracos que acabam se transformando em barreiras reais a muitas pessoas, sejam elas deficientes, incapacitadas ou em situação de desvantagem.

Além das barreiras físicas, existem também as barreiras sociais, as atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Esses obstáculos não palpáveis, muitas

vezes, interferem mais na vida de um indivíduo com dificuldades que uma barreira física propriamente dita.

Destarte, a barreira social tende a ser mais complexa de resolver que a barreira física, já que os obstáculos físicos podem ser corrigidos por meio de desenho e da adoção de medidas diversificadas de reformas. Enquanto os obstáculos sociais demandam a sensibilização, a mudança de pensamento de uma grande parte da população, de modo especial dos detentores do poder. Tais mudanças requerem de tempo e estratégias para solucionar os impasses, pois, apenas, campanhas e informações não são suficientes para uma mudança de atitude e de posicionamento perante um assunto tão delicado como as necessidades dos sujeitos.

### 3 CIDADANIA

Cidadania é uma palavra que se ouve, frequentemente, nos meios de comunicação e em nosso cotidiano, servindo de tema a debates nos mais variados segmentos da sociedade, emergindo nos processos reivindicatórios, como é o caso da luta pela educação, por saúde e saneamento básico e em manifestações contra a exclusão e a discriminação (CRUANHES, 2000).

Essa bandeira vem sendo erguida em diversas situações e por diversos militantes – políticos, classistas, estudantes - sem que estes atentem para a complexidade e contradição de seus preceitos. Em busca a um dicionário da Língua Portuguesa, encontra-se a seguinte definição de cidadania: “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com ele” (FERREIRA, 1985, p. 411).

Japiassú (2006, p. 44), concorda com a citação anterior e ressalta: “O cidadão é todo indivíduo gozando dos direitos e respeitando os deveres definidos pelas leis e pelos costumes da cidade. Nesse sentido, a cidadania é o resultado de uma efetiva integração social”.

Direitos e deveres formam a base do conceito de cidadania e, a partir de então, empregam-se todas as outras definições e suas particularidades. Boneti (2003) fala na cidadania a partir do cidadão. Para ele, cidadão é todo sujeito que, independentemente de sua diversidade cultural, física, religiosa ou de habilidades profissionais, possui voz ativa na sociedade e participa do mecanismo da produção, tendo acesso igualitário aos serviços básicos de uma cidade.

Corroborando com essa idéia, Pinsky (1998) faz uma crítica ao modelo de cidadania formal, disseminado nos meios de comunicação, repassando a idéia de que ser cidadão significa, apenas, ter respeito ao Hino Nacional e aos feitos esportivos de nossos atletas. Para ele, essa concepção é simplória, visto que cidadania envolve, na realidade, uma série de atitudes dos indivíduos que vivem em determinado lugar e estabelecem, entre si, um contrato para a utilização de serviços e para a participação na administração pública.

Pinsky (1998) afirma, ainda, que, operacionalmente, a cidadania seria expressa por qualquer atitude realizada no dia-a-dia e que envolvesse a consciência de pertencer à sociedade e ser responsável pelas questões coletivas referentes a ela. Posteriormente, ele aprofunda tal conceito, acrescentando que a cidadania é o dever de pagar impostos, mas também de fiscalizar sua aplicação; o direito a condições básicas de existência, acompanhado do dever de zelar pelos bens públicos.

As definições do autor, por certo, traduzem, de maneira eficaz, o que vem a ser cidadania. Ao refletir-se a respeito das implicações envolvidas nesses conceitos, percebe-se que estar no gozo dos direitos civis e políticos, é deter as condições para usufruir das benesses que tais direitos, por definição, asseguram-lhe. Isso significa que todo indivíduo tem o direito à saúde, à segurança, à moradia, à educação, ao trabalho, à alimentação e ao lazer, como também, tem direito a acessar os lugares da cidade e usufruir dos espaços em igualdade de condições.

A segregação é o entrave para o pleno desenvolvimento da cidadania (CRUANHES, 2000), seja ela social, racial, de gênero ou por deficiências. O fato é que existe um grupo de sujeitos, alijados do contexto social, que não são atendidos em suas necessidades e de certa forma, podem ser eximidos do seu dever civil e político, emitido na carta da cidadania, entendida aqui como a Constituição Federal. Afinal, se a constituição é um contrato entre duas partes, quando uma delas não consegue cumprir sua parte no acordo, a outra fica isenta das obrigações impostas pelo documento. Deste modo, a constituição existe, apenas, para alguns habitantes privilegiados, os quais conquistaram, além do direito, a possibilidade do acesso aos bens e serviços oferecidos na cidade. Cabe a eles exigir um comprometimento em relação ao patrimônio público e aos valores morais constantes na carta magna, aos demais, resta somente a luta pela dignidade e por melhores condições de vida.

A exclusão social se resume em exclusão do direito à cidadania (BONETI, 2003), pois “[...] o ser humano é um cidadão quando tem participação integral na sociedade, quer seja na produção como através das esferas socioculturais” (BONETI, 2003, p. 35).

Herkenhoff (2001, p. 23) descreve que “A constituição de um país pode ser considerada a ‘carta da cidadania’. Porque é na constituição que estão escritos nossos direitos e deveres como cidadãos”. O texto constitucional, por mais bonito que possa parecer no papel, ainda é um ideal de direitos não alcançados pela maioria da população no dia-a-dia de suas atividades.

Sabe-se que em uma sociedade, na qual um grupo seletivo de pessoas detém os recursos para o domínio das decisões e o controle das informações e tecnologias, pouco adianta os direitos estabelecidos universalmente. Em última instância, não são esses direitos que regem a saúde, a educação, o lazer ou o ir e vir da imensa maioria da população.

A luta pela diminuição das diferenças entre classes é fato presente em nossa sociedade e, como nos coloca Arroyo (2001), o tempo em que vivemos não é o da luta pela cidadania, mas da batalha pela inclusão social.

Hoje a luta não se situa apenas e fundamentalmente no campo da participação política, dos direitos políticos, mas dos direitos sociais mais elementares: viver, comer, dormir, casa, moradia, trabalho, emprego. [...] A coisa é séria, é muito séria. A miséria, a fome, o desemprego, a ameaça do desemprego. E o desemprego não chega só. Porque não é só ter ou não ter emprego, é que o emprego condiciona ter ou não ter um filho, ter ou não ter um companheiro, companheira, ter ou não ter casa onde morar, adiar projetos humanos, adiar projetos de maternidade, paternidade, adiar aqui uma operação, adiar a vida, adiar a dignidade humana. (ARROYO, 2001, p. 41).

A essa altura, podemos, então, pensar em um conceito mais apropriado para cidadania, que contemple a noção de direitos e deveres, mas fale, também, sobre as oportunidades e condições de o sujeito obter as liberdades que tem direito por lei. Nesse sentido pode-se afirmar que:

Cidadania é a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação (MARTINS, 2000, p. 23).

Observando-se o aspecto da sociedade civil, todos os homens são livres, iguais e proprietários (TONET, 2005). Todavia iguais, percebe-se que não o são, aliás, nem poderiam ser em um país tão extenso, tão diverso em sua constituição climática e morfológica, possuindo, enquanto característica básica, a diversidade étnica e cultural. Proprietários também não, visto haver tantos miseráveis que não têm nem mesmo onde morar, quanto mais condições necessárias de aquisição por meio de pagamento. Três são os principais motivos elencados para a negação da liberdade de um povo que vive em tal situação social. O primeiro, já aqui expressado, diz respeito à disparidade sócio-econômica que faz com que os pobres não tenham acesso às benesses do desenvolvimento. O segundo é relacionado à diversidade, as características particulares de certas pessoas que as impedem de terem acesso aos lugares e aos serviços oferecidos em uma cidade. E o último diz respeito à engrenagem que move o sistema capitalista, ditando, de forma subliminar, qual vida deve ser almejada pelo sujeito. Nessa lógica, liberdade é ter as condições para adquirir, tornar-se proprietário de algum bem passível de compra e venda (TONET, 2005).

Segundo Tonet (2005), a única forma de reverter este estado de coisas é transformar totalmente o modelo de sociedade. O homem livre tende a buscar a realização pessoal. A sociedade na qual o capital é o centro de tudo, essa liberdade possui um sentido para o sujeito.



Em contrapartida, uma sociedade na qual os interesses coletivos são o centro, a liberdade e realização pessoal terão sentidos muito diferentes.

Desse modo, se a emancipação humana significa uma mudança qualitativa na totalidade do ser social, esta mudança também se refletirá – como não poderia deixar de ser – no plano das necessidades. A autoconstrução de um homem novo implicará na configuração de novas necessidades, mas, mais do que isso e sobretudo, de necessidades mais consentâneas com o desenvolvimento verdadeiramente humano do homem (TONET, 2005, p. 183).

Com essa nova sociedade, a cidadania poderia se processar em seu sentido mais amplo, visto os sujeitos conseguirem satisfazerem suas necessidades intrínsecas e extrínsecas. Enquanto o modelo de desenvolvimento for capitalista, o termo cidadania continuará bipartido, havendo cidadãos e cidadãos inferiores. Estes não conseguirão alcançar o desenvolvimento pleno, porque não possuem a liberdade substantiva (financeira) necessária para sequer se imaginarem tendo uma vida digna. A luta pela diversidade é uma das bases para uma nova sociedade, na qual a cidade seja para todos e se possa falar em cidadania e cumprimento de deveres, sem medo de estar caindo no reducionismo político que exige que um homem, sem direitos, tenha responsabilidade pelo lugar onde vive e cuide do coletivo, enquanto ninguém olha, efetivamente, por ele e por sua família.

É na diversidade que se encontra a riqueza de um povo, porém, em sociedades neoliberais e capitalistas, a busca de um modelo de sujeito perfeito corrobora com os objetivos do desenvolvimento político e sócio-econômico. Contudo, como afirma Pinsky (1998), a diversidade cultural é muito mais encantadora. Isto por que:

A diversidade cultural é tão mais fascinante quanto mais dedicamos nossos sentidos a percebê-la. Nada mais aborrecido do que um mundo de iguais, de gente totalmente previsível, óbvia. Temos como superar o medo do desconhecido, que “o outro” nos provoca, e enfrentar a aventura que a vida nos promete: basta pensar que diferença não implica superioridade e que a verdade não é monopólio de ninguém (PINSKY, 1998, p. 29).

Ocorre que pensar a diversidade é mais complicado que pensar a homogeneidade. Criar uma cidade para iguais é mais fácil, exige menos dos planejadores urbanos e permite um controle maior das variáveis envolvidas no desenvolvimento do capital. Talvez, esteja-se buscando um novo urbanismo, no qual haja maior justiça em todos os campos da sociedade. Um urbanismo baseado na máxima aristotélica sobre justiça e, conforme titulado pela linguagem do Direito, isonomia material, que consiste em tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente. Deste modo,

[...] os indivíduos devem ter o seu acesso a equipamentos culturais e urbanos garantido, não só por lei, mas também materialmente (condições efetivas de acesso), independentemente da sua etnia e de sua condição de portadores ou não de deficiência física (por exemplo, paraplegia). Sob o ângulo da etnia, parte-se da premissa da igualdade dos indivíduos enquanto seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso. No caso dos portadores de paraplegia, a única forma de lhes garantir o acesso a vários equipamentos culturais é reconhecendo a sua desigualdade específica – ao mesmo tempo em que se lhes reconhece a igualdade essencial enquanto seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso – e provendo meios de acesso diferenciados (rampas, corrimões especiais, banheiros apropriados etc.) em face dos outros indivíduos (SOUZA, 2006, p. 62-63).

A acessibilidade é uma discussão pertinente à causa maior da cidadania. Não pode haver cidadania com a existência de calçadas esburacadas, barreiras no transporte, nas ruas e vias públicas em geral. As cidades têm sido criadas para, com menor frequência, as pessoas transitarem e usufruírem delas e, cada vez mais, para o aumento do fluxo de veículos. O espaço urbano tem se tornado muito difícil para se transitar e, às vezes, inacessível para aqueles com dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida (SÁ, 2005). “[...] a condição de exclusão das pessoas com deficiência do convívio social é milenar e reveladora do quão distante estão estas pessoas de condições mínimas de cidadania erigidas desde o princípio da cultura ocidental” (FONSECA, 2006, p. 19).

A dignidade humana deveria existir pelo simples fato de a pessoa ser humana e não pelas condições financeiras que tenha, por sua cultura, nacionalidade, gênero ou etnia. Para um tratamento igualitário, precisam-se resolver problemas de ordem estrutural. Não é a saúde que está em crise, ou a educação, ou a economia, ou o ambiente, ou os vários setores sociais, todos eles se encontram sincronicamente adoecidos. Não basta se incitar a resolução de, apenas, uma dessas esferas, pois, inevitavelmente, ao chegar-se ao cerne da questão, serão encontrados os demais fatores correlacionados ao problema em questão.

O conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como em qualquer situação nova, a inclusão incomoda desperta curiosidade, indiferença ou negação. Ela envolve praticamente todas as esferas da sociedade, apontando para a necessidade de repensar, de alterar hábitos, posturas, atitudes, começando pelo plano individual, tirando-nos de nossa costumeira zona de conforto: temos que abrir espaço em nosso mundinho interno para que mais pessoas caibam nele (MOURÃO; PEREIRA; VITAL, 2009, p. 63).

Precisa-se resolver o problema da saúde, da moradia, da fome, do desemprego, da educação, do saneamento básico, da destruição do planeta, do comércio exacerbado, do inchaço do meio urbano, enfim, da degradação das condições humanas de vida. Para que, além das atividades necessárias à sobrevivência, a pessoa possa realizar ações que torne sua

existência uma agradável evolução e não um pesado fardo. Essa cidadania almejada ainda existe, apenas, em nossos sonhos. A cidadania real exige muito e fornece pouco aos habitantes das cidades. “Seria muito pedir uma cidade para todos os cidadãos?” (PINSKY, 1998, p. 63).

Embora seja um emaranhado de situações interligadas entre si, em algum lugar deve-se encontrar a ponta desse novelo. A educação deveria ser a porta de entrada para a resolução dos problemas e para a promoção da cidadania. Ocorre que, mesmo tendo uma educação comprometida com esse processo, necessita-se que esta seja acompanhada de reformas nos sistemas sociais. Somente dessa forma, uma cidade poderá efetivar um discurso de direitos e deveres.

Sendo assim, o que, de fato, a educação pode fazer a esse respeito? Depois de toda a discussão sobre a cidadania, há de se pensar sobre o papel que a universidade deve representar na engrenagem presente na sociedade, sendo que esta pode funcionar de maneira diferente quando influenciada por tal engrenagem.

### **3.1 Educação para a Cidadania ou Educação Comprometida com a Cidadania?**

A educação é à base do desenvolvimento humano. Não há como se pensar em mudanças sociais ou políticas se estas não estiverem vinculadas ao processo educativo. Ela influencia os meandros de uma sociedade. Um povo bem instruído não se deixa subjugar e nem admite ser ludibriado em seus direitos de cidadão, luta por eles e sabe que democracia consiste na força da maioria e não de uns poucos privilegiados politicamente. Quando se almeja ver o quanto um povo é desenvolvido, precisa-se prestar atenção na maneira como ele é educado.

Por educação entende-se:

Ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 41).

A falta de uma educação adequada é o princípio da grande maioria dos problemas em uma sociedade de classes. Segundo Durkheim, Fauconnet e Lourenço Filho (1978, p. 33), ela:

Tem sido muitas vezes empregada em sentido demasiadamente amplo, para designar o conjunto de influências que, sobre a nossa inteligência ou sobre a nossa vontade, exercem os outros homens, ou, em seu conjunto, realiza a natureza. Ela compreende, diz Stuart Mill, 'tudo aquilo que fazemos por nós mesmos, e tudo aquilo que os outros intentam fazer com o fim de aproximar-nos da perfeição de nossa natureza. Em sua mais larga acepção, compreende mesmo os efeitos indiretos produzidos sobre o caráter e sobre as faculdades do homem, por coisas e instituições cujo fim próprio é inteiramente outro: pelas leis, formas de governo, artes industriais, ou ainda, por fatos físicos independentes da vontade do homem, tais como o clima, o solo, a posição geográfica' (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 33).

Dessas definições, pode-se extrair, por conseguinte, as funções da educação. A que ela serve ao homem? Segundo Kant (apud DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978), ela serviria para que cada sujeito adquirisse a perfeição, chegasse ao auge de suas capacidades.

Posteriormente, em seu texto, Durkheim, Fauconnet e Lourenço Filho (1978) usa a definição de James Mill, segundo a qual a educação serviria para que o indivíduo conseguisse se produzir como objeto de felicidade para si mesmo e para os demais sujeitos.

Durkheim não reconhece, em nenhuma dessas teorias, a verdadeira essência dos objetivos ou funções próprias da educação e explica seu descontentamento com o seguinte argumento:

Tocamos aqui no ponto fraco em que incorrem as definições apontadas. Elas partem do postulado de que há uma educação ideal, perfeita, apropriada a todos os homens, indistintamente; é essa educação universal a única que o teorista se esforça por definir. Mas, se antes de o fazer, ele considerasse a história, não encontraria nada em que apoiasse tal hipótese. A educação tem variado infinitamente com o tempo e o meio. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma. Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos da graça e harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação; em Roma, desejava-se especialmente que as crianças se tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferentes no que tocasse às letras e às artes. Na Idade Média, a educação era cristã, antes de tudo; na Renascença, toma caráter mais leigo, mais literário; nos dias de hoje, a ciência tende a ocupar o lugar que a arte outrora preenchia (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 35).

Desse modo, vale dizer que cada educação é produto de seu tempo, de sua constituição histórica e política e, também, de sua cultura. À medida que as sociedades e os modos de produção se modificam, os modelos educacionais começam a ser gerados para fins diversos dos reconhecidos como legítimos anteriormente. Sendo assim, há de se concordar quando o próprio Durkheim diz que dentro de cada sujeito existe dois seres:

Um constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal; é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de idéias, sentimentos e hábitos, que exprimem em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda espécie. Seu conjunto forma o ser social. Constituir-se esse ser em cada um de nós – tal é o fim da educação (DURKHEIM, FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 41).

Constituir o ser social, exigido por cada sociedade em particular, essa é a principal finalidade da educação. Isso parece ser deveras impositivo, mas as regras sociais, apesar de discutíveis entre os seres pertencentes a uma mesma nação, são essenciais ao desenvolvimento desta, ou seja, a grande verdade existente é que “o homem não é humano senão porque vive em sociedade” (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 45). E para viver em sociedade precisa se tornar o sujeito necessário ao desenvolvimento do modelo social, político e econômico vigente.

A constituição social e o legado passado de geração a geração foram os principais motivos de o homem ter saído das cavernas e se tornado um sujeito urbano e tecnológico na atualidade. A sociedade é a entidade moral capaz de ligar uma geração a outra. Ela não é contrária ao indivíduo, não se desenvolve senão no mesmo sentido do sujeito, pois, sociedade e homem são dependentes um do outro (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978).

Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo deseja melhorar-se a si próprio. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. Sem dúvida, o indivíduo não pode engrandecer-se senão pelo próprio esforço. O poder do esforço constitui, precisamente, uma das características essenciais do homem (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 46-47).

Corroborando com a idéia de Durkheim, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Fundamental (BRASIL, 1999b), nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNs, afirma que as competências desejáveis ao desenvolvimento pleno do ser humano, cada vez mais, são equivalentes àquelas necessárias a inserção no processo produtivo.

Aceitar tal perspectiva otimista seria admitir que se vive “uma circunstância histórica inédita, na qual as capacidades para o desenvolvimento produtivo seriam idênticas para o papel do cidadão e para o desenvolvimento social”. Ou seja, admitindo tal correspondência entre as competências exigidas para o exercício da cidadania e para as atividades produtivas, recoloca-se o papel da educação como elemento de desenvolvimento social (BRASIL, 1999, p. 23).

Além dessa questão, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, fazem referência a outro dado importante no que concerne a função exercida pela educação, o fato de ela ser capaz de garantir o desenvolvimento de todos, indistintamente, a fim de que estes alarguem seus potenciais.

Diante desses dois fatores e, principalmente por causa do desenvolvimento tecnológico que vem ocorrendo de forma cada vez mais intensa,

A educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, *‘entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras’* (BRASIL, 1999, p. 25, grifo do autor).

Nesse sentido, tal argumento é complementado pelas considerações da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, constantes na lei 9.394 de dezembro de 1996: “a) a educação deve cumprir um triplo papel: econômico, científico e cultural; b) a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser” (apud BRASIL, 1999, p. 27).

O artigo 43, da mesma lei, trata da finalidade específica da educação voltada ao Ensino Superior:

Art. 43 A educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1999, p. 48).

Tal educação teria base no desenvolvimento do pensamento crítico, na independência intelectual e em diálogos que favoreçam e transformem as relações interpessoais, tornando-as mais humanas e igualitárias. Mas, para tanto, precisa-se alterar o foco do olhar da educação que está voltado para os conteúdos e para a técnica, e apontá-lo em direção à sociedade.

Na visão de Arroyo (2001), somente superando o reducionismo racional da concepção de cidadania, é que se poderá vincular educação, escola e currículo à cidadania. Fica, então, a seguinte questão: “Como despertar a sensibilidade para uma cidadania que se preocupe com a base do problema social?”.

Enquanto nossas universidades e escolas funcionarem com um sistema empresarial, no qual o objetivo principal é fazer girar a roda da economia e o crescimento do capital, isso não será possível, pois como aponta Silva (2001, p. 142):

Primeiramente acreditamos não ser nenhum exagero afirmar que à nossa universidade tem sido imposto, e muitas vezes aceito, o discurso da eficiência e da produtividade, o que corresponderia mais ou menos a um processo de adaptação do ensino universitário às exigências do mercado. Tem sido reproduzida pela mídia e pelos discursos oficiais a urgente necessidade de que a universidade forme alunos para o mercado de trabalho. Sob esse aspecto, podemos dizer que a preocupação da educação universitária tem se voltado mais para a instrumentalização, nos moldes acima descritos, do que propriamente para a formação, correndo o sério risco de ser engolida pela primeira. Assim, cada indivíduo deve se converter em uma espécie de ferramenta social, objetivando alimentar de maneira eficiente as exigências do mercado. Para tanto, é preciso educar os estudantes na fidelidade imperturbável diante dos fatos, na objetividade científica e na abstinência dos juízos de valor e de especulações vagas. Eis aí o *pathos* da formação acadêmica hoje.

Sabe-se que, dentro de algumas universidades, há o predomínio de um modelo cartesiano de ensino. Reina, nos espaços acadêmicos, a lógica científicista, na qual os sujeitos não são livres para pensar. A formação de conceitos, segundo Vygotsky, pressupõe a liberdade para interagir e reformular idéias, com o intuito de chegar ao nível superior e crítico de pensamento, contrário a esse processo.

Acerca do processo educacional vigente, Silva (2001, p. 143) ressalta:

O processo de cientificização da universidade é fácil de ser constatado. Cada vez mais as disciplinas e os cursos teóricos vão cedendo espaço para as ciências práticas. E o mais grave em tudo isso é que os professores e os intelectuais se rendem a elas. O grande problema desse tipo de educação científicista está em formar os indivíduos para a mera obediência, portanto, incapazes de ver as coisas sob outra perspectiva. O que se tem buscado com esse tipo de formação não é formar o indivíduo que pensa, mas o funcionário que assiste os fatos científicos sem especular sobre suas finalidades. Interessa formar o indivíduo útil, que dá lucro. Não é à toa que os critérios para se avaliar o desempenho universitário estão sempre baseados na utilidade.

A missão da universidade é atuar em ensino, pesquisa e extensão, trazendo a população para dentro do campus universitário e, deste modo, inserindo-se no contexto e realidade da cidade, no entanto, não é o que se tem observado. Os serviços oferecidos à população, em termos de extensão, resumem-se em ações assistencialistas e não cumprem o objetivo maior que seria a análise crítica dessa realidade para seu aperfeiçoamento. A pesquisa existente, quando há, tende a ser reservada ao mundo acadêmico e pouco reconhecida pelos administradores públicos. O erro, talvez, esteja na reserva de domínios, no qual meio universitário ou meio público entendem que não possuem uma relação direta entre seus objetivos.

A idéia de uma renovação na educação, não é, pois, formar profissionais para a cidadania, não está se falando em modificar a educação para que ela continue com o discurso de transformar pessoas comuns, em cidadãos. Afinal, conforme visto, no tópico apresentado acima, a cidadania dos direitos e deveres, apenas, funciona para uma parcela restrita da população, os demais ficam à margem desse processo, sendo cidadãos inferiores e precisando lutar, dia após dia, para obter sua sobrevivência, sendo que esta já deveria existir naturalmente, por constituir um direito adquirido, há muito tempo, pelas leis federais e a carta dos direitos humanos.

A educação deve contribuir na constituição de sujeitos livres e de uma cidadania plena, mas antes disso, a própria educação deve ser mais bem distribuída para não pregar um discurso vazio em sua origem, já que somente alguns têm acesso a ela e, desse modo, somente estes poderiam galgar melhores condições de vida. Segundo Cruanhes (2000, p. 87), “[...] os excluídos não são fruto do destino. É o resultado da maneira como é organizada a nossa sociedade”.

Há a necessidade de melhores condições de salário e distribuição de renda, para que sejam atendidas as necessidades básicas dos sujeitos e que estes possam se ocupar de outros valores, como a educação. Contudo as diferenças educacionais são fatores ímpares para os abismos entre os salários. Esse círculo vicioso é difícil de ser rompido sem a solução estrutural dos problemas relacionados à sociedade. Caso não seja dessa forma, como afirma Buffa, Arroyo e Nosella (1995), a universidade, apenas, poderá repassar, aos futuros profissionais, uma educação com pressupostos de igualdade burguesa. Segundo essa liberdade, toda humanidade é igual porque nasce livre e tem os mesmos direitos à liberdade e à vida. Ocorre que esta liberdade esconde a desigualdade vivenciada nos meandros sociais.

“Assim, é preciso perguntar ao educador e ao legislador que anseiam por formar cidadãos e promover a ética por meio da escola como pretendem fazê-lo diante desta



concepção de cidadania que considera que uns são cidadãos e outros são cidadãos inferiores”. (SANTOS, 2001, p. 158). Não há como esperar que a educação forme cidadãos em países com tal política. Pois nessa situação, formar para a cidadania é criar uma ilusão dupla:

[...] primeira, porque é impossível atingir a plenitude da cidadania (visto que o fosso entre ricos e pobres aumenta em vez de diminuir); segunda, porque mesmo que isto fosse possível, não levaria à formação de pessoas efetivamente livres, efetivamente sujeitos da história, dada a natureza própria da cidadania (TONET, 2005, p. 123).

Apesar de não haver uma cidadania plena em nossas sociedades capitalistas e de toda educação estar sendo relativizada em função das tendências de mercado, a solução não pode ser diferente de estimular-se o desenvolvimento do potencial dos estudantes, para que os poucos sujeitos que entrem em contato com a realidade a compreendam de maneira ampla e não se alienem, subordinando-se ao sistema predominante. Caso consiga-se que os grupos de intelectuais preocupados com a verdade escondida no centro da sociedade formem multiplicadores, poder-se-á sonhar com a transformação radical do sistema, a fim de, um dia, ver-se todas as pessoas valorizadas dentro do desenvolvimento social.

A educação comprometida com a cidadania deve servir para ampliar a visão dos futuros profissionais em relação à realidade encontrada do lado de fora da universidade e, ainda, às disparidades existentes entre quem detém o poder e quem é subjugado a ele. A discussão da cidadania, na universidade, deve levar o profissional a agir segundo preceitos éticos e valores morais, levando em conta a diversidade.

A escola/universidade, sob essa perspectiva, teria, enquanto missão, o papel de formar mais que um profissional, um sujeito comprometido com as questões de cidadania, “capaz de visualizar e transformar a realidade, atuando contra as “sutilezas e mazelas” dos dominadores, conquistando seu espaço social” (BONETI, 2003, p. 108).

A universidade não pode entrar na vida do educando e lhe transmitir, apenas, palavras. O discurso universitário deve ir além da crítica, precisa olhar para sua própria realidade e verificar se não vem legitimando, no próprio campus universitário, a cultura da exclusão social que afirma repelir. Caso contrário, correrá o risco de estar ensinando um conteúdo e dizendo, em sua própria prática educacional, que não é possível aplicá-lo.

A UNESCO, universidade escolhida para esse estudo, na qual se encontram os sujeitos de pesquisa, sintetiza o seu Ser/Agir em função do desenvolvimento da emancipação humana. Sua missão e valores trazem o traço do desenho universal, ou seja, uma universidade para todos.

Ser emancipado é a base da acessibilidade, um sujeito com plena liberdade para usufruir de qualquer ambiente ou equipamento, seja este urbano ou não. Toda universidade deve estar atenta aos seus objetivos para cumpri-los em sua prática. Isso significa que não é, apenas, o ensino que precisa ser baseado na emancipação humana, mas, também, a forma de construir seu espaço físico e o funcionamento deste em relação a todas as pessoas que ali trabalham ou que por ali passam.

A universidade pode ser integradora ou promover a discriminação e exclusão, tudo dependerá da maneira como ela vem construindo seus projetos de desenvolvimento físico, político e pedagógico.

O desafio da acessibilidade está colocado para a educação, seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas estão direcionados para toda escola e sociedade. Sua efetivação requer eliminar os preconceitos, exigindo mudança de atitude em relação às diferenças: a adequação das estruturas físicas que permitam a circulação e mobilidade segundo os critérios de acessibilidade; o acesso às tecnologias, aos códigos e às linguagens que possibilitem formas diferenciadas de comunicação; e a alteração das práticas pedagógicas que promovam a interação e valorizem as diferentes formas de construção do conhecimento (SÁ, 2005, p. 3).

Proporcionar ao educando um ensino baseado na emancipação humana, como é a proposta da UNESCO, deve levar a formação de um sujeito atuante na vida pública, que não absorva, somente, os conteúdos, mas seja capaz de refletir sobre eles e sobre suas reais aplicações em uma sociedade voltada para o mercado. Tal sujeito, ao final do curso deve ser capaz de analisar se a instituição que o formou aplica em sua prática política e pedagógica os conceitos que dissemina teoricamente.

A coerência deve fazer parte do ensino e da prática de qualquer teoria ensinada dentro de um ambiente universitário. No caso do ensino sobre a acessibilidade, por exemplo, a instituição não deve se preocupar, apenas, com a formação dos futuros arquitetos, engenheiros, fisioterapeutas, etc. Ela precisa olhar para sua cultura organizacional e perceber se sua estrutura física e de ensino se preocupam com essa mesma diversidade das pessoas que usufruem diariamente de suas instalações. Afinal, uma educação comprometida com a cidadania, não é feita somente de palavras, mas de ações concretas e observáveis.

#### 4 A FORMAÇÃO DE CONCEITOS NA TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA

A teoria sócio-histórica de Vygotsky teve suas bases ancoradas no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Por sua vez, a teoria do materialismo histórico, de Marx, foi elaborada a partir da divisão da história, conforme a organização política e econômica e, também, pelo modo de produção de cada período. Para Marx, o modo de produção de uma sociedade conduz sua organização social, política e econômica. Eis a origem do materialismo histórico: a sociedade é conduzida por meio da história, pelos bens materiais que produz. Além disso, a realidade não é estática, possui um movimento dialético de transformação, gerando mudanças qualitativas e quantitativas em seu interior. Para explicar determinado evento histórico, Marx se utilizou da dialética, buscando, em um novo fenômeno, os elementos responsáveis pela transformação do fato em questão. Para ele, era desse modo que o processo histórico tinha continuidade através dos tempos (PRADO JR, 2009; LIMA JR, 2008).

Vygotsky correlacionou esses conceitos às questões psicológicas e utilizou as concepções de trabalho e o uso de instrumentos, de Engels, para explicar a forma como o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, vê-se transformado por ela nesse processo (VYGOTSKY, 1998a). Ao longo de toda teoria vygotskiana, pode-se perceber os elementos utilizados no marxismo.

Em consequência, o homem de Vygotsky é sócio-histórico e se constrói por meio de suas relações dialéticas. Seus comportamentos e pensamentos são o resultado das tendências biológicas aliadas à sua história pessoal e social, influenciados pela cultura e modo de produção. Na interação com os membros da sociedade e com o ambiente ao seu redor, o indivíduo obtém elementos para se constituir psicologicamente. Esse processo se realiza por meio da internalização dos modelos culturais, os quais são, antes, interpessoais e coletivos, tornando-se, depois, intrapessoais ou individuais e introspectivos.

O homem não se submete passivamente à cultura; ele atua sobre ela interpretando suas informações e seus conceitos, pois eles se encontram no contexto sócio-histórico do ser humano. Desenvolvem-se dialeticamente visando à complexidade do pensamento e, nesse processo, o homem influencia o meio material e social e vice-versa.

Apesar do modelo de escola tradicional e da educação conservadora, a apropriação do conhecimento não se dá de forma passiva, visto implicar transformação de conteúdos ensinados, imprimindo a esses, sentidos próprios que resultam de sua própria história, das

relações sociais e das experiências vivenciadas (ZANELLA, 2001). Por isso, não se pode pensar o desenvolvimento psicológico como um processo abstrato, descontextualizado, sobretudo, no que se refere às formas superiores de comportamento consciente, tipicamente humana, com origem nas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 1988).

Desse modo, o que distingue o homem dos demais animais que possuem apenas comportamentos instintivos é o fato de o homem ser impulsionado por sua razão, impulso que o leva a construir, relacionar-se e adquirir novos conhecimentos. A diferença fundamental, como observa Oliveira (1997), encontra-se na capacidade de abstração humana, indo além da hereditariedade e dos resultados da experiência individual. Por meio da abstração, o homem reelabora os conhecimentos acumulados no decorrer do processo de aprendizagem. Assim, ele aperfeiçoa os conceitos e evolui sua maneira de agir, além de desenvolver novos objetos e reconstruir seu modo de vida a todo o momento (VYGOTSKY, 2001).

Vygotsky (1998b) chamou esse processo de “síntese dialética”, ou seja, o sujeito se vale de elementos, presentes num determinado contexto, para utilizá-los em outra situação. Algumas vezes, uma pequena adaptação em um destes elementos é suficiente para emergir um fenômeno completamente diferente do anterior. Esse tipo de adaptação é possível, somente, porque o sujeito realiza processos psicológicos superiores, ou seja, é capaz de atenção voluntária, comportamento intencional, pensamento abstrato e linguagem. Isso se distingue dos processos elementares encontrados, também, em outras espécies, como é o caso das associações simples e dos reflexos.

Na visão de Vygotsky (2001), as funções psicológicas elementares se encontram presentes, principalmente, no início do desenvolvimento do sujeito, conforme ele vai avançando, no processo de socialização, ocorrerá o desenvolvimento e conseqüente predominância das funções psicológicas superiores. Estas, por sua vez, possibilitarão a ele o planejamento de suas ações e, ainda, pensar em situações imaginárias e objetos ausentes.

Desse modo, pode-se entender que o sujeito apenas adquire um nível superior de pensamento na medida em que a cultura se faz presente em sua vida. Na prática, a cultura é representada pelas relações vivenciadas pelo indivíduo em seu cotidiano. Tais relações são consideradas mediadoras do processo de aprendizagem. O homem não tem um conhecimento direto da realidade ao seu redor, seu conhecimento ocorre por meio de sua ação e da mediação feita com outras pessoas ou objetos.

Nesse sentido, pode-se entender o conceito de mediação como a intervenção de um elemento intermediário em qualquer relação, com o intuito de melhoria do processo. Isso

significa que a relação deixará de ser apenas estímulo e resposta e passará a ser uma relação com resposta posterior a ação do elemento mediador (OLIVEIRA, 1997). “Nesse novo processo o impulso direto para reagir é inibido, e é incorporado um estímulo auxiliar que facilita a complementação da operação por meios indiretos” (VYGOTSKY, 1998a, p. 74).

Toda mediação ocorre por meio de instrumentos e signos. Os instrumentos são o resultado da ação humana perante o ambiente no decorrer da história da humanidade (ZANELLA, 2001). O homem, desde os tempos remotos, transforma os elementos naturais em instrumentos que facilitam suas atividades diárias. Instrumentos importantes, como a faca, o machado e a roda foram fundamentais para a evolução humana. Todo instrumento atende a um objetivo específico e, portanto, é um objeto mediador entre o indivíduo e seu relacionamento com o mundo (OLIVEIRA, 1997). Inicialmente, todo instrumento era criado para atender ao surgimento de novas necessidades. Em nossas cidades modernas, a criação de instrumento, muitas vezes, precede a necessidade humana, a qual aparece, apenas, posteriormente em virtude da influência da coletividade e da mídia.

A origem do instrumento, para Vygotsky, está relacionada ao surgimento do trabalho. Isso significa que o homem cria ferramentas com o intuito de facilitar seu trabalho. Tal como Marx, Vygotsky compreende o desenvolvimento da sociedade humana relacionando-a com seus modos de produção.

A atividade transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e a história humana. No trabalho desenvolvem-se, por um lado, a atividade coletiva e, portanto, as relações sociais, e, por outro lado, a criação e utilização de instrumentos (OLIVEIRA, 1997, p. 27-28).

Já os signos auxiliam o homem a ampliar a sua capacidade de atenção e memória e, também, a controlar sua atividade psicológica de forma voluntária. O signo é a representação simbólica da realidade. As funções psíquicas superiores são mediadas por meio de signos, os quais são utilizados com o intuito de orientação e domínio do processo (VYGOTSKY, 1998b).

Ao longo do processo de desenvolvimento, o indivíduo deixa de necessitar de marcas externas e passa a utilizar signos internos, isto é, representações mentais que substituem os objetos do mundo real. Os signos internalizadores são como as marcas exteriores, elementos que representam objetos, eventos, situações. [...] Temos conteúdos mentais que tomam o lugar dos objetos, das situações e dos eventos do mundo real. Quando pensamos em um gato, por exemplo, não temos na mente, obviamente, o próprio gato; trabalhamos com uma ideia, um conceito, uma imagem, uma palavra, enfim, algum tipo de representação, de signo, que substitui o gato real sobre o qual pensamos (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

O signo é fundamental ao processo de formação de conceitos. Mas, não se trata de qualquer signo, fala-se especificamente da palavra. “Toda atividade consciente do homem é regida por meio da linguagem. Sendo assim, a representação é tanto uma função (tornar presente algo que não está presente) quanto o objeto representado (o significante)” (CAVALCANTE, 2005, p. 190). Vygotsky considera que a palavra é um signo que representa o objeto, enquanto conceito, servindo-lhe de indicação. Quando atua como representante de um conceito, a palavra é um instrumento do pensamento (VYGOTSKY, 1998b).

Conforme Vygotsky (1993, p. 50), o processo de formação de conceitos

[...] vai além da associação, atenção, formação de imagens, inferência ou tendências determinantes... pois todas elas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso da palavra, como veículo controlador de nossas operações mentais.

Nesse ponto, faz-se necessário explicitar a diferença existente entre sentido e significado da palavra, na visão de Vygotsky. Para ele, “O sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência [...]. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa” (1993, p. 125). Quando se trata de um processo intrapessoal, o sentido é o maior atuante no pensamento do sujeito. O significado, por sua vez, irá atuar nas relações interpessoais para, posteriormente, compor a consciência do próprio indivíduo. Nesse sentido, vê-se a linguagem em dois papéis distintos: um que atua no planejamento e controle e formação do pensamento, e outro que funciona como um mediador social (VYGOTSKY, 1993).

Isso significa que o signo funciona como um instrumento no campo psicológico, fazendo a mediação para a ocorrência de processos, como analisar situações, descrever eventos, escolher produtos ou se lembrar de acontecimentos. A diferença existente entre signo e instrumento se encontra no fato de este ser voltado para mudanças no ambiente externo do sujeito, enquanto aquele se orienta para o interior dos indivíduos ou suas coletividades, buscando auxiliar no desenvolvimento dos processos psicológicos.

Essa capacidade de lidar com representações que substituem o próprio real é que possibilita ao homem libertar-se do espaço e do tempo presente, fazer relações mentais na ausência das próprias coisas, imaginar, fazer planos e ter intenções. Posso pensar em um gato que não está presente no local em que estou, imaginar um gato sobre uma poltrona que no momento está vazia, pretender ter um gato em minha casa a partir da próxima semana. Essas possibilidades de operação mental não constituem uma relação direta com o mundo real fisicamente presente; a relação é mediada pelos signos internalizados que representam os elementos do mundo, libertando o homem da necessidade de interação concreta com os objetos de seu pensamento (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

A linguagem, dessa forma, tornou-se fundamental para a transmissão dos conhecimentos adquiridos às próximas gerações. Sem esse sistema simbólico, seria impossível ao homem desenvolver seus pensamentos de maneira abstrata e evoluí-los a níveis superiores, podendo transmiti-los, aos demais, num circuito de aperfeiçoamento incessante. Aqui emerge, na teoria de Vygotsky, a dialética já referenciada em Marx. Um determinado conceito encontra uma barreira desagregadora em elementos contrários ou complementares, devendo ser repensado e reestruturado psicologicamente. Esse processo nunca se finda, um conceito formado, em algum momento, encontrará um elemento desagregador, fazendo com que a espiral do conhecimento ascenda novamente. De forma simplificada, essa é a explicação básica do processo de formação de conceitos.

Aprofundando esse tema, percebe-se que, na realidade, a formação de conceitos é uma atividade complexa, na qual atuam todas as funções intelectuais básicas (CAVALCANTI, 2005). Segundo Vygotsky, o processo de formação de conceitos é composto de três fases distintas entre si:

A primeira é denominada de “conglomerado vago e sincrético de objetos isolados”. A segunda é a do “pensamento por complexos”. Nessa fase os objetos isolados se associam na mente da criança devido às suas impressões subjetivas e “às relações que de fato existem entre esses objetos”. Um complexo é um agrupamento concreto de objetos e fenômenos unidos por ligações factuais. Essa fase é importante porque há nela um momento chamado de pseudoconceito, bastante semelhante ao conceito propriamente dito e, inclusive, elo de ligação para a formação dos conceitos. A terceira fase é a de formação de conceitos. Vygotsky a distingue da fase de pensamento por complexos, afirmando que para formar conceitos é necessário Abstrair, isolar elementos, e examinar os elementos abstratos separadamente da totalidade da experiência concreta de que fazem parte. Na verdadeira formação de conceitos, é igualmente importante unir e separar: a síntese deve combinar-se com a análise. O pensamento por complexos não é capaz de realizar essas duas operações (VYGOTSKY, 1993, p. 66)

É importante frisar que, na visão de Vygotsky, o processo de síntese não é a soma pura de dois elementos, mas o surgimento de algo novo. Isso é possível pela capacidade humana de criar e analisar, criticamente, sua criação e a dos demais sujeitos. São os processos psicológicos superiores, mediados por meio de instrumentos psicológicos em relações sócio-históricas, que possibilitam a interação de tais elementos e, nesse intercâmbio, ocorre um processo de transformação, gerando um novo conceito.

O processo pelo qual o homem transforma os signos externos em signos internos, possibilitando a mediação e transformando os elementos disponíveis em sua estrutura psíquica e no ambiente sócio-cultural, em fenômenos novos, é chamado, por Vygotsky, de internalização. Por meio da internalização de conceitos que transformam as marcas externas

em signos compartilhados pela sociedade, a comunicação entre os sujeitos é possibilitada e aperfeiçoada (VYGOTSKY, 2001).

A internalização é o processo que permite, a um sujeito, identificar determinados objetos com seus significados abstratos (VYGOTSKY, 2001). Por exemplo, ao internalizar o significado de “cadeira”, um conceito compartilhado por todos os demais membros da sociedade, o sujeito é capaz de identificar uma cadeira em qualquer circunstância. Ainda que ela tenha várias formas e modelos, o conceito continua o mesmo e o sujeito permanece capaz de identificá-la. E se alguém falar em cadeira, mesmo quando o objetivo estiver ausente, o indivíduo poderá compreender sobre o que se trata, apenas retomando, em seu psiquismo, esse conceito anteriormente internalizado. Isso significa que o sujeito não necessita do contato direto com o objeto, para mentalmente compreendê-lo e analisá-lo, se preciso for. A idéia de cadeira é suficiente para mediar a relação entre a cadeira real e os processos psicológicos da pessoa (VYGOTSKY, 1998a).

A internalização não ocorre instantaneamente, é um processo sob o qual demanda uma série de transformações no sujeito. Inicialmente, um elemento externo é reconstruído e o sujeito começa a lidar com ele internamente. Tal elemento passa de um processo interpessoal a um processo intrapessoal após uma série de eventos advindos no decorrer do desenvolvimento. Os elementos exteriores continuam a existir e permanecem se transformando psiquicamente até serem internalizados de forma definitiva. (VYGOTSKY, 1998a). Nesse estágio, pode-se dizer que ocorre a formação definitiva do conceito, na qual, todas as funções intelectuais participam para a resolução do problema enfrentado.

Clareando melhor o processo de aquisição de conceitos, Cavalcanti (2005, p. 118) informa que:

A internalização é um processo de reconstrução interna, intrassubjetiva, de uma operação externa com objetos que o homem entra em interação. Trata-se de uma operação fundamental para o processo de desenvolvimento de funções psicológicas superiores e consiste nas seguintes transformações: de uma atividade externa para uma atividade interna e de um processo interpessoal para um processo intrapessoal. Na explicação desse processo de internalização, os estudiosos de Vygotsky têm destacado dois aspectos que me parecem fundamentais para a linha de raciocínio que está sendo desenvolvida neste texto. Primeiro é o percurso dessa internalização das formas culturais pelo indivíduo, que tem início em processos sociais e se transforma em processos internos, interiores do sujeito, ou seja, por meio da fala chegasse ao pensamento. O segundo aspecto é o da criação da consciência pela internalização, ou seja, Vygotsky alerta, como dizem seus estudiosos, para o fato de que esse processo não é o de uma transferência (ou cópia) dos conteúdos da realidade objetiva para o interior da consciência, pois esse processo é, ele próprio, criador da consciência.



A existência de um problema não é suficiente para que a formação de conceitos se processe, em virtude disso, ela somente ocorrerá no final da adolescência, quando o sujeito for confrontado com novas exigências em seu mundo cultural, profissional e cívico. São os novos objetivos, exigidos do adolescente, que estimularão o aparecimento do pensamento conceitual (VYGOTSKY, 1998b). Embora se saiba que, em qualquer idade, um conceito atribuído a uma palavra, seja um ato de generalização, é um tipo primitivo de formação conceitual, devendo evoluir a partir do desenvolvimento intelectual da criança até atingir, na idade adulta, as generalizações mais complexas, levando à formação de conceitos.

Mas o conceito desenvolvido pressupõe algo mais do que a unificação. Para formar esse conceito é também necessário abstrair, isolar elementos e ver os elementos abstraídos da totalidade da experiência concreta em que se encontram mergulhados. Na genuína gênese dos conceitos é tão importante unificar como separar: a síntese tem que combinar-se com a análise (VYGOTSKY, 1998b, p. 95).

Os conceitos se formam em condições diferenciadas, sejam elas internas ou externas. Terão origem no aprendizado em sala de aula ou a partir da experiência pessoal do sujeito. Um indivíduo, criança ou adulto, não será confrontado com determinados problemas a partir de sua própria experiência direta, precisará da estrutura de uma escola/universidade ou de experiências equivalentes para adquirir um conhecimento sistematizado a fim de resolver tais situações.

Vygotsky (2001) afirma que os conceitos são cotidianos e científicos em função de suas origens. Os conceitos cotidianos se iniciam em situações concretas e avançam em direção ao pensamento abstrato. Já o conceito científico parte do abstrato em direção ao concreto. Por isso, diz-se que os conceitos cotidianos têm desenvolvimento ascendente e os científicos, descendentes. Para Vygotsky (1993), conceitos espontâneos e não-espontâneos se relacionam e se influenciam mutuamente, são partes de um mesmo processo:

[...] o desenvolvimento da formação de conceitos, que é afetado por diferentes condições externas e internas, mas que é essencialmente um processo unitário, e não um conflito entre formas de inteligência antagônicas e mutuamente exclusivas. O aprendizado é uma das principais fontes de conceitos da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força que direciona o seu desenvolvimento, determinando o destino de todo o seu desenvolvimento mental (VYGOTSKY, 1993, p. 74).

O conceito cotidiano, por sua vez, forma-se na experiência concreta e possui pouca possibilidade de generalização. Diante de uma situação problema, o sujeito de posse do conceito cotidiano, irá resolvê-la a partir das experiências acumuladas culturalmente na vida

diária pelas gerações precedentes. Sua característica principal é ser um conceito sem consciência, associado a uma situação concreta (VYGOTSKY, 1998b).

Em contrapartida, os conceitos científicos demandam elevada capacidade de abstração. Seu desenvolvimento tem início ao se estabelece uma definição verbal aplicada em operações não-cotidianas. Forma-se a partir de um pensamento sistemático e intencional, ocorrendo de forma consciente e analítica. Consiste na transformação de processos elementares ou naturais em processos superiores por meio das relações sócio-históricas do sujeito.

A maior de todas as dificuldades é a aplicação de um conceito que o adolescente conseguiu finalmente apreender e formular a um nível abstrato a novas situações que têm que ser encaradas nos mesmos termos abstratos [...] A transição do abstrato para o concreto vem a verificar-se tão árdua para o jovem, como a primitiva transição do concreto para o abstrato (VYGOTSKY, 1998b, p. 100).

Nesse processo, os significados dos conceitos deverão sofrer modificações na medida em que o sujeito evolui psicologicamente. Desse modo, um processo de formação de conceitos pode tanto dar origem a uma idéia nova, quanto aprimorar uma já elaborada a priori. A partir desse fato, pode-se compreender que a formação conceitual não acontece de forma definitiva, mas sim, dialética e histórica. Isso significa que um determinado conceito sempre estará em processo de evolução (VYGOTSKY, 1993).

Sendo assim, pode-se inferir que os conceitos cotidianos se desenvolvem a partir da experiência sensorial, do concreto indo em direção a abstração e os científicos seguindo caminho inverso. Nesse ínterim, interferências internas e externas acontecem a todo o momento, auxiliando a síntese do conceito.

Pode-se dizer que um conceito sintetizado se encontra no primeiro nível de desenvolvimento em relação às dimensões do aprendizado de um sujeito. Vygotsky estabeleceu dois níveis de desenvolvimento conceituais: o primeiro é relacionado a ciclos completos, ou seja, conceitos já aprendidos, esse estágio é chamado de nível de desenvolvimento real e revela os problemas capazes de serem solucionados por um indivíduo, de forma completamente independente, indicando que tais funções já se encontram maturada em seu psiquismo; em contrapartida, o segundo estágio é conhecido como zona de desenvolvimento proximal e caracteriza as funções que ainda se encontram em fase de maturação mental. Nessa zona, o sujeito não conseguirá solucionar problemas de forma independente, mas com o auxílio de alguém mais capacitado, poderá concluir os objetivos com quais foi confrontado (VYGOTSKY, 1998a). É importante frisar que essa zona trata de

funções presentes em estado embrionário. “Essas funções poderiam ser chamadas de "brotos" ou "flores" do desenvolvimento, ao invés de "frutos" do desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1998a, p. 113). Essa zona está em constante transformação e permite a transição dos instrumentos mediados interpsicológicamente para os instrumentos de mediação intrapsicológicos, pois os conceitos superiores são a síntese de uma atividade social partilhada com os elementos já existentes na psique do sujeito (ZANELLA, 2001).

Entretanto, apesar de Vygotsky se referir em diversos momentos sobre o papel da escola, seus estudos demonstram que aprender não se constitui unicamente na apropriação de conceitos científicos dentro de uma instituição. Por haver cunhado uma teoria baseada na mediação, ele acabou por achar, na escola, o contexto ideal para o desenvolvimento de seus preceitos. Ocorre que, a partir do surgimento da mídia falada e escrita, desenvolveram-se novas formas privilegiadas de mediação e com o advento da internet não há como negar a influência desse instrumento enquanto elemento socializador e, conseqüentemente, atribuir-lhe um papel importante no desenvolvimento psíquico dos sujeitos (ZANELLA, 2001).

Mas, a escola não poderá, pura e simplesmente, exercer sua prática ensinando diretamente os conceitos científicos. Segundo Vygotsky (2001), essa ação se mostra estéril em termos pedagógicos.

O professor que envereda por esse caminho costuma não conseguir senão uma assimilação vazia de palavras, um verbalismo puro e simples que estimula e imita a existência dos respectivos conceitos na criança mas, na prática, esconde o vazio. Em tais casos, a criança não assimila o conceito mas a palavra, capta mais de memória que de pensamento e sente-se impotente diante de qualquer tentativa de emprego consciente do conhecimento assimilado. No fundo, esse método de ensino de conceitos é a falha principal do rejeitado método puramente escolástico de ensino, que substitui a apreensão do conhecimento vivo pela apreensão de esquemas verbais mortos e vazios. Diferentemente, o ensino voltado para a formação de conceitos aborda (VYGOTSKY, 2001, p. 247).

Embora Vygotsky traga sua fala em um contexto de educação infantil, ela pode ser perfeitamente aplicada a qualquer estágio da educação formal. Afinal, mesmo atualmente, com tantas tecnologias e formas de mediação diferenciadas, a escola continua a ensinar conceitos prontos. Sabe-se, pela fala anterior de Vygotsky, que esse tipo de instrução somente gera a verbalização esvaziada. O sujeito “aprendiz” passa a verbalizar palavras vazias que se perdem no tempo e no espaço das demais atividades em seu cotidiano, por se tratar de informação sem qualquer significado interno.

Considerando, então, que o aluno traz uma riqueza de conhecimentos sobre o mundo e seu funcionamento, que na maioria das vezes entram em conflito com o que é imposto pela escola e tem de ser aprendido, como o professor pode agir para que os estudantes não rejeitem esses conhecimentos, não tenham dificuldades em assimilá-los ou, ainda e principalmente, não dêem "respostas corretas" apenas para cumprir tarefas escolares sem sentido e inúteis? Para os professores, esta tarefa não é fácil, porque implica uma revisão, tanto de conteúdos quanto de metodologias. Diversos estudos têm demonstrado que as próprias crenças dos professores exercem grande influência na implementação do currículo. Por essa razão, os próprios professores devem ser investigadores em sala de aula. Entretanto, mudanças na escola são muito difíceis como práticas individuais, mas possíveis se assumidas pelo grupo de professores ao refletirem sobre sua ação (DUARTE, 1996 apud NÉBIAS, 1999, p. 138).

Afinal, o professor atua diretamente no processo de mediação e interfere na zona de desenvolvimento proximal de seus alunos, facilitando ou não o desenvolvimento de processos mentais superiores.

Embora o ensino direto de conceitos seja impossível e infrutífero e um professor que tenta realizá-lo geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vácuo. A instrução e a aprendizagem desempenham um papel predominante na sua aquisição (VYGOTSKY, 1998b, p. 108).

Vygotsky chama a atenção e volta o seu olhar para a escola, porque reconhece a influência que o ambiente exerce na internalização. A participação dos outros membros de uma classe será fundamental para o aprendizado real do aluno. Afinal, o homem é um ser sócio-histórico e não se desenvolve, plenamente, na ausência dos demais membros de sua sociedade.

Na escola, os professores fazem a diferenciação entre conceitos científicos e cotidianos, ensinando e mediando o aprendizado do último. O processo de mediação, quando não exercido de maneira eficaz, poderá levar ao desenvolvimento de conceitos equivocados. Um sujeito poderá, nesse ínterim, não conseguir formar os conceitos científicos necessários aos pensamentos superiores. Desse modo, com conceitos mal formados, o indivíduo terá dificuldades na abstração de idéias e na formação do pensamento crítico, visto que sempre será necessária a presença do objeto real para sua compreensão do meio.

Por esse motivo, a interação é importante ao aprendizado, pois ela atua diretamente na zona de desenvolvimento proximal. Por conseguinte, os membros de uma classe/sociedade se auxiliam na realização de objetivos ainda não passíveis de resolução pelo indivíduo independentemente. Não há como ser de outra maneira, pois processos já acabados não se beneficiam com a ajuda de outros, realizam-se de forma autônoma, assim como os processos

que ainda não floresceram não conseguem tirar proveito de qualquer forma de auxílio (OLIVEIRA, 1997).

Embora seja extremamente válida a interação e o processo sócio-histórico ao surgimento e o aprimoramento das funções psicológicas superiores, o sujeito não é apenas um receptor de estímulos. Portanto, reage ativamente perante todas as formas de mediações disponíveis. Sua psique trabalha na construção e reconstrução de idéias e situações a partir de seu próprio mundo interior, auxiliado pelas demais pessoas do mundo exterior. Nesse processo, ele reelabora os significados de muitos conceitos e transforma sua cultura.

É preciso, então, que o professor aguçe bastante a sensibilidade para captar os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados no ensino. Isso significa a afirmação e a negação, ao mesmo tempo, dos dois níveis de conhecimento (o cotidiano e o científico) na construção do conhecimento, tendo, contudo, como referência imediata, durante todo o processo, o saber cotidiano do aluno. Não se desconsidera, aqui, o importante papel do conhecimento científico e do professor (ele próprio ligado a um contexto histórico-cultural) como mediação do aluno com o objeto a conhecer; ao contrário, o texto insiste no entendimento de que se trata de o aluno aproveitar formas de mediação, de colaboração coletiva, para a construção e o desenvolvimento de funções psicológicas pessoais, de pensamento por conceitos (CAVALCANTI, 2005, p. 201).

Para aproveitar a mediação de maneira satisfatória, Nébias (1999) coloca que o contato com o objeto relacionado ao conceito é um importante facilitador para assimilá-lo. Para tanto, o professor organizará o processo no intuito de voltar a atenção de seus alunos para as propriedades que constituem o objeto do conceito a ser formado. Ao identificar, no objeto, as características abstratas e reconhecer aquelas que não os pertence, o aluno tem autonomia para criar os conceitos a partir de sua própria experiência. Ainda nesse sentido, na visão de Talízinia (1988 apud NÉBIAS, 1999, p. 138), “Para que um conceito se forme, não como um conhecimento isolado, mas como um elemento estrutural da ciência, é muito importante introduzir os conceitos não sucessivamente, um após o outro, mas em um sistema”.

Uma prática pedagógica que tem por objetivo a formação de conceitos em forma de sistema deve levar em consideração as sugestões apontadas por Nébias (1999, p. 138), para ela, os alunos não vêm vazios para a escola, mas com idéias necessárias ao processo de construção de significados. Não levar em consideração a experiência constituída por meio da família e da cultura é um erro grave, pois é a partir do pensamento trazido pelo estudante que os conceitos podem evoluir a níveis superiores.

Para superar a resistência em substituir conceitos por outros mais adequados é necessário que o conceito a ser adquirido tenha significado para o sujeito, seja útil e faça

sentido em seu modo de pensar. Por isso, é importante o diálogo entre professor e aluno e seus pares, pois facilita o processo de aprendizagem (NÉBIAS, 1999).

Outra forma eficaz de exercer influência na zona de desenvolvimento proximal, segundo a autora citada acima, é provocar uma desestruturação mental com contra-exemplos. Isso pode levar a dúvidas e insatisfação por parte dos alunos, fazendo com que eles testem suas concepções anteriores.

Um plano de atividades cognitivas deve ser estimulado também, pois para Vygotsky (2001), o ensino direto de conceitos se mostra infrutífero à formação de conceitos. Os alunos precisam pensar em várias alternativas para resolver um mesmo problema.

Além das características apresentadas, Nébias (1999), ainda, ressalta a importância do *feedback* em relação à evolução do pensamento do aluno, o valor dos meios variados de exploração de um conceito, a construção de mapas conceituais e, por fim, o desenvolvimento da ação de inclusão e de dedução. Sendo que, a inclusão se refere à análise de determinado objeto, no intuito de verificar se este constitui parte integrante do conceito que está se desenvolvendo, enquanto a dedução diz respeito à análise das características de um determinado objeto, com o objetivo de analisar se elas são suficientes para afirmar que tal objeto seja integrante do conceito estudado.

Dessa forma, pode-se afirmar a importância da formação de conceitos para o desenvolvimento do ser humano e de sua espécie. O sujeito incorpora, em seu intelecto, alguma teoria e a reelabora transformando-a em pensamento crítico avançado. Não é exclusividade das ciências humanas ou da pedagogia tal modalidade de pensamento, todos os seres humanos realizam essa mesma atividade ao entrarem em contato com elementos que desestruturam certezas teóricas anteriores. Em cada novo problema, ocorre a mesma desestrutura psíquica a fim de que o sujeito possa reelaborar seus pensamentos. O pensamento avança de forma ascendente e, no caso estudado na presente pesquisa, a formação do conceito de acessibilidade é, apenas, uma base para afirmar se o educando teve as condições necessárias para transformar um conceito empírico, num conceito científico, ou se, pelo menos, encontra-se na zona de desenvolvimento proximal.

Esse estudo é apenas uma pequena amostra de como os profissionais fisioterapeutas estão saindo da universidade. “É importante lembrar que o ensino sistemático e explícito, na escola, deve levar o aluno a reconceitualizações e, principalmente, desenvolver formas de pensar que se estendam para outras áreas e para situações que transcendem a sala de aula” (NÉBIAS, 1999, p. 138). Utiliza-se do conceito de acessibilidade para perceber se a formação universitária está sendo capaz de tirar os estudantes da zona de conforto e estimulá-los a uma

construção própria de pensamento, evitando a reprodução de conceitos pré-elaborados. Esse é, por conseguinte, o objeto de estudo da presente pesquisa: a formação de conceitos. No que tange a educação, cidadania e acessibilidade, a formação de conceitos, dentro das salas de aula, deve levar o educando a desenvolver um conceito científico de acessibilidade baseado no desenho universal, ou seja, a acessibilidade para todos. Se esse objetivo for atingido, dentro da matriz curricular existente, ter-se-á um profissional comprometido com a cidadania, consciente da existência de falhas dentro das teorias tradicionais, mas buscando aperfeiçoá-las em sua prática profissional.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 Natureza da Pesquisa

Com o objetivo de compreender as relações existentes entre o conceito de acessibilidade internalizado pelos acadêmicos de fisioterapia, a educação e a prática da cidadania, esse estudo adotou o método de pesquisa qualitativa e exploratória.

Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Neste nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Já na concepção de Vianna (2001, p. 122):

Na pesquisa qualitativa você analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, conseqüências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos.

Desse modo, uma pesquisa qualitativa sempre buscará um conhecimento aprofundado do objeto a ser estudado. Estudos exploratórios, por conseguinte:

Têm como objetivo a formulação de um problema para efeito de uma pesquisa mais precisa ou, ainda para a elaboração de hipóteses. Além desses, os estudos exploratórios podem ter outros aspectos, tais como o de possibilitar ao pesquisador fazer um levantamento provisório do fenômeno que deseja estudar de forma mais detalhada e estruturada posteriormente, além da obtenção de informações acerca de um determinado produto. (OLIVEIRA, 2002, p. 135).

Tais estudos aprimoram idéias e aprofundam o conhecimento da realidade, porque interpretam a fala e os comportamentos de indivíduos ou comunidades, explicando a razão subjacente dos discursos e das ações. Seu planejamento é bastante flexível, a fim de possibilitar a consideração dos mais variados aspectos relativo ao fato estudado.



## 5.2 Unidade de Pesquisa

A unidade de pesquisa é o curso de Fisioterapia da Universidade UNESC, no qual a primeira turma iniciou, em 1998, no Hospital Regional de Araranguá, sendo que, somente, um ano depois houve a transferência para o Campus de Criciúma. A partir do ano de 2009, passou a ser matutino, porém os acadêmicos entrevistados estudaram 5 anos em regime integral. Tal acadêmico, depois de formado, recebeu o título de fisioterapeuta. Ao todo foram 4.410 h/aula. O Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido nas 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> fases. As Práticas fisioterapêuticas no Curso de Fisioterapia ocorreram nas 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> fases.

A prática fisioterapêutica, caracterizada como estágio curricular, é a etapa da formação profissional que proporciona níveis mais complexos da educação clínica e onde o aluno adquirirá experiência terapêutica. A disciplina é desenvolvida em sete semestres que progride em complexidade conforme sua evolução. Os estágios são realizados em locais diversos tais como: escolas, clubes esportivos, hospitais, clínicas, entidades filantrópicas, indústria, comércio, comunidades carentes, etc. (UNESC, 2009).

“Os acadêmicos participam de projetos em: Reabilitação Pulmonar; Bem Viver com Alzheimer; Apoio às Gestantes; Ergonomia; Equoterapia; Serviço de Fisioterapia; Saúde para Todos” (UNESC, 2009). Em virtude da limitação do tempo disponível para realização do estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e optou-se pelo curso de fisioterapia, dentre os cursos existentes na UNESC que tratam de acessibilidade, por este se mostrar mais apropriado à realização da pesquisa tendo em vista a afinidade da pesquisadora.

Em relação ao conceito científico de acessibilidade, o curso apresenta em sua matriz curricular, na sexta fase, a disciplina de *Ergonomia e Fisioterapia do Trabalho*, a qual possui a carga horária de 108 h/aula, equivalente a 6 créditos, tratando, em sua ementa, de vários assuntos e conceitos, dentre eles, a acessibilidade.

Porém, os sujeitos de pesquisa fizeram parte da matriz curricular 2 e os conceitos de acessibilidade foram contemplados nas disciplinas de *Ergonomia I e II*, na sexta e sétima fase do curso, totalizando uma carga horária de 72 h/aula por disciplina, equivalentes a 4 créditos cada uma.

Na visão de Fabris (2000, p.2), um fisioterapeuta é:

[...] um dos agentes da equipe multidisciplinar da saúde. Responsável pela promoção e manutenção das boas condições de saúde e qualidade de vida, deve desenvolver

seus sentidos na busca de conhecer, captar e interpretar as linguagens do corpo para prevenir, avaliar, diagnosticar e reabilitar adequadamente seu paciente.

Nesse sentido, o fisioterapeuta é o profissional capacitado a compreender as limitações do corpo humano e suas dificuldades físicas em relação ao ambiente ao seu redor. Sua missão não se encontra apenas a nível preventivo e curativo no que diz respeito a doenças físicas ou incapacidades de movimentos em virtude de alguma intempérie sofrida por um sujeito. Ela engloba, também, a adequação de ambientes à realidade dos sujeitos que os utilizam e, mais que isso, a incorporação da concepção de acessibilidade no projeto dos ambientes construídos e demais artefatos utilizados pelo homem.

Segundo o PPP (Projeto Político Pedagógico) do curso de Fisioterapia da UNESC, o principal objetivo da faculdade de fisioterapia é “Formar fisioterapeutas generalistas com percepção holística do ser humano e da realidade, comprometidos social e politicamente com a promoção da qualidade de vida” (UNESC, 2009, p. 8).

E o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – (2008) corrobora com essa missão quando traduz a fisioterapia como uma ciência que tem por objeto de estudo o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, tanto nas alterações patológicas quanto nas repercussões psíquicas e orgânicas. Seu objetivo é preservar, manter (forma preventiva), desenvolver ou restaurar (reabilitação) a integridade de órgãos, sistemas ou função.

### **5.3 Delimitação da Amostra**

A idéia da pesquisa era desenvolver um estudo com a população dos formandos de fisioterapia do último semestre do ano de 2008, pois estes, em tese, já teriam se apropriado do conceito científico de acessibilidade.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996, p. 37), “[...] População é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...]”. Por se tratar de um grupo pequeno (30 formandos) havia a possibilidade de contemplar a totalidade da população referida neste estudo. No entanto, dos 30 formandos, 4 não puderam participar da pesquisa por motivos particulares. Desse modo, foram entrevistados, efetivamente, 26 acadêmicos, entre homens e mulheres.

A liberação dos acadêmicos para a realização das entrevistas foi concedida pelo departamento de Fisioterapia da UNESC, o qual cedeu o horário destinado ao atendimento na clínica-escola da referida universidade, localizada no bairro Universitário em Criciúma / SC.

#### **5.4 Instrumentos de Coleta de Dados**

Os dados do presente estudo foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada, contendo 5 questões referentes aos objetivos propostos na pesquisa (vide modelo em apêndice).

Uma entrevista é um instrumento de investigação dinâmico que estimula a atividade psíquica do sujeito entrevistado. De acordo com Gil (1999, p. 120), a entrevista semi-estruturada ou por pautas:

[...] apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

Já na visão de Minayo (2008, p. 267):

A modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na seqüência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa.

Os acadêmicos foram contatados previamente pela Coordenadora da Clínica de Fisioterapia e pela pesquisadora, sendo que, nessa oportunidade, assinaram o termo de consentimento livre, esclarecido e informado. As entrevistas foram agendadas para a última semana de aula do semestre, no período compreendido entre 17/06/2008, terça-feira, e 20/06/2008, sexta-feira, no último horário de atendimento de cada aluno, na citada clínica, nos turnos matutino e vespertino. Ressalta-se que foram entrevistados todos os alunos que consentiram em participar da pesquisa.

Os alunos foram entrevistados, individualmente, em uma sala da clínica de fisioterapia logo após serem coletados os dados de identificação. Cada sujeito de pesquisa foi identificado por meio de uma numeração, ranqueados do 1 ao 26, com a finalidade de resguardo de suas identidades. As entrevistas foram gravadas em aparelho digital *sony* e, posteriormente, transcritas para análise a partir dos objetivos propostos para esta pesquisa.

## 5.5 Análise dos Dados

Os dados foram analisados de modo qualitativo. A análise qualitativa tem por princípio descrever as categorias utilizadas, incluindo-as no fenômeno estudado. “Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 2004, p. 21). Ela busca analisar o significado da categoria para o sujeito pesquisado. A frequência com que cada categoria de análise definida a priori por meio do referencial teórico aparece no discurso do entrevistado (certo sentido quantitativo) e, além disso, busca as relações existentes entre as categorias selecionadas para a pesquisa (SAMPIERI, 2006).

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 2004, p. 117).

Para tanto, o método de análise empregado foi a análise de conteúdo. Nesse método de análise e interpretação, o pesquisador compreende o discurso dos entrevistados a luz do referencial teórico utilizado, criando categorias de análise, que pode ser uma palavra, uma frase ou um conceito. Segundo Bardin (2004, p. 44): “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades através das mensagens”.

De acordo com Gil (1999, p. 165), a análise de conteúdo é:

[...] uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.

Por outro lado Demo assim a traduz:

Análise de conteúdo não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. É preciso ir além disso, de modo hermenêutico. Saborear as entrelinhas, porque muitas vezes o que está nas linhas é precisamente o que não se queria dizer. Surpreender as insinuações, que cintilam no lusco-fusco das palavras e superam as limitações da expressão oral e escrita. Escavar os compromissos para além das verbalizações, pois amais há coincidência necessária entre um e outro. Explorar vivências, que aparecem mais no jogo, na brincadeira, na piada, do que na formulação cuidadosa gramatical. Compor a intimidade da vida cotidiana, na sua mais profunda sensibilidade. Levar ao depoimento tão espontâneo que a diferença entre teoria e prática se reduza ao mínimo possível, de tal sorte que aquilo que se diz é aquilo que se faz (DEMO, 1995, p. 246).

E acrescenta mais adiante:

Existe obviamente um privilegiamento dos conteúdos, ainda que nunca em detrimento da qualidade formal. A este respeito, convém recolocar o problema da análise de conteúdo, geralmente vista de modo clássico. Não se refere, em primeiro lugar, ao conteúdo de um discurso, entendido como o discurso redigido formalmente. Análise de conteúdo refere-se em si a conteúdos da prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva. Assim, não importa tanto se a linguagem é gramaticamente correta, se a expressão é confusa, se há contradição mais ou menos flagrante em termos de lógica. Porquanto, contradição lógica, mais que denotar maus usos de regras formais, aponta para problemas reais de conteúdo, que urge determinar (DEMO, 1995, p. 246).

Bauer (2002, p. 192) em seu texto sobre análise de conteúdo traz um quadro de conceitos que seria pertinente reproduzirem:

### **Quadro 3 – Algumas definições de análise de conteúdo**

---

A semântica estatística do discurso político (Kaplan, 1943, p. 230).

A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (Berelson, 1952, p. 18)

Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens (Holsti, 1969, p. 14).

Processamento das informações que o conteúdo da comunicação é transformado, através da aplicação objetiva e sistemática de regras de categorização (Paisly, 1969).

Uma técnica de pesquisa para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto (Krippendorff, 1980, p. 21).

Uma metodologia de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem (Weber, 1985, p. 9).

---

**Fonte:** Bauer (2002, p. 192)

Desse modo, para proceder à análise, seguindo os passos indicados para a análise de conteúdo, elaborou-se um quadro no qual foram inseridas as categorias de análise (Quadro 4), segundo a definição pré-estabelecida por Vygotsky. Estas, por sua vez, foram utilizadas na interpretação das verbalizações de pesquisa, a fim de verificar se o conceito de acessibilidade internalizado pelos formandos de Fisioterapia se encontrava no nível científico, transitório ou cotidiano.

#### Quadro 4 – Categorias de análise

<p><b>CONCEITO CIENTÍFICO</b></p> <p>Demanda elevada capacidade de abstração. Forma-se a partir de um pensamento sistemático e intencional, ocorrendo de forma consciente e analítica. É a transformação de processos elementares ou naturais em processos superiores por meio das relações sócio-históricas do sujeito. “No seu desenvolvimento, o conceito científico, começa usualmente pela sua definição verbal sendo logo de início utilizado em operações não espontâneas — quer dizer, logo de início se começa a operar com o próprio conceito” (VYGOTSKY, 1998b, p.184).</p> <p><b>Fonte:</b> Vygotsky (1998b)</p>
<p><b>CONCEITO DE TRANSIÇÃO</b></p> <p>O conceito de transição pode ser caracterizado, na teoria de Vygotsky, como a zona de desenvolvimento proximal que está sempre sendo alargada. À semelhança da ZDP e das Funções Embrionárias, os conceitos em transição se encontram em estágios intermediários entre os conceitos científicos e os conceitos cotidianos – enquanto não se decolam da realidade não possuem todas as qualidades de um conceito científico, pois suas qualidades ainda estão se consolidando.</p> <p><b>Fonte:</b> Do pesquisador</p>
<p><b>CONCEITO COTIDIANO</b></p> <p>Forma-se na experiência concreta e possui pouca possibilidade de generalização. Sua característica principal é ser um conceito sem consciência. “Se procurarmos a raiz de um conceito espontâneo veremos geralmente que este tem origem numa situação de confronto com uma situação concreta [...]” (VIGOTSKI, 1998b, p.185)</p> <p><b>Fonte:</b> Vygotsky (1998b)</p>

A fim de obter-se uma amplitude na definição do conceito de acessibilidade, elegeam-se alguns conceitos distintos (Quadro 4). O primeiro conceito científico utilizado no desenvolvimento do presente estudo foi extraído da NBR 9050 (Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em vigor desde 30 de junho de 2004.

O segundo conceito foi recortado de um dicionário de português. Outro conceito importante, retirado de um artigo científico, foi o estabelecido por Mazzoni et al (2001), segundo o qual acessibilidade seria a própria definição de desenho universal, ou seja, a concepção do acesso desde a criação do produto ou ambiente.

Por fim, destaca-se, ainda, o conceito apresentado em outra publicação científica, o qual define acessibilidade como o esforço empreendido para vencer uma separação espacial (RAIA JR. et al, 1997).

A partir desses enunciados, foi possível elencar os atributos essenciais (Quadro 5) a fim de se obter parâmetros de análise para a fala dos entrevistados e, assim, eleger-se em qual estágio de desenvolvimento se encontra a formação do conceito de Acessibilidade dos sujeitos questionados bem como a contribuição das disciplinas cursadas durante a graduação.

#### Quadro 5 – Atributos Essenciais do Conceito Científico de Acessibilidade

Autor	Conceito de Acessibilidade	Atributos do conceito
<b>ABNT (2004, p.2)</b>	“possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004, p. 2).	- condição de alcance; - percepção e entendimento; - segurança e autonomia.
<b>Raia Jr et al (1997, p. 998)</b>	“uma medida do esforço para vencer uma separação espacial, para que o indivíduo ou grupo de indivíduos possa exercer suas atividades, de acordo com as oportunidades apresentadas” (RAIA JR et al, 1997, p. 998).	- menos esforço = mais acesso; - liberdade para exercer as atividades; - igualdade de condições para exercer as atividades; - autonomia para exercer as atividades no momento em que elas se apresentam.
<b>Ferreira (1985, p.26)</b>	“qualidade ou caráter de acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção; a que se pode chegar; de acesso fácil” (FERREIRA, 1985, p. 26).	- facilidade para obter = percepção e entendimento; - facilidade para utilizar; - autonomia necessária para obter ou se aproximar do objeto; - igualdade de condições = não adianta chegar, precisa chegar com acesso fácil.
<b>Mazzoni et al (2001, p.28)</b>	“um produto ou sistema projetado sob o conceito de desenho para todos incorpora características que, além de permitir a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, tornam o seu uso muito mais fácil e confortável para todos os usuários”. (MAZZONI et al, 2001, p. 28). “desde o projeto, pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos” (MAZZONI et al, 2001, p. 28).	- facilidade para obtenção e uso de um produto ou sistema; - que todos consigam obter e utilizar o produto e sistema = para que seja para todos precisa ser em igualdade de condições e de maneira autônoma; - que todos os usuários se sintam confortáveis ao obter e utilizar um produto ou sistema = conforto e segurança.

Fonte: Do pesquisador

A fim de se elencarem os elementos essenciais do conceito de cidadania e realizar-se o entrecruzamento com os elementos da acessibilidade, elegeram-se três conceitos diferenciados sobre esse tema. O primeiro conceito de cidadania, utilizado nesse processo, foi retirado do dicionário de Filosofia. O segundo conceito consta no dicionário de Português. Por fim, apresenta-se o conceito de cidadania, definido por Martins (2000), em um artigo científico.

A partir dessas três referências, elencaram-se os indicadores essenciais da presença do conceito de cidadania, expostos abaixo (Quadro 6):

### Quadro 6 – Atributos essenciais ao conceito de cidadania

Autor	Conceito de Acessibilidade	Atributos do conceito
<b>Japiassú (2006, p.44)</b>	“[...] todo indivíduo gozando dos direitos e respeitando os deveres definidos pelas leis e pelos costumes da cidade. Nesse sentido, a cidadania é o resultado de uma efetiva integração social” (JAPIASSÚ, 2006, p. 44).	-Garantia de direitos Cívicos (Autonomia, Liberdade, etc.); -Garantia de direitos Políticos (Voto, Participação política e econômica, etc.); -Garantia de direitos Sociais (Comida, Moradia, Trabalho, Saúde, Educação, Lazer, Segurança, etc.)
<b>Ferreira (1985, p. 411)</b>	“indivíduo no gozo dos direitos cívicos e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com ele”. (FERREIRA, 1985, p. 411).	-Garantia de direitos Cívicos (Autonomia, Liberdade, etc.); -Garantia de direitos Políticos (Voto, Participação política e econômica, etc.).
<b>Martins (2000, p. 23)</b>	[...] a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos cívicos, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação (MARTINS, 2000, p. 23).	-Garantia de direitos Cívicos (Autonomia, Liberdade, etc.); -Garantia de direitos Políticos (Voto, Participação política e econômica, etc.); -Garantia de direitos Sociais (Comida, Moradia, Trabalho, Saúde, Educação, Lazer, Segurança, etc.); -Qualidade de Vida (Envolve os bens Materiais, Simbólicos e Sociais); -Liberdade para usufruir dos direitos (à vida, livre pensar, ir e vir, etc.); -Igualdade de condições para usufruir dos direitos (igualdade, isonomia, equidade, etc.).

Fonte: Do pesquisador

Para analisar a relação entre acessibilidade e cidadania nos utilizamos desse quadro (Quadro 6) em comparação com o quadro 5. Desse modo, quando os entrevistados verbalizaram questões referentes à liberdade, igualdade de condições, segurança e autonomia para utilizar determinado ambiente, referindo-se a acessibilidade, ficava subentendido, em suas falas, também, elementos constantes no conceito de cidadania. Por conseguinte, pôde-se constatar a contribuição do conceito científico de acessibilidade para uma prática voltada à promoção de cidadania.

Para analisar a relação entre educação e cidadania nos utilizamos de vários autores que discutem a educação e descrevem seus objetivos. De nossa parte, elencamos autores atuais, com proximidade e afinidades devido à forma como pensam a educação ou o processo ensino/aprendizagem. Para eles, educação é mais do que um processo de ensinar e aprender. Ela é uma formação histórico-cultural com a finalidade de desenvolver o sujeito como um todo. Seu objetivo vai além de formar o indivíduo em uma profissão, mas ela procura dar a ele



a oportunidade de construir-se um cidadão esclarecido e crítico, que reconhece a realidade ao seu redor e é capaz de levar adiante seu processo educativo que nunca se finda.

A fim de se elencarem os elementos essenciais do conceito de educação e realizar-se o entrecruzamento com os elementos da cidadania, elegemos trechos das falas de Delors (2000), Gadotti (1998, 2003), Freire (2007), Durkheim, Fauconnet e Lourenço Filho (1978) e Brasil (1999).

### Quadro 7 – Atributos essenciais ao conceito de educação

Autor	Conceito de Educação	Atributos do conceito
<p style="text-align: center;"><b>Delors</b> (2000, p. 18, 47)</p>	<p>[...] parece impor-se, cada vez mais, o conceito de educação ao longo de toda a vida, dadas as vantagens que oferece em matéria de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. É a idéia de educação permanente que deve ser repensada e ampliada. É que, além das necessárias adaptações relacionadas com as alterações da vida profissional, ela deve ser encarada como uma <i>construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir</i>. Deve levar cada um a <i>tomar consciência de si próprio e do meio ambiente que o rodeia, e a desempenhar o papel social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão</i>.</p> <p>Ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada, corresponde a uma das tarefas essenciais da educação. Deve, por isso, <i>preparar cada indivíduo para se compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-construção contínua do sujeito (sujeito sócio-histórico);</li> <li>-capacidade de discernir e agir (consciência crítica);</li> <li>-consciência de si e do meio ambiente (consciência política e social);</li> <li>-desempenhar o papel social (cidadania);</li> <li>-compreender a si e ao outro através de um melhor conhecimento do mundo (consciência crítica, política e social).</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Freire</b> (2007, p. 37)</p>	<p>Pensar a história como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é <i>descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-descobrir o que historicamente pode ser feito (sujeito sócio-histórico);</li> <li>-transformação do mundo (consciência social e política);</li> <li>-um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano (consciência crítica);</li> <li>- Unidade na diversidade (cidadania).</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Gadotti</b> (1999, p. 293; 2003, p. 27)</p>	<p>Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar e, o processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam. <i>O processo de ensino-aprendizagem é mais eficaz quando o educando participa, ele mesmo, da construção do seu conhecimento, fazendo seu o conhecimento e não apenas apreendendo o conhecimento</i>.</p> <p>O objetivo da educação é <i>ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social</i>. A profissão de ensinar tem essa obrigação intrínseca.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o educando participa ele mesmo da construção do seu conhecimento (consciência crítica);</li> <li>-ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social (consciência social, política e cidadania).</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Durkheim, Fauconnet e Lourenço Filho</b> (1978, p. 41)</p>	<p>Ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que <i>não se encontram ainda preparadas para a vida social</i>; tem por objeto <i>suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social</i> a</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- preparo para a vida social (consciência política e social);</li> <li>- desenvolver, na criança, certo número de estados</li> </ul>

	que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM; FAUCONNET; LOURENÇO FILHO, 1978, p. 41).	físicos, intelectuais e morais (consciência crítica); -reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social (consciência política, social e cidadania).
<b>Brasil</b> <b>(1999, p. 25)</b>	A educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, 'entre outros caminhos e para além deles, <i>como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras</i> '.	- desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico (consciência crítica); - de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras (consciência política e social).

Fonte: Do pesquisador

Com os atributos acima destacados (quadro 7) nos foi possível buscar nas falas dos sujeitos de pesquisa as relações existentes entre cidadania e educação, de modo a compreender como se processou o ensino cursado pelos entrevistados. Buscamos extrair das falas atributos como consciência crítica, política e social, questões de cidadania e da formação de um sujeito integral com uma construção de si mesmo sócio-histórica. Estes foram elencados como fazendo uma adequada relação entre cidadania e educação, pois se mostraram sujeitos em construção, como afirma Freire (1999). Os demais, não conseguiram alcançar tal compreensão, talvez devido a forma como a educação se processou na construção de seu pensamento. Estes foram incluídos na categoria dos que não fizeram uma adequada relação entre cidadania e acessibilidade.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A identificação dos entrevistados em uma pesquisa é um instrumento importante para conhecermos a população entrevistada e compreendermos melhor as informações relatadas pelos sujeitos de pesquisa.

A idade média dos sujeitos de pesquisa foi de 24 anos, embora as idades variem entre 22 e 33 anos, sendo que 38% têm 23 anos; 19%, 24 anos; e 15%, 22 anos.

O sexo dos participantes era predominantemente feminino, com uma porcentagem de 88,46%, enquanto que os sujeitos do sexo masculino perfizeram um total de 11,53%. Em relação ao vínculo empregatício, 92,30% dos entrevistados apenas estudavam, enquanto 7,69% deles estudavam e trabalhavam concomitantemente. Tais sujeitos frequentam a universidade predominantemente nos períodos matutino e vespertino, sendo que 54% pela manhã e tarde, 27% somente pela manhã e 15% nos três períodos.

A disciplina de acessibilidade é uma entre tantas outras que esses estudantes fizeram durante o curso de Fisioterapia. Mas ela é de essencial importância não somente para o tema em si, mas para inúmeros outros conceitos fisioterápicos que tangenciam a questão do acesso. A acessibilidade está estreitamente ligada aos direitos do homem. Todo homem deve ir e vir sempre que o desejar sem qualquer obstáculo ideológico ou físico impedindo seu caminho. Por meio da mobilidade, o sujeito conhece lugares, realiza ações inovadoras, estabelece contato com pessoas, situações e objetos. Sem ela o existir passa a ser limitado e essa limitação vai contra todas as cláusulas já estabelecidas pelos direitos humanos universais. As cidades deveriam, para o bem de suas populações, ser adaptadas a todas as pessoas independentemente de etnia, sexo, credo, idade ou classe social.

O fato de ser diferente em nossa sociedade causa mal-estar tanto para a pessoa quanto para a sociedade. Parece que ninguém deseja ver ou falar a respeito disso. Criou-se um modelo de homem “perfeito” e todo aquele que foge aos padrões aceitos pode ser visto como inferior aos demais, por isso o medo dos olhares dos outros. Ser cadeirante em uma sociedade que não prioriza a acessibilidade para todos e, assim, sua integração com os demais em todos os lugares só faz a pessoa diferente achar que o problema realmente está com ela, como se não merecesse o mesmo que os demais. Esse é um tema que toca nos preconceitos e, ao mesmo tempo, nos direitos que todos temos de usufruir a liberdade e os lugares do mesmo jeito que os demais sem nos sentirmos um ícone diante deles. Essa é uma importante questão de cidadania que se liga à acessibilidade.

## 6.1 Acessibilidade

Em relação ao nosso principal objetivo, que era **analisar o conceito de acessibilidade internalizado pelos alunos do curso de Fisioterapia da Unesc, em função dos conceitos científicos, transitórios e cotidianos**, foram propostas três questões semiabertas para reflexão. A primeira questão tinha por meta verificar em termos teóricos o conceito de acessibilidade sem nenhum auxílio de situações facilitadoras. Aqui o pensamento do acadêmico era o da consciência imediata, o pensamento puro. Ele tende a ser mais concentrado e pontual, mas também o mais verdadeiro. Porém, como não se trata de uma questão puramente de opinião, precisamos de mais duas situações-problema para determinar se o conceito internalizado é suficientemente amplo para estar dentro dos parâmetros científicos; se ele está em vias de se tornar um conceito científico, tendo mediações convenientes ou o pensamento do sujeito é cotidiano, do senso comum.

Para tanto, propuseram-se aos entrevistados duas situações em que ele poderia falar sobre acessibilidade sem necessariamente precisar conceituá-la. Numa primeira situação, o entrevistado se imagina no lugar de uma pessoa com dificuldades de mobilidade como é o caso de um cadeirante. Num segundo momento, ele deveria imaginar-se como um planejador de ambientes, ou seja, teria disponível uma verba para modificar todo o planejamento urbano da universidade. O objetivo dessas duas situações-problema era colocá-lo diante da realidade e verificar a amplitude de conhecimento em relação aos problemas de acesso encontrados em um espaço e as possibilidades de modificação do mesmo. Esse parâmetro foi utilizado a fim de complementar o que ele entende como acessibilidade e, assim, classificar o conceito exposto por ele em científico, transitório ou cotidiano.

A interpretação dos resultados se processou em relação ao quadro 5 (Atributos Essenciais do Conceito Científico de Acessibilidade) a fim de elegermos em qual estágio de desenvolvimento encontra-se a formação do conceito de acessibilidade dos sujeitos em questão. Em função disso, os entrevistados responderam às seguintes perguntas: 1) Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você? 3) Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, e como você faria para se locomover dentro do campus da universidade? Você teria alguma dificuldade em termos de acesso a que lugares? 5) Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?

Com tais questões, pôde-se ter uma visão bastante precisa sobre a capacidade dos sujeitos de pesquisa em traduzir o conceito de acessibilidade e transpô-lo para situações reais indicativas do quão sistemático e analítico eram seus pensamentos ou, ao contrário, simples e desorganizados, apoiados apenas no concreto e no imaginário cultural. No quadro abaixo, foi arrolada, em números e percentuais, a classificação dos 26 sujeitos entrevistados:

**Quadro 8 – O conceito de acessibilidade dos alunos do curso de Fisioterapia.**

Conceito científico	9	34,6%
Conceito transitório	4	15,40
Conceito cotidiano	13	50,0%
Total	26	100%

**Fonte:** Do pesquisador

Conforme explanado nos capítulos anteriores, a formação do conceito científico demanda elevada capacidade de abstração. Ele é consciente, analítico, sistemático, intencional e possui grande capacidade de generalização. Forma-se a partir de processos elementares que se transformam em processos superiores por meio das relações sócio-históricas do sujeito (VYGOTSKY, 1998b).

A academia dá a oportunidade de o acadêmico ter contato com situações de aprendizado capazes de levá-lo ao aprimoramento de seu conhecimento. Além disso, a entrevista de campo traz inúmeras variáveis: os sujeitos, muitas vezes, não são capazes de esgotar seu posicionamento em relação a um assunto até mesmo por não fazer parte de sua rotina diária. Algumas respostas podem ser consideradas de um nível mais refinado quando comparadas com a dos demais sujeitos que trazem afirmações bem mais simplórias em relação ao assunto.

A menos que tivessem uma formação mais específica ou um interesse maior na disciplina ministrada durante o curso, o acadêmico sairá da universidade sem ter internalizado completamente o conceito científico conforme os atributos elencados pela pesquisadora. No entanto, pensamos ser suficiente a um formando, para o enquadre do conceito científico de acessibilidade, que ele seja capaz de perceber o ambiente ao seu redor com perspicácia ou com uma sensibilidade interna de procurar sempre realizar as ações para que toda a população possa ter uma vida melhor e mais digna.

### 6.1.1 Nível Conceitual Científico de Acessibilidade

Encontrou-se dificuldade de se processar a análise por meio dos atributos essenciais da acessibilidade, pois o conceito entendido de forma completa teria atributos implícitos e, por isso, não comentados. Tais atributos talvez requeressem um estudo amplo de um ambiente, o que demandaria um conhecimento profundo do assunto. Optou-se, portanto, por classificar as falas com maior fundamentação, mais coerentes com a proposta da acessibilidade e com maior profundidade, no patamar de conhecimento científico, mesmo não contemplando todos os atributos deste.

Como atributos indispensáveis ao conceito estabeleceram-se: facilidade, igualdade de condições e liberdade para utilizar determinado espaço ou equipamento. Os demais atributos – autonomia, visibilidade, conforto e segurança para a utilização de um espaço – precisariam de uma observação mais aprofundada do sujeito para a percepção de sua necessidade, ou ainda, podem ser considerados não explicitados no discurso por estarem implícitos nos demais atributos.

Se não fosse procedida dessa maneira a análise, a grande maioria dos estudantes, senão todos, seria classificada dentro do nível transitório de conhecimento. Mas como será possível perceber, existem diferenças em profundidade no conhecimento, nitidamente observáveis. De qualquer maneira, os acadêmicos aqui relacionados dentro do conceito científico de acessibilidade apresentam uma visão ainda parcial sobre o tema, mas muito superior aos demais estudantes.

Dos 26 estudantes, 9 foram classificados dentro do conceito científico da acessibilidade, o equivalente a 34,6% do total de entrevistados.

Transpondo para o conceito científico de acessibilidade, a principal característica encontrada no pensamento dos sujeitos entrevistados e classificados dentro do conceito científico é o reconhecimento de ser a acessibilidade essencial ao deslocamento de todas as pessoas em igualdade de condições de uso. Eles conseguem perceber a acessibilidade em ambientes físicos variados. Reconhecem a necessidade de estudos antes de empreender em modificações de acesso para as pessoas. Percebem a importância de ações não isoladas. Conseguem reconhecer em seu cotidiano onde a acessibilidade é contemplada de forma apropriada, onde ela existe, mas não é contemplada adequadamente ou onde ela é ignorada. Ao reconhecer a inadequação, sabem apontar formas para a resolução dos problemas. E, além

de todos esses requisitos, alguns acadêmicos já mencionam, nessa fase da pesquisa, a relação existente entre acessibilidade e cidadania, vendo aquela como um direito de todos.

No quadro abaixo, apresenta-se a fala do sujeito número 7 com o intuito de ilustrar o pensamento classificado enquanto nível científico:

**Quadro 9 – Fala do entrevistado 7, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade, o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 7:</b> Direito de ir e vir pra todas as pessoas, sem distinção, e global acessibilidade não só de locomoção, mas de informação. Acessibilidade eu acho que é o meio que dá liberdade de ir e vir.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 7:</b> Eu acho complicado porque é muito longe. Depende, os blocos são longe. Fosse só no bloco XXI B é mais fácil. Se a pessoa precisa pegar ônibus ou vir no bloco S, fica complicado. A distância, rampas que são muito longas, eu acho também. Ela não é nivelada. [...] É inclinada, torneiras nem todas são adequadas, tem torneira giratória, que é ruim né. [...] O piso eu acho muito escorregadio no bloco XXI</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Mais alguma dificuldade que você lembra se fosse um cadeirante ou estivesse de muletas?  <b>Entrevistado 7:</b> Eu acho difícil, eu tenho uma amiga que usa muletas, uma vez a gente teve que realizar um trajeto, e aqui tudo é longe, é muito amplo, e o paralelepípedo é ruim, o piso é ruim. [...] Eu acho ruim, pra quem tem... Mas tem a calçada.  <b>Pesquisadora:</b> E a calçada é boa?  <b>Entrevistado 7:</b> Não, porque ela é muito estreita. Na verdade a dificuldade é ampla, é sair de um bloco para o outro, quem depende dos outros, nossa é muito longe.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b>  <b>Entrevistado 7:</b> Olha, eu faria uma coisa engraçada, mas que todo mundo reclama (risos). [...] Eu faria um bondinho lá do bloco XXI até aqui atrás, dia de chuva, vai que a pessoa não tem como se locomover. É bem complicado. É bem ruim essa distância, para as pessoas saudáveis sem problema já é ruim, tem que correr de um lado para ou outro.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Mais alguma coisa que você mudaria, além de fazer essa locomoção  <b>Entrevistado 7:</b> Adaptaria as torneiras eu acho. [...] Eu colocaria antiderrapante se pudesse nesse caso. [...] Onde tem aqueles pisos lisos acho que eu me lembro no XXI.  <b>Pesquisadora:</b> O piso, a locomoção e as torneiras, você trocaria as torneiras por torneiras ergonômicas. É isso que é importante para você? Tá, por que é?  <b>Entrevistado 7:</b> Porque vai melhorar a qualidade de vida dos que necessitam se locomover, necessitam abrir as torneiras (risos). [...] Alunos, como aqui é uma instituição de pessoas que recebem tratamento, então elas também têm dificuldades, funcionários, alunos, todos que frequentam a instituição.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Liberdade de ir e vir pode ser traduzida como a mesma liberdade necessária ao sujeito para utilizar determinado ambiente, se locomover dentro dele sem barreiras. Esse atributo do conceito científico de acessibilidade é elencado pelo entrevistado 7 como um direito. Direito à igualdade de condições não somente na locomoção, mas na distribuição das informações. Aqui poderíamos acrescentar o direito a acesso a todas as garantias civis, políticas e sociais para a cidadania e qualidade de vida.

Pelas respostas do entrevistado 7, pode-se afirmar que o conceito de acessibilidade internalizado é o científico. Embora não tenha expressado em termos de atributos, podemos considerar sua visão a de alguém que consegue olhar de dentro da situação e ver a realidade ao seu redor apontando as dificuldades de acesso. Além disso, na pergunta número 1, o entrevistado 7 ainda fala sobre o direito de ir e vir.

Já na situação-problema proposta para o entrevistado 7 (questão 3), ele faz referência a inúmeras dificuldades existentes no campus, enfatizando as dificuldades de locomoção de pessoas com menores capacidades de movimento devido às distâncias existentes entre um bloco e outro. Em sua resposta pode-se perceber o reconhecimento feito em relação ao ambiente ao seu redor.

Na última situação-problema proposta (questão 5), o entrevistado propõe soluções às irregularidades encontradas no campus. Pode-se perceber, pela fala do quadro 9, a amplitude de conhecimento do entrevistado. Ele percebe o ambiente interno e externo do campus, relata situações observáveis pelo uso frequente do ambiente (piso escorregadio em dias de chuva). Todos os usuários de um espaço precisam de boas condições de movimentação, sejam eles funcionários ou transeuntes, eventuais ou assíduos.

É pré-requisito fundamental ao conceito científico de acessibilidade a questão do desenho universal. As pessoas precisam sentir-se contempladas em suas diferenças. A maior prova de igualdade é não minimizar as desigualdades dos sujeitos tratando-os igualmente. Isso significa perceber as especificidades de cada um e tratá-las desigualmente, mas de forma igualitária, ou seja, um ambiente deve atender a todos em igualdade de condições, mesmo que um precise de rampa; outro, de pisos antiderrapantes; e um terceiro, de corrimãos mais baixos.

O entrevistado número 6, classificado como estando dentro do conceito científico de acessibilidade, fala sobre a facilidade necessária para utilizar um espaço/ambiente, como também da liberdade e igualdade de condições para que isso ocorra de maneira conveniente aos sujeitos. Novamente vemos a acessibilidade sendo traduzida como uma questão de direito dos indivíduos.

No quadro abaixo, apresenta-se a fala do sujeito número 6 com o intuito de ilustrar o pensamento classificado enquanto nível científico:



**Quadro 10 – Fala do entrevistado 6, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 6:</b> Bom... Hum... Que é acessível a todas as pessoas, tanto cadeirantes, pessoas com deficiência física né, muletas, pra todas as pessoas que frequentam o campus da universidade. [...] Tanto, como é que vou te dizer, na rua quanto dentro na sala de aula, laboratórios, biblioteca, deixa eu ver... [...] Não ter nenhuma restrição ou dificuldade pra ninguém entrar, chegar até o campus [...] Todos possam ter acesso porque lhe é de direito.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 6:</b> Um cadeirante? Geralmente pelas calçadas. [...] Mas a maioria das calçadas aqui do campus não tem aquela rampinha pra subir e descer, né, em alguns locais, a entrada é mais estreita. Eu já observei também. [...] A biblioteca, eu acho um lugar assim de difícil acesso, não para entrar, mas, lá dentro [...] no caso de um cadeirante, como ele vai procurar um livro se aqueles corredores da... [...] as mesas, as cadeiras elas têm um tamanho e uma altura padrão, pra um cadeirante... ele é mais baixo. Tô falando como cadeirante...          [...] Não conheço bem os setores administrativos, mas o pouco que conheço é aquele padrão. São portas estreitas. [...] Em outros blocos, por exemplo, até mesmo as pessoas que trabalham nesses setores, nem todos os setores onde o paciente que é cadeirante ou trabalha está corretamente planejado pra ele, pra nós, muitas vezes, já é desconfortável quando não tem um ambiente ergonomicamente correto. [...] Naqueles blocos, bloco J, bloco A, bloco B. Aqueles do meio... Lá eu já vi muitas pessoas caírem devido ao chão. Já vi muitas pessoas caindo, porque não é um chão regular, ele é completamente irregular. [...] Pessoas normais mesmo sem deficiência, cadeirante também já tem dificuldade porque é completamente irregular, é um esforço a mais para um cadeirante, é um obstáculo. Diferente do bloco XXI B, que tem a rampa, que é... planejado, entendeu. Aqueles blocos lá já não têm esse acesso, pra entrar no bloco ou na sala não tem rampa, tem um degrau, pra um cadeirante é difícil, entendeu, também tem isso [...] Veja bem, ali naquele restaurante que tem no bloco... Perto do P, ali há um degrau bem alto, não, ali não tem nenhuma rampa ou escada, é apenas a calçada e o chão de terra batida, não tem uma rampa, não tem uma escada, ela é uniforme, não em todo ao redor dela.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b>  <b>Entrevistado 6:</b> Bom eu penso muito na pessoa que é cadeirante, não talvez pelo curso que eu faça, enfim, mas eu reformularia a biblioteca. [...] Deixar um espaço, talvez reservar um espaço pra essas pessoas, dentro da biblioteca pra estudos, pra... entendeu. [...] Porque existem espaços, porque lá dentro não tem espaço pra um cadeirante se locomover, pra ele se transportar da cadeira dele pra cadeira da mesa, que fosse necessário, tudo é apertado, com um espaço bem limitado ali [...]. [...] Não é deixar eles num canto, é ter um espaço pra eles, saber que eles podem usufruir daquilo.          [...] Esse acesso do bloco S para o bloco novo, e que tivesse cobertura, porque muitas pessoas não vêm de carro pra faculdade. [...] Do bloco XXI até aqui o bloco da Saúde, como fizeram da biblioteca até o bloco XXI A, poderiam fazer uma cobertura aqui também, acho que seria interessante, sem falar nas rampas, nas calçadas, as escadas, aquele piso irregular daquele bloco A. Faria um piso regular. Barras nas laterais que não tem. [...] Hum. Tava pensando em algumas ideias administrativas, que a universidade visa ao bem do aluno, mas em muitos casos isso não ocorre. A universidade é mais para o aluno, as necessidades do aluno do que para cargos políticos, entendeu? Os professores a administração... Eu nunca vejo o reitor, meu Deus! Eles só aparecem em época de política. [...] E assim, Eu preciso saber o que ocorre dentro na universidade em que eu estou, o que está acontecendo?</p>

**Fonte:** Do pesquisador

A primeira situação-problema apresentada, pergunta 3, traz uma elucidação melhor sobre o pensamento sistemático e abstrato do entrevistado 6. O entrevistado é capaz de se colocar no lugar do usuário e ver as dificuldades encontradas enquanto cadeirante. Provavelmente conseguiria apontar as dificuldades de qualquer pessoa em suas

especificidades tanto em relação aos ambientes externos, como em relação aos ambientes internos. Ele percebe que, em alguns lugares, o planejamento é deficitário para pessoas sem prejuízos dos movimentos, e pior para cadeirantes, ou quem sabe obesos, idosos... Na primeira pergunta, não foi possível extrair dele o máximo de sua percepção, mas quando passou a exemplificar uma situação, como um estudo de caso, ele pôde olhar mais atentamente o ambiente a sua volta e perceber como poderia ser melhor estruturado. Indica que o acadêmico possui o conceito científico, ainda que não tenha especificado todos os atributos essenciais para o mesmo.

Isso fica ainda mais visível quando discorre sobre as modificações necessárias para adequar e tornar o campus acessível a todas as pessoas, na pergunta número 5. É importante perceber, no decorrer da fala apresentada (pergunta número 3), a questão da igualdade de condições para o acesso aos ambientes – desenho universal. O desenho universal possui quatro princípios básicos: “acomodar uma grande gama antropométrica; reduzir a quantidade de energia necessária para utilizar os produtos e o meio ambiente; tornar o ambiente e os produtos mais compreensíveis e pensar em produtos e ambientes como sistemas” (CORDE, 1998, p. 14). Desse modo, ele se dispõe a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população e deve ser pensado quando da construção de um equipamento urbano visando à igualdade de condições de acesso.

O entrevistado número 8 inicialmente traz o atributo da facilidade na utilização de um determinado espaço e parece fazer referência ao conforto. Se o acesso for “melhorado”, como ele próprio se refere, as pessoas utilizarão o espaço com maior conforto.

No quadro abaixo, apresenta-se a fala do sujeito número 8 com o intuito de ilustrar o pensamento classificado enquanto nível científico:

**Quadro 11 – Fala do entrevistado 8, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b> <b>Entrevistado 8:</b> É ter acesso, sei lá, acessibilidade é ter acesso melhor para alguém.
<b>3</b>	<b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b> <b>Entrevistado 8:</b> É complicado, pra vir, se a pessoa vem de ônibus, é difícil o acesso até aqui <sup>3</sup> , de cadeira de rodas, né, é de cadeira de rodas. [...] Até assim, acho que o terminal até é bem acessível a isso, tem rampa tudo, mas é muita distância percorrida. [...] A calçada não é boa, a rua é cheia de buraco. [...] Pra

<sup>3</sup> Todas as entrevistas foram realizadas na clínica de Fisioterapia, que fica na parte detrás do campus, distante do bloco administrativo. Por isso, em todos os momentos em que algum entrevistado faz referência ao lugar onde está naquele momento da entrevista, considera-se a clínica de Fisioterapia.

	<p>chegar até aqui, ou até assim na universidade nos corredores que fizeram novos até acho que é bom. [...] Eu acho que ali onde tem aquela cantina no bloco XXI A ou B [...] pra passar pro outro lado não tem caminho. [...] tem que fazer uma volta, não dá pra passar por ali de cadeira de rodas, não tem uma rampa feita. [...] Teria que fazer uma volta e descer tudo, ir lá e passando na biblioteca, só por lá, só lá em baixo.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E aqueles outros blocos?</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Eu acho que até tem um caminho pra sair, pra passar, mas o material que é feito o chão não é bom, não é uma coisa lisa. [...] Não é... Como é que se diz... [...] é irregular. [...] Cadeira de rodas ia ficar, não é uma coisa... [...] até que se for andar de bengala, muleta, sei lá, pelos buracos que tem entre uma calçada e outra é complicado, por causa do equilíbrio. [...] Até nós com salto (risos). [...] Pra todo mundo é complicado.</p>
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos de acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Ah tem tanta coisa pra melhorar. [...] Começando lá pela frente, eu acho que só tem um portão pra entrar os carros aqui, e lá que vem o terminal, mas não tem uma área fechada quando chove, não tem, quem vem de ônibus no dia que chove até pode não ter nenhuma deficiência, mas fica complicado, pra vir de lá até aqui. [...] e ali a entrada dos carros nos portões, pra aquele lado ali, pra quem vem daquele lado tem que entrar pelos portões dos carros, porque não tem uma passarela, não tem. [...] O estacionamento também é bem ruim. [...] Porque é de pedrinha, né, ali no meio dos blocos é tudo de pedrinha, lá na frente é... [...] aqui no meio do XXI, do bloco XXI e da biblioteca ali é tudo pedra.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você tinha falado do caminho até a clínica, né?</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Isso, até a clínica também. [...] eu acho que tem que melhorar, mas o quê, assim, sei lá, acho que um meio de transporte, acho que tinha que ser até aqui. [...] Acho que tem que arrumar também essa estrada que liga aqui tudo? Tá na hora de arrumar (risos). [...] Ah! Teria que fazer uma passarela coberta que ligasse aquela cantina até aquele bloco lá, pra não ter que dar toda a volta, ou até que não fosse coberta mais um caminho, não tem rampa pra descer da calçada ali é alta quem usa cadeira de roda ou muleta é difícil pra descer e ir até o bloco P, seria isso.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Ainda que sua resposta à pergunta 1 tenha sido bastante pontual, no momento em que o entrevistado se imagina vivenciando uma situação e começa a analisar todos os ambientes externos do campus, ele consegue perceber as irregularidades em relação ao acesso não só de pessoas com deficiências, mas em diversas outras situações, como no caso de grande parte das mulheres que usam saltos.

Precisamos levar em consideração tais relações para colocar tal acadêmico no nível científico, visto já termos explicitado que o relato de todos os atributos científicos de acessibilidade demandaria muita familiaridade com o assunto e uma percepção aguçada quanto à variedade de ambientes e usos que diversos grupos de indivíduos podem ou não fazer de determinado espaço. Na resposta apresentada à pergunta número 3, pode-se, notoriamente, verificar o atributo da igualdade de condições. Porém, talvez não tão visíveis estejam as questões de conforto e a segurança na utilização dos lugares. Quando ele percebe a falta de um caminho entre a cantina e o bloco ao lado, obrigando o usuário com problemas de mobilidade a dar uma volta longa e contornar outros blocos para atingir o mesmo lugar, na realidade, temos a questão do conforto sendo mencionada implicitamente. Quando fala dos calçamentos ruins, do problema em andar de salto, está implícita a segurança ao caminhar.

No momento de pensar sobre as reformas, a mudança no planejamento urbano da Unesc, o entrevistado 8 traz sua preocupação com o conforto novamente à tona, quando discorre sobre a distância entre o terminal e a clínica e as pedras dificultando a caminhada nos estacionamentos.

O entrevistado número 11 foi colocado no nível científico do conceito de acessibilidade devido a suas respostas em relação às situações-problema propostas, apesar de na primeira questão perder-se um pouco em seu discurso, quando define acessibilidade.

**Quadro 12 – Fala do entrevistado 11, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Referente a acesso, acho que trabalha com isso, pessoas que não têm acesso, aí tu trabalha com a pessoa levando ela pra ter acesso a alguma coisa, algum lugar, ou referente a... Até no transitar. [...] pra tu teres acesso a alguma coisa é preciso alguém ou alguma coisa.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Ah é complicado. [...] Eu acho bem complicado. Uma: lajotas, as calçadas não são regulares, acho que é muito, como é que se fala? Aquele negócio que não é liso, esse concreto aqui, é plano mas não é... [...] É complicado tem que ter muita força em membro superior pra movimentar uma cadeira de roda, sempre tem que ter alguém pra ajudar.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Se tivesse de muleta também seria difícil?</p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Não, de muleta aí já muda. Se tá de muleta provavelmente já tem força em membro superior, já consegue se locomover com menor dificuldade, isso não quer dizer que não vai ter dificuldade.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você teria alguma dificuldade de acesso a que lugares aqui dentro do campus?</p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Eu acho que a todos eles (risos). Partindo da entrada, do hall de entrada, é complicado, dependendo aonde tu vais, se tu ficares só naquele ambiente ali que é administrativo, a coisa ali se torna mais fácil, até pelo piso ser mais favorável. Agora o resto, rampa, a altura daquela rampa dos blocos do XXI. [...] Aquilo lá tá totalmente fora, meu Deus aquilo lá é pra uma atleta, uma pessoa que faça musculação, pra ter força pra conseguir subir sem parar, não tem um refúgio, não tem nada, não tem um descanso, a inclinação dela é totalmente desfavorável.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> [...] Mas pra chegar ao bloco XXIA, você acha que tem dificuldade?</p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Não tanto, mas tem, porque tudo aqui exige força, força e habilidade do paciente, para as pessoas portadoras de deficiência, é complicado porque, tipo, quem chega aqui pela primeira vez pode cronometrar o tempo que ele leva, depois manda ele de novo, vai melhorando com o tempo.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Aquela parte antiga do A ao J?</p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Aquela parte é melhor porque é mais plana, mas também aquelas lajotas incomodam, já incomoda quem caminha imagina quem anda de cadeira de rodas. [...] O piso é irregular, é o problema, com certeza. [...] a gente mesmo tropeça, a gente vira o pé, não precisa nem ser idoso ou coisa assim, lá no bloco se às vezes a gente passa por lá, nossa de salto nem pensar, né, não dá pra vir.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Reformar aqueles blocos antigos, não a estrutura. [...] Não, as passagens. [...] Eu acho que a clínica não deveria ter sido feita aqui, embora tenha sido feito o projeto depois, mas ela deveria ter sido feita mais lá na frente, uma coisa assim bem fácil de chegar. [...] muita gente depende de ônibus, olha o quanto tem que caminhar, mães com crianças pequenas, dias de calor, aquele calor enorme tem que descer lá no terminal e vir a pé. [...] A questão de organização, como eles têm cadastro, o horário certo e tudo, ver quem precisa, quem não precisa, e colocar um... A Unesc tem um micro alguma coisa, coloca e já traz de lá até aqui, tem várias universidades que trabalham com isso, na parte interna com transporte de pessoas. Então assim eu acho que já tá mais do que na hora de eles começarem a procurar</p>

colocar as pessoas que tem um horário só, horário mais próximo, né, em tal horário tem várias pessoas, não haveria tanta desistência e ia ter mais procura por pessoas que precisam de médico e da fisioterapia, escola. [...] Então arrumaria os pisos e colocaria algum meio de transporte do ônibus até aqui na clínica.
---

**Fonte:** Do pesquisador

Se considerássemos apenas a resposta da pergunta 1, dir-se-ia que ele estaria vinculado ao senso comum. Nela verificamos que o entrevistado fala em trabalhar com a pessoa, como se a acessibilidade fosse algo intrínseco ao sujeito. Ele também fala da necessidade de um auxílio externo, uma pessoa ou instrumento para alguém poder ter acessibilidade. Parece que ele se perdeu um pouco no sentido etimológico da acessibilidade, não deixa claro seu pensamento. Embora seu discurso se inicie confuso, demonstra conhecer a aplicação prática do conceito nas perguntas subsequentes. Ele consegue relacionar a acessibilidade com a ergonomia e perceber que, quando se pretende ajustar os padrões de determinado objeto para melhorar a qualidade de vida de um sujeito em seu serviço, de alguma forma, estamos falando em acesso. Consegue também se imaginar percorrendo os ambientes do campus e relatar inúmeras dificuldades em termos de acesso ao ambiente externo, como rampas irregulares, pisos; como podemos acompanhar nos trechos da resposta à pergunta número 3.

Vê-se a segurança em suas respostas, ele consegue avaliar com precisão as irregularidades do espaço na situação proposta pela pesquisadora. Tem uma linguagem apurada da profissão e consegue ter argumentação em todas as irregularidades que menciona. Embora não tenha sido muito específico na resposta número 1, as respostas 3 e 5 nos fizeram crer que ele conhece bem o conceito de acessibilidade e sabe observar o ambiente ao seu redor. Além disso, ele menciona outras pessoas que estariam em condições de desvantagem, como o idoso ou mesmo mulheres de salto.

Quando fala sobre as reformas no planejamento urbano da Unesc na pergunta número 5, pode-se perceber a questão da concepção do projeto. Alguns ambientes, depois de terem sido construídos, possuem pouca possibilidade de adaptação. Caso fossem analisadas, desde o momento da concepção do projeto, as questões relacionadas ao acesso, muitas coisas seriam resolvidas a um baixo custo e não haveria por que colocar remendos posteriormente. Afinal, o conceito de desenho universal traz a acessibilidade inerente ao processo de construção do ambiente, desde sua concepção. A distância entre o terminal e a clínica é um importante obstáculo ao deslocamento de estudantes e funcionários, mas, principalmente, de usuários que contribuem com o funcionamento e aprendizagem da clínica-escola. Por

consequente, o conceito internalizado por esse entrevistado pode ser considerado como estando no âmbito do científico.

O próximo entrevistado, o sujeito 12, já traz o atributo igualdade de condições e a facilidade no uso do espaço desde a resposta da primeira questão.

**Quadro 13 – Fala do entrevistado 12, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 12:</b> Eu acredito que seja a facilitação do local pra... pra facilitar o caminho do paciente portador de necessidade física, cadeirante. [...] Acessibilidade? [...] Seria... facilitar o acesso para cadeirante, tipo assim.  <b>Pesquisadora:</b> [...] Só o caideirante?  <b>Entrevistado 12:</b> Não... Não... tô tentando achar a palavra. Não o cadeirante, tipo uma facilitação de acesso, tipo geral, tipo pra visual, deficiente visual auditivo ter a facilidade de... até pra pessoa sem problemas. Uma acessibilidade.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 12:</b> [...] Eu acredito que, para aquele com uma cadeira manual, subir aquela rampa de acesso do XXI, ali eu acredito que seja um pouco complicado. Já ia dificultar, de repente por ali eu não passaria, ia lá por fora, pelas estradas do estacionamento para conseguir chegar, tipo, na clínica.  <b>Pesquisadora:</b> Tá, vamos supor ali, já que você disse que vocês utilizaram três caminhos para chegar à clínica. Quais os três caminhos que vocês fizeram?  <b>Entrevistado 12:</b> A gente passou do bloco administrativo, foi pra cantina do bar amarelo, foi lá pelos blocos antigos A, B, C, foi até o D passou do D e veio reto e foi até o F e fez a curva, pegou o almoxarifado, desceu passando a educação física e contornou.  <b>Pesquisadora:</b> Tá. E se fosse um cadeirante, ali teria dificuldade?  <b>Entrevistado 12:</b> Sim. Teria bastante dificuldade. Principalmente do V até aqui. [...] Não tinha rampa para cadeirantes, tipo a que tinha não seguia o caminho. Elas eram longas, tinha que aumentar o percurso muito. E uma coisa que não iria dificultar para uma pessoa sem cadeira uma rampa para cadeirante.  <b>Pesquisadora:</b> E o segundo trajeto qual era?  <b>Entrevistado 12:</b> O segundo trajeto, a gente pegou reto do bloco administrativo até o vinte e um. A gente pegou o almoxarifado, educação física, daí encontrei dificuldades no elevador para o vinte e um. Elevado até certo ponto alto assim e não tinha rampa para descer, mas agora já tem. Ali as principais dificuldades.  <b>Pesquisadora:</b> Tá. E o terceiro trajeto?  <b>Entrevistado 12:</b> O terceiro trajeto a gente fez por fora do XXI, daí a gente saiu no estacionamento da cantina amarela, e seguiu reto até a educação física e pegou o mesmo caminho até aqui. [...] ali a dificuldade foi do estacionamento até o bloco da biblioteca e o XXI é sempre esburacado assim. Daí tive dificuldade de passar por ali também e, na descida do vinte e um, que não tinha proteção. [...] Tipo esse pessoal que vem de ônibus à noite, os estacionamentos, ali, é complicado para um cadeirante com dificuldade visual que é muito obstáculo assim, né. Não tem uma organização. [...] No bloco R, não tem acesso, não tem elevador, e tiveram que mudar uma turma toda para baixo por causa de um cadeirante. [...] quem tem dificuldade visual... Deixa eu ver quem mais teria dificuldade... Até uma pessoa aí com uma muleta com um problema, tipo assim, temporário, teria dificuldade também. [...] Então tem dificuldade pra chegar ao bloco R, pra se locomover no bloco R, a clínica de fisioterapia pra chegar na clínica.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b>  <b>Entrevistado 12:</b> Primeiro eu pavimentaria todo o estacionamento. [...] Começando por aqui e pegando o geral ali também. [...] E melhoraria essa faixa de pedestre de repente com auxílio daqueles que tem na cidade... É colocaria alguns aqui na Unesc, porque o movimento principalmente à noite é muito grande. [...] E rampas de acesso, acredito que tenha bastante mas que dá para melhorar. [...] na cantina universitária lá atrás com o XXIA, perto da computação ali, fazer uma rampa que ali não tem. A rampa</p>

<p>reta do XXIB até a biblioteca, a gente fazia com... como eu posso falar... ela mais, não constante assim a geral aquela, mais com descanso e diminuiria a curva de acentuação dela. [...] Deixa eu ver, na descida do estacionamento do XXI tem uma escada, a gente poderia fazer tipo um elevador também. Ali teria que ser uma elevadora grande.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E por que faria tudo isso? Todas essas mudança e reformas?</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Justamente que a gente tava falando das pessoas que tem o direito de ir e vir, e ter liberdade e facilitação geral, seria isso.</p>
---

**Fonte:** Do pesquisador

Percebe-se, no transcorrer de toda fala do entrevistado acima (quadro 13), o conceito de desenho universal em seu discurso. Ele pensa a acessibilidade em igualdade de condições para todas as pessoas. Embora não tenha explicitado em seu discurso os sete atributos, pode-se considerar o entrevistado como estando no nível científico, visto conseguir transitar entre esses atributos quando fala sobre o conceito e as duas situações-problema sugeridas pela pesquisadora.

Vê-se na fala do entrevistado 12 a questão da igualdade de condições bastante presente. O termo igualdade se encontra no coração do desenho universal. Não é suficiente que as pessoas possam utilizar com independência as instalações de um prédio, mas que, durante o uso, nenhuma distinção fundamental seja feita entre diversas categorias de pessoas. Muito frequentemente nos deparamos com pessoas em cadeira de rodas, pessoas com carrinhos de bebê que não conseguem entrar pelas portas principais. Isso pode acontecer, pois a porta giratória, quando existe, é muito pequena ou por que a soleira da porta é alta demais. Nessas circunstâncias, essas pessoas têm que utilizar outro acesso, geralmente a porta dos fundos ou de serviço. Isso entra em conflito com a condição de igualdade do desenho universal, uma vez que todos devem poder entrar em um prédio da mesma maneira.

O entrevistado 12 fala em direitos. Todos têm direitos, enquanto cidadãos, a acesso igualitário aos ambientes da cidade. As mudanças propostas pelo sujeito 12 ao campus universitário são pertinentes e demonstram uma observação realizada no dia a dia.

Já o próximo entrevistado (entrevistado 15), em poucas palavras, define acessibilidade em seus principais atributos: facilidade e igualdade de condições.

**Quadro 14 – Fala do entrevistado 15, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

CONCEITO CIENTÍFICO	
1	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Seja acessível a todos, que a pessoa consiga chegar aonde quer com facilidade.</p>
3	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p>

	<p><b>Entrevistado 15:</b> Nem imagino, não da pra imaginar... seria bem difícil.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Na cantina é tranquilo?</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> É um pouco mais fácil. [...] Mais mesmo assim com um pouco de dificuldade. [...] Porque pra eu sair de um bloco para ir para o outro, nem todos são interligados, alguns são. Então teria que atravessar pelas ruas que tem ali que são de lajota e fica um pouco mais difícil, porém fica muito mais fácil do que vir até aqui onde estamos.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você teria dificuldades de acesso a que lugares?</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Eu acho que todos, se não forem os andares térreos, os outros basicamente ficam complicados.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E XXI A, XXI B e XXI C?</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Sem elevador não dá...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E aqui na clínica, é pouco, médio, muito?</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Aqui na clínica no térreo onde estamos é mais fácil pra quem chega de carro. [...] Aqui dentro é fácil. Na área da psicologia também tem uma rampa, mas eu acho muito inclinada. Como um cadeirante vai conseguir?</p>
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Começaria pelas ruas, tiraria todas as lajotas colocaria asfalto. [...] Como tem uma parte para o pessoal que faz corridas, eu faria uma para os cadeirantes, uma pista para eles. [...] Mudaria as calçadas, nos blocos em que não tem, colocaria elevador, e as rampas... tentaria dar uma modificada, se não pudesse modificar, faria elas antiderrapantes, com uma acessibilidade maior. [...] Por que a maioria das calçadas é... como é que eu vou dizer? Elas não são totalmente planas. [...] Porque nós mesmos, andantes, sentimos a diferença, porque ali tem hora que solta, ai já dificulta, então tentaria mudar nesse sentido.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Ao se imaginar como cadeirante, percebe-se em uma situação difícil. Ao encontrar alternativas para passagem em cadeiras de rodas, faz referência ao desconforto, visto precisar atravessar pela rua, onde as lajotas dificultam o uso da cadeira.

O entrevistado 15 consegue perceber as irregularidades existentes no campus. Em suas respostas, ele traz muitos argumentos para entendermos seu conceito de acessibilidade internalizado como estando no nível científico. Na primeira questão, ele identifica a acessibilidade como sendo para todos. Um dos atributos essenciais para o conceito de acessibilidade é a igualdade de condições para o uso de um equipamento, um objeto, um ambiente. Na pergunta número 3, o entrevistado traz a questão da abertura, ou seja, estar aberto a pensar sobre as necessidades de todas as pessoas que convivem em uma mesma comunidade. Ali ele já relata algumas preocupações em termos práticos, pois fala da rampa do bloco XXI A, que é muito íngreme para um cadeirante subir com o mínimo de esforço e sozinho. Em relação às modificações que ele poderia fazer na Unesc, a pergunta 5 se referia a planejamento urbano. No pouco tempo disponível, o acadêmico relatou algumas modificações pertinentes ao espaço.

O entrevistado 16, a seguir, traz três dos atributos científicos de acessibilidade: liberdade, facilidade e igualdade de condições para utilização de espaços/ambientes. Além disso, fala da acessibilidade enquanto um direito de todos a acesso a algo ou a algum lugar.



**Quadro 15 – Fala do entrevistado 16, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Acessibilidade, acho que é o direito do cidadão de poder chegar a algum lugar, né. [...] porque todo mundo tem direito a acesso a alguma coisa e portanto é... portanto (risos)... digamos que acessibilidade tem que ser pra todos, não tem que ter barreiras impedindo esse direito.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p> <p><b>Entrevistado 16:</b> [...] tem bastante barreira aqui. [...] Uma delas é a lajota, o estrado de lajota que tem bastante irregularidade, as rampas que tem na Unesc não são apropriadas para se ter acesso ao local, informações através de placas eu também acho que não tem informação suficiente aqui na Unesc.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E se eu pedisse para identificar quais os lugares que você teria dificuldade em termos de acessibilidade?</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Aos blocos. [...] Acho que aos blocos que não têm elevador e o bloco XXI, que tem rampa, mas eu acho a rampa muito inclinada e dificulta bastante o acesso.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você acha que aquela rampa do XXI B se consegue subir sozinho?</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Não. Acho que não, só com ajuda mesmo. [...] Acho que assim aquelas calçadas, acho que não são todas que têm rampa de acesso para cadeirantes. [...] Na cantina, no caso aqui no bloco da físico, eu acho que é complicado também. No XXI A, acho que tem também a questão do piso, o piso lá é, tipo entre o corredor e o bloco tem esteira porque acho que ali é um ponto que dificulta bastante o acesso ao cadeirante, pode prender a cadeira da roda na parede.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você acha aquela rampa ali adequada? A rampa que liga a biblioteca ao XXI A?</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Não. [...] Além de não ser uma rampa nivelada, ela tem um desnível considerável e vai fazer com que o cadeirante faça bastante força até chegar ao bloco XXI A. Também ali acho que tem o problema de desnível. Não só inclinação como também tem problema no piso na lajota ali que dificulta.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Vamos pensar naquela pessoa que sai de cadeira de rodas lá no portão da Unesc, um cadeirante, por exemplo, ele [...] vai ter que chegar até aqui!</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Até chegar à clínica, vai enfrentar bastante dificuldade, primeiro pela distância que do início do terminal vamos dizer até aqui, que fica, digamos, no final da faculdade, tem toda essa questão de não ter um espaço adequado para transitar. Vir de lá da frente até aqui só pela calçada, eu acho que não consegue. Eu acho que é melhor vir pela estrada mesmo.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E se não fosse um cadeirante, mas um idoso, uma gestante com barriga, de bebê, um paciente com muleta, muleta temporariamente, né, ou um obeso com acesso ao XXI A ou à clínica? Também seria considerado um acesso... teria dificuldade de acesso também.</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Quanto ao XXI A, eu acho que a questão do piso, que é bastante escorregadio. Eu acho que é uma questão que tem que ser investigada. Entre um bloco e outro a distância também, e quanto aqui na clínica, entra na mesma questão das calçadas, falta de informação que quem não conhece não chega fácil à clínica.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Primeiramente fazer um estudo geral para identificar quais os pontos de maiores riscos para depois fazer um diagnóstico, começa pela própria forma de identificação através de placas porque quem vem de fora fica meio perdido aqui, as placas, várias delas, estão em lugares inadequados, pequenas que dificultam bastante a visualização.</p> <p>[...] Primeiramente o acesso à faculdade nos horários de pico, que é bem complicado. [...] tem a questão de calçadas, banheiros tem bastante, banheiro bem adequado e preparado pra. Questão do piso, ter cuidado com o piso escorregadio, o acesso da própria clínica tem que ser melhorado. [...] a gente que faz estágio aqui tem dificuldade porque a gente usa sapato e não tem... tem horas que fica meio complicado atender o paciente. Questão de rampa, fazer uma rampa adequada.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> No bloco XXI A [...].</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Acho que um elevador seria uma solução.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você falou que a clínica de fisioterapia [...] Dentro da clínica, você já falou do estudo que poderia ser feito mais e para chegar aqui?</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Facilitar a entrada, acho que o asfaltamento da estrada ia ajudar bastante. As calçadas também, acho que com as rampinhas de acesso para cadeirante.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

A fala do entrevistado 16 é complementada pela situação imaginária proposta pela pesquisadora na pergunta número 3. Ele fala em termos de barreiras físicas que impedem a mobilidade dos sujeitos. Em seu discurso, o entrevistado é capaz de elencar, dentro da situação colocada, uma série de dificuldades que um cadeirante poderia encontrar ao se locomover no campus da Unesc. Como não foi solicitada uma análise em relação aos ambientes interiores, somente fala sobre o ambiente ao seu redor. Tem bastante propriedade em seus argumentos e é capaz de analisar mais de um ambiente de maneira ligeiramente aprofundada. Em relação ao primeiro questionamento, ele já une a acessibilidade com a cidadania e diz ser o acesso um direito de todo sujeito, ou seja, não é mérito exclusivo de ninguém, mas é para todos.

Para dizermos ser um ambiente ou espaço acessível, precisaríamos levar em consideração uma série de questões, muitas vezes não disponíveis em uma verificação rápida, pois se faz necessário pensar a respeito do ambiente e dos vários grupos que o utilizam. Do mesmo modo, para listarmos os problemas e as possibilidades de mudanças de um espaço, seria necessária uma análise aprofundada do ambiente e seus usuários. Essa é a visão do entrevistado 16 quando, no último questionamento proposto, ao ser interpelado sobre as modificações que faria no campus, inicialmente diz ser necessário um estudo.

O próximo participante (entrevistado 18) traz, muito timidamente, em seu discurso, o atributo da facilidade para utilizar os ambientes na primeira questão proposta.

**Quadro 16 – Fala do entrevistado 18, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO CIENTÍFICO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 18:</b> Vem a forma mais fácil de as pessoas se locomoverem, eu acho, de um lugar para outro.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 18:</b> É, eu acho que a locomoção dentro do campus é meio complicada, porque é extenso, né. [...] A partir do momento que tu não tens uma cadeira motorizada, por exemplo, seria complicado assim. Como a gente vê paciente que vem lá do terminal de cadeira de rodas até aqui na clínica, e o acesso é complicado, e acho que não é só a distância, acho que adaptações.  <b>Pesquisadora:</b> É. Se você fosse uma pessoa obesa, idosa, que tivesse 85 anos, ou uma gestante, ou uma mãe com um carrinho de bebê, você acha que ficaria difícil também?  <b>Entrevistado 18:</b> Mesmo assim, a gente sente a dificuldade pelos pacientes que vão lá na clínica.  <b>Pesquisadora:</b> E se você tivesse que fazer uma listinha e enumerar os lugares que são mais difíceis, os lugares mais difíceis de acesso, quais os lugares que você enumeraria?  <b>Entrevistado 18:</b> Acho que, pela distância, a clínica de fisioterapia. [...] Eu acho que... além do bloco da saúde, também a gente não vê rampa, só escadas como os blocos novos da frente têm né. Aqui não tem. [...] Acho bem complicado, aqui na clínica de fisioterapia. Eu acho errado. A parte da psicologia tem uma rampa, só que um paciente com cadeira de rodas que não tem força no braço não vai conseguir subir</p>

	aquela rampa porque é muito inclinada, assim, né, que é uma coisa que a gente sempre comenta. Acho que seria um dos pontos assim mais... acho que, de forma geral, assim é bem. [...] Eu acho de difícil acesso a biblioteca também, eu não me lembro se tem alguma passagem para cadeirante ou alguma coisa assim.
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 18:</b> Ah, eu acho que as calçadas eu faria todas lisinhas, não com aquele... Porque pra cadeirante é bem complicado. [...] Eu faria... colocaria um transporte lá do terminal central até aqui na clínica, com certeza... aí não sei, mas acho que a preparação das pessoas também como portadores de necessidades não só. [...] porque tem guardas aqui, por exemplo, que não sabem ajudar a tirar o paciente de dentro do carro. [...] Os blocos antigos, por exemplo, não têm aquele desnível nas calçadas, por exemplo, para cadeirantes, e aqui nos blocos mais novos a gente tem.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E por que você faria tudo isso?</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> Porque as pessoas têm o direito de ir e vir como todo mundo.</p>

Fonte: Do pesquisador

Nas perguntas 3 e 5, o entrevistado 18 é capaz de apontar a necessidade de se ter igualdade de condições de acesso. Ao se imaginar observando os problemas de acesso no ambiente do campus e a melhor forma de resolvê-los, ele é capaz de fazer uma explanação com maior profundidade, demonstrando um pensamento mais abstrato e com maior capacidade de generalização.

Pelas falas do quadro, podemos colocar o sujeito 18 como estando com o conceito científico internalizado. Ele consegue discorrer sobre as dificuldades encontradas estando na situação apresentada pela pesquisadora. Argumenta satisfatoriamente e, unindo as respostas das três primeiras questões à última, fica claro que ele internalizou tal conceito. Ele fala na acessibilidade como um item dentro da cidadania, ou seja, ter acessibilidade é uma questão de cidadania, um direito inalienável de toda pessoa.

Por fim, o entrevistado 20, o último entrevistado relacionado como estando dentro do conhecimento científico, fala sobre facilidade, igualdade de condições e segurança na utilização de um espaço/ambiente.

**Quadro 17 – Fala do entrevistado 20, classificado no conceito científico de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

CONCEITO CIENTÍFICO	
1	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 20:</b> A possibilidade que as pessoas têm pra, vamos dizer assim, como eu posso te explicar? [...] Ter realmente acesso às coisas, a lugares a... Acesso a tudo, a todos os lugares mesmo. [...] A facilidade com que essas pessoas têm com relação à segurança que elas têm para com ambiente preparado para receber essas, no caso, pessoas especiais, por exemplo.</p>
3	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p> <p><b>Entrevistado 20:</b> As barreiras que eu iria encontrar, lógico, se eu não tivesse nenhum problema fonoaudiólogo, pediria auxílio.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então você acha que uma das maneiras para se locomover é com o auxílio de alguém. Tu</p>

	<p>achas que sozinha não?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Não porque não está adaptado totalmente.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> [...] Então você teria dificuldades em termos de acesso a que lugares?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Subir as escadas ou mesmo as rampas da universidade, eu acho que dificulta um pouco. Banheiros alguns, uns tem assim, mas a maioria deles não está adaptada, piso escorregadio. Quer dizer, dias úmidos, também, eu acho um fator de risco.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então, você acha que, para se locomover lá dentro depois que está dentro do bloco. E para chegar a esse bloco, você teria dificuldade?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Teria também da mesma forma. Degrau, nivelamento, piso escorregadio também.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Tirando os blocos, outros lugares que você frequenta aqui na universidade? Algum lugar que você queira citar? Tem a biblioteca, tem a cantina, tem a clínica, tem outros lugares também?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Pois se a própria biblioteca, de repente, tem aquele metal, e a pessoa pode passar por um constrangimento.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Lá dentro você acha que é favorecido?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Também não, dificuldade para passar naquela roleta, acho que não tá preparada para receber.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Não tá adequada para ser referência em acessibilidade. Então, a gente tem os blocos a biblioteca, mais algum lugar?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Mesmo durante o percurso, os blocos têm uma distância e também o próprio desnivelamento, os estacionamentos não têm exclusividades.</p>
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Começaria aumentando o número de vagas. Adequaria todos os setores. [...] Adequar ergonomicamente, banheiro, biblioteca... vagas de estacionamento. [...] Com relação ao piso também. [...] Claro que a gente não tá, digamos assim, não é a realidade. No caso a realidade é outra, né.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E por que você faria isso?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Pelo próprio não constrangimento das pessoas e estar independente. Que eu acho que é importante, muitos deles sofrem, e, claro, que, melhorando a acessibilidade, melhoraria muito com certeza, a independência tanto dele como dos normais.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E fora um cadeirante, quem mais se beneficiaria dessas mudanças, piso escorregadio foi trocado por um piso bom, quem mais você acha que se beneficiaria?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Idosos [...] Crianças, todas as pessoas em geral.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então você tá fazendo um projeto que não é, na verdade, para pessoas portadoras de deficiência, é isso?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Não. Eu incluiria tudo.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então quer dizer que seria importante para todas as pessoas que frequentam esses lugares, independente de quem são, por isso você faria isso.</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Claro que priorizando os portadores de necessidades especiais.</p>

Fonte: Do pesquisador

A fala do entrevistado 20 é bem estruturada desde a pergunta 1 e, com as demais perguntas, fica explícita a maturidade em relação ao conhecimento, o que denota maior capacidade de abstração e generalização do pensamento.

O entrevistado 20 tem uma visão ampla do assunto, quando fala dos ambientes do campus, citando tanto os internos como os externos. O conceito de acessibilidade adquirido pelo acadêmico pode ser considerado científico, pois na primeira pergunta ele já traz a questão da facilidade de acesso a todos. O acesso, portanto, não é exclusividade de ninguém, é uma necessidade de toda a população, cada qual com suas especificidades. Além disso, o acadêmico ainda traz o atributo relacionado à segurança. Não basta ser de fácil acesso, não basta ser em igualdade de condições, precisa ser seguro e a pessoa precisa perceber com prontidão como deve utilizar o equipamento urbano e deve conseguir utilizá-lo sozinha, sem

auxílio e de forma a não causar nenhum desconforto. No último questionamento, a pergunta número 5, o entrevistado resolve a situação-problema com bastante detalhamento e volta a afirmar os atributos já referidos anteriormente.

Como se pode ver, na fala do sujeito 20, ao falar sobre as modificações necessárias à transformação do ambiente em acessível para todos, ele discorre sobre toda a extensão interna e externa do campus, rastreia banheiros, biblioteca, estacionamentos, calçadas. A partir do conceito abstrato, o sujeito faz uma curva descendente até o conhecimento concreto da acessibilidade, demonstrando o conhecimento científico bem estruturado. Ele consegue visualizar o benefício do acesso a idosos, crianças, deficientes ou adultos sem qualquer problema físico. Além disso, traz o atributo da autonomia. A acessibilidade como sendo de extrema importância para o sujeito entrar nos lugares, independentemente de auxílio dos outros. Isso lhe proporciona dignidade e faz dele um cidadão como os demais.

O termo acessibilidade pode soar estranhamente aos ouvidos, quando o sujeito é pouco experiente no assunto. Talvez, por isso, houvesse tanta discrepância entre a resposta à pergunta número 1, na qual a pesquisadora questionava o que a acessibilidade representava para o acadêmico, e a pergunta número 3, em que a pesquisadora pede para o estudante se colocar na posição de alguém com necessidades específicas de acesso e, nesse caso, o formando consegue desenvolver seu pensamento em termos práticos. Por conseguinte, não basta olhar a fala isoladamente para perceber em qual estágio o conceito internalizado pelo acadêmico se encontra. O conceito científico é internalizado na medida em que o pensamento do senso comum começa a ser abstraído. Nesse sentido, imaginar-se no lugar de alguém com deficiência ou no lugar de um planejador dá margem para que o sujeito expresse a forma como o seu pensamento é organizado.

### 6.1.2 Nível Conceitual Transitório de Acessibilidade

Ainda dentro do principal objetivo específico, arrolaram-se quatro entrevistados como estando no nível transitório de conhecimento. O conceito transitório é aquele em vias de se tornar científico, necessitando, porém, de maior consistência. Um conceito transitório, ao ter ajuda de um sujeito mediador, pode alcançar o pensamento científico. Colocaram-se quatro sujeitos em nível transitório porque conseguiam fazer referência a alguns atributos do conceito científico, mas não conseguiram aprofundar seu pensamento, ou manifestá-lo mais

concretamente nas situações-problema, a menos que a pesquisadora tenha dado algum auxílio para isso.

Os sujeitos em nível transitório do conhecimento de acessibilidade a reconhecem como sendo exclusivamente para deficientes. Não a percebem como um direito e pensam ser suficientes algumas ações isoladas para chamar um projeto de acessível (por exemplo, colocar rampas).

Na teoria de Vygotsky, o conceito de transição pode ser encarado como a ZDP, um conceito em desenvolvimento, um estágio intermediário entre o científico e o cotidiano. Enquanto não conseguem abstrair-se ao seu máximo, não possuem todas as qualidades de um conceito científico.

O primeiro sujeito arrolado na categoria transitória é o entrevistado número 1. Apesar de ter se perdido na primeira questão e fugido do tema, quando lhe é solicitado imaginar-se no lugar de alguém com deficiência, os atributos do conceito científico começam a aparecer, embora não consiga abstrair o conceito.

**Quadro 18 - Fala do entrevistado 1, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO TRANSITÓRIO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 1:</b> Tato, acessibilidade, tato. Apalpação, a primeira coisa que eu penso em acessibilidade é o tato.  <b>Pesquisadora:</b> Por que será que vem o tato e não outro sentido?  <b>Entrevistado 1:</b> Porque através do tato eu vou sentir a sensibilidade, através do tato. Então o tato é o início de tudo na acessibilidade, eu posso sentir.  <b>Pesquisadora:</b> Você pensou em tato, mas se eu perguntar o que a palavra acessibilidade significa para você, como fica? Vai ter outro sentido? Porque eu perguntei o que você pensou, você imaginou o tato, mas o que a palavra acessibilidade significa para você?  <b>Entrevistado 1:</b> Acessibilidade é algo que tu podes, como eu posso te explicar. É sentir, é difícil falar sobre isso. Acessibilidade é sentir algo que... algo que pode sentir através do tato ou dá sentido, não sei como eu posso explicar.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 1:</b> É difícil para se locomover dentro da universidade. Tem poucos acessos, como barras paralelas, também entradas nas calçadas não tem. Aqui é tudo... não tem nível de calçada reta, não tem como subir a escada, é difícil. Tem a rampa, só que para o deficiente, o cadeirante, é difícil. Eles já particularmente reclamaram pra mim, que é difícil o acesso. [...] A informática né, apesar de ter a rampa, mas é difícil, quando vai pegar nas barras paralelas é difícil, é acesso à biblioteca também, que tem aquele estacionamento porque na hora de subir a calçada não tem, não tem a rampa pra subir. Eles pensaram mais na parte estética e estrutural, esqueceram da parte funcional.  <b>Pesquisadora:</b> [...] na prática se você tiver que se locomover de cadeira, como é que você faria?  <b>Entrevistado 1:</b> Eu evitaria. Ainda mais se fosse um cadeirante inicial, inicialmente eu evitaria. Com pouco de medo, eu já não sairia de casa. Como a parte psicológica já afeta a gente, eu já ia ficar mais em casa, com medo de as pessoas me acharem coitadinha. Isso também afetaria o psicológico, tanto não só porque eu adoro a universidade, mas a parte de sair, o medo das pessoas.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria</b></p>

**em termos da acessibilidade? Por quê?**

**Entrevistado 1:** Toda a estrutura da Unesc, não só a estrutura, mas a parte assim através de palestras explicativas, através de palestras para todos os cursos, não só os cursos da área da saúde, mas a parte administrativa.

**Pesquisadora:** Palestras explicativas, qual assunto você abordaria?

**Entrevistado 1:** De acessibilidade, através do acesso, a parte, a questão da acessibilidade, faria palestras. Eu mudaria alguns acessos à universidade.

**Pesquisadora:** Quando você diz mudar, é construir uma rampa, é quebrar uma calçada, nesse sentido?

**Entrevistado 1:** Não quebrar, porque aí eu vou ter, aquilo que foi construído antes vai ser destruído. Então quanto mais a gente destruir as coisas, mais a gente vai perdendo aquilo, então eu faria um novo acesso, não quebraria. A gente não pode só pensar em quebrar, tem que pensar em construir.

**Pesquisadora:** Palestras explicativas, e você construiria novos acessos. Onde você construiria novos acessos?

**Entrevistado 1:** É como eu te falei, perto da biblioteca. A saída do terminal pra entrada no bloco administrativo, acesso também à cantina, tem pouco porque o piso é muito liso.

**Pesquisadora:** O piso você acha que é liso?

**Entrevistado 1:** Sim, é liso, alguns, algumas partes da Unesc são.

**Pesquisadora:** Mas alguma área você mudaria? E porque você faria essas modificações?

**Entrevistado 1:** Porque a gente não pode só ficar preocupada só com a parte estrutural humana, e sim em benefício da qualidade de vida da pessoa. Aqui na clínica, eu mudaria alguma coisa também.

**Pesquisadora:** Aqui na clínica também?

**Entrevistado 1:** Os acessos e os pisos aqui não são bons. [...] porque é liso, ele é liso, então principalmente, para cadeirantes e idosos, tem mais dificuldade para caminhar, e falta de equilíbrio também, tem dificuldade também, então qualquer coisa que tu usa um sapato mais liso é preocupante.

**Fonte:** Do pesquisador

Percebe-se pelo discurso acima que o entrevistado 1 confunde o termo acessibilidade com sensibilidade. Devido a isso ele foge do tema, como se nunca tivesse ouvido falar nessa palavra, associando o som escutado com o termo mais próximo possível do que ouviu. No transcorrer da entrevista, as perguntas direcionadas para o termo acessibilidade e seu conceito não são respondidas ou possuem respostas como esta, direcionadas ao termo sensibilidade. Em contrapartida, quando lhe é colocada uma pergunta prática sobre acessibilidade, sem mencionar o termo em si, ele consegue identificar algumas irregularidades de acesso no campus.

Teoricamente, o entrevistado 1 não consegue chegar ao conceito, mas na prática consegue apontar diversas dificuldades que um cadeirante tem para se locomover no campus. Nesse ponto, poderíamos dizer que o acadêmico se encontra no conceito de transição; bastaria um auxílio no sentido de poder relacionar o termo com as informações e ele seria capaz de discernir na prática.

Quando lhe é colocada uma situação na qual o entrevistado aparece como o planejador de um ambiente, ele já é capaz de indicar algumas modificações necessárias ao acesso das pessoas. Seu conceito de acessibilidade não está completamente sintetizado, por isso, encontra-se ainda no nível de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1998a). Nesse nível, as funções mentais ainda não se encontram maturadas. Devido a isso, ele só consegue

solucionar o problema apresentado com a ajuda da pesquisadora, que desvia seu pensamento do termo sensibilidade para o termo correto, acessibilidade. Então sugere a construção de rampa e a destruição de uma calçada em seu projeto.

O conceito de acessibilidade, quando maturado, entrará na zona de desenvolvimento real e será chamado científico. Nesse estágio, existe um ciclo completo, um conceito já aprendido. Quando o sujeito tem o pensamento no nível científico, ele é capaz de solucionar os problemas envolvendo o assunto de forma independente (VYGOTSKY, 1998a).

O entrevistado a seguir, quando conceitua acessibilidade, fala na facilidade e na liberdade para utilizar um espaço. É bastante pontual, não aprofunda muito o conceito, mas não é completamente alheio ao mesmo, por isso, pode ser considerado como estando no nível transitório do conceito de acessibilidade.

**Quadro 19 – Fala do entrevistado 10, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

CONCEITO TRANSITÓRIO	
1	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 10:</b> Boas condições, qualidade de vida, portador de necessidade. [...] Livre acesso, fácil acesso, boas condições de acesso (risos).</p>
3	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 10:</b> Aqui na Unesc é bem complicado. [...] Eu acredito, eu tenho um amigo que eu ajudo a subir aquela rampa do XXI B XXI A, é muito íngreme, é bem difícil. Ele precisa de ajuda, não consegue sozinho, aquelas grades, as rodas passam, é bem complicado ali. Desde o terminal, tem que dar toda aquela volta, não tem um caminho que eu possa seguir. [...] Principalmente para os pacientes chegarem até aqui na clínica. [...] Então pra tu chegares aqui na clínica, até pra gente que vem a pé não tem uma pista pra pedestre. Tem a calçada lá, mas no caso da... [...] Por outros motivos também, porque mesmo ali agora eu não tô me lembrando onde tem umas folhagens, tipo umas flores na calçada na vinda pra cá, onde tem um desnível.</p>
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b>  <b>Entrevistado 10:</b> Às vezes são coisas pequenas que fazem a diferença, desde a entrada aquela volta lá, a saída do terminal para o hall de entrada deveria abrir aquilo lá. [...] Não sei se fechar ou trocar aquelas “grelhas” que tem ali (risos) [...] Tem o caso da rampa, eu não sei como fazer, colocar elevador quem sabe? [...] Eu ia passar asfalto em toda a rua (risos).  <b>Pesquisadora:</b> Tá. E por que você faria tudo isso?  <b>Entrevistado 10:</b> Pra auxiliar a todos nós, né, na verdade (risos).</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Ao se colocar na situação de um deficiente físico, o entrevistado 10 consegue visualizar as dificuldades mais urgentes, visto ter em sua vida diária a experiência do amigo deficiente.

Pela resposta à pergunta número 3 e pelas demais, percebe-se que o conhecimento sobre o assunto não é meramente cotidiano. Embora não atinja a abstração e a generalização



necessárias a um conceito científico, ela descreve satisfatoriamente as irregularidades existentes em determinados espaços da Unesc, e poderia chegar ao nível científico com um pouco mais de estímulo.

São as pequenas coisas que fazem a diferença em termos de acesso aos lugares. Por conseguinte, seria mais fácil e menos dispendioso a um planejador pensar em termos de sistema no momento em que o projeto ainda não entrou em fase de execução, afinal depois de iniciado ou quando já se encontra finalizado, todas as ações são meramente paliativas e nem sempre conseguem integrar-se ao conjunto da obra. Para tanto, precisamos ao menos transcender a ideia culturalmente repassada de que a acessibilidade serve exclusivamente para deficientes.

O entrevistado 17 define acessibilidade em termos de facilidade e liberdade para usufruir um ambiente. Porém, menciona ser algo necessário às pessoas deficientes, o que vai contra o conceito de desenho universal, ou o atributo de igualdade de condições de uso.

**Quadro 20 – Fala do entrevistado 17, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

CONCEITO TRANSITÓRIO	
1	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 17:</b> Acessibilidade vem à mente que é as pessoas chegarem aos lugares que elas querem. [...] Pra qualquer tipo de pessoa, na verdade, acessibilidade pra cadeirantes ou pessoas que tenham algum tipo de deficiência. [...] Ter o fácil acesso de chegar a um determinado lugar que você queria (pausa).  <b>Pesquisadora:</b> Sim, mas antes, então, você falou que serve para qualquer pessoa, para qualquer um?  <b>Entrevistado 17:</b> É porque a gente sabe que é mais viável para quem não pode se locomover.</p>
3	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 17:</b> Imaginar é difícil, né, mas eu admiro muito eles, então, sei lá se eu teria tanta força assim como eles. Mas se for pra imaginar acho que é difícil chegar até aqui. Uma vez, a gente fez um trabalho de acessibilidade com o professor William, que nossa senhora. Deveria ter uma pista só pra eles lá do terminal porque nem todos vêm de carro. Deveria ter uma pista exclusiva para eles, asfaltada, sem aquelas... que, na verdade, deveria ser tudo padronizada, obrigatório as calçadas ser tudo um padrão e não só em um determinado local ter rampa, tudo deveria ter rampa. Porque às vezes as pessoas, o cadeirante tem que andar muito mais pra ter a rampinha dele, pra depois ele voltar pra ir aonde ele queria. Então eu acho que aqui também deveria ter rampa. E do carro uma pista só pra eles.  <b>Pesquisadora:</b> E para se locomover dentro do campus! A primeira coisa que você lembrou foi da entrada até a clínica, mas para se locomover da entrada até outros blocos, outros lugares da universidade?  <b>Entrevistado 17:</b> Acho que aqueles calçamentos ali, entre os blocos, acho que. [...] Aqueles lá tão horríveis, né. Tão tudo quebrado.... tem até boca de bueiro sem grade. [...] tá horrível, pelo menos aquela vez que a gente fez o trabalho foi bem naquela, entre aqueles blocos antigos até o ginásio. É horrível, gente, aquilo lá, muita coisa quebrada. E esses novos, eu acho... ai, sei lá, eu nunca andei de cadeira de rodas mas acho que a pessoa deve ficar sei lá... esse calçamento, eu não sei, se tu tens um bebê e tem que passar por lá, deve ser a mesma coisa, né?  <b>Pesquisadora:</b> E se não fosse um cadeirante [...] mas uma pessoa obesa ou um idoso de 85 anos, ou de muleta. Você acha que também teria dificuldade ou seria mais fácil?  <b>Entrevistado 17:</b> Fácil não, aqui nesses blocos novos seria mais fácil, mas nos outros lá, se estivesse de muleta ou fosse idoso, porque tem lajota levantada, porque o idoso não tem aquela marcha adequada então.</p>

	<p><b>Pesquisadora:</b> Então os blocos antigos são lugares de difícil acesso, a clínica de fisioterapia é um lugar de difícil acesso?</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Porque é longe para eles, né. Na verdade, eu nunca vim do terminal, eu nem imagino como a gente entra lá e como que sai. Então eu não sei, mais eu acho que tem que entrar no bloco administrativo... eu não sei como é, mas a gente vê que nem todo lugar tem rampa. Aquela calçada ali que vai para o CAP não tem rampa. Aquela vez que a gente fez o trabalho. [...] Na verdade existe dificuldade em tudo, né (risos).</p>
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos de acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Porque são meio difíceis essas tuas perguntas, a gente não tá dentro do campus, aí tem que ficar imaginando. Na verdade, faz um ano e meio que eu não ando mais dentro da faculdade. Que eu tô fora da faculdade. Agora é um semestre que a gente vem só para clínica, entendeu!</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então e os outros 3 anos e meio vocês estudaram no XXIA?</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> É, e aquela coisa, tu vai pra sala, da sala tu vai embora. E eu nem ando porque eu andava de carro. Mas também não fizeram nada.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Se você ganhasse uma verba, agora de formatura, agora para fazer mudanças?</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Aí eu ia ter que estudar. [...] E pra mudar tudo, não só mudar a metade, começar do mais viável ate o menos viável, mas mudar tudo. Porque eu não sei aqueles blocos antigos para cadeirante. [...] Mas eu ia fazer o levantamento e estudo e começar da parte, como a gente trabalha na área da saúde, então de repente não porque eu sou egoísta em pensar só nessa área, mais sei lá, ia fazer primeiro a pista para cadeirante.</p>

Fonte: Do pesquisador

Quando a pesquisadora lança uma situação-problema (pergunta número 3), para ser imaginada pelo entrevistado, ele consegue trazer algumas de suas observações sobre o espaço do campus universitário. Ele fala em acessibilidade em termos de construção de rampas. Como se a resolução do problema fosse fazer rampas para os cadeirantes passarem. Na primeira questão, ele discorre sobre a acessibilidade ser um meio de os deficientes chegarem aos lugares desejados. Ele não percebe a necessidade de acesso como sendo de todos. Desse modo, seu conceito não pode ser arrolado como estando completamente no nível científico devido à ausência de uma visão do todo. Na última questão levantada para análise, a pergunta número 5, o entrevistado demonstra não ter um conhecimento amplo sobre o ambiente ao seu redor, age como se a clínica e o restante da faculdade ficassem em regiões opostas. Se um sujeito não é capaz de observar melhor o ambiente a sua volta, ainda não internalizou completamente o conceito científico de acessibilidade, mesmo que tenha iniciado e avançado bastante nesse sentido.

Durante todo o curso, o entrevistado nunca se interessou em conhecer o restante do espaço em que fica localizada a universidade em que escolheu passar cinco anos de sua vida estudando para uma profissão. Sem observar a realidade ao seu redor, é quase impossível verificar as irregularidades existentes. Ninguém pode saber se possui colesterol alto se nunca se prestou a um exame. Ao ser questionado dirá não ter qualquer problema de saúde. Assim também ocorre em relação à sociedade. Se você não direciona o olhar ao que ocorre ao seu redor, pensará que todos têm as mesmas condições de vida e até de acesso que você.

Esse dado é muito importante no que tange à criação de um profissional sem uma visão do todo. Como se a clínica não fizesse parte da universidade. Ele passa todos os dias pelo campus e não olha para o lado para ver a realidade em volta de si. Se isso se estender para os demais campos de sua vida, ele será um fisioterapeuta sem uma ação efetiva perante a sociedade, fará apenas o seu trabalho restrito ao local onde se encontra.

Mais uma vez, o entrevistado se mostra alienado em relação ao meio, isto é, conviveu com esse meio durante todos os anos de seu curso superior e não o incorporou em sua vivência. Como se ele apenas fosse um meio para chegar a um fim. Não faz parte efetiva de sua vida.

O estudo é interessante, qualquer trabalho voltado para acessibilidade precisa de um estudo a priori. Porém, o entrevistado começaria do zero seu estudo, precisaria adquirir todo o conhecimento que não obteve com a experiência vivida no dia a dia, pois não se interessava por ele. Poderia ter grandes dificuldades em identificar os lugares com problemas de acesso, visto não conseguir ter uma visão ampla do todo. Poderia incorrer no risco de fazer a acessibilidade fragmentada, para atender a algumas dificuldades específicas de grupos seletos, não ampliando para a questão universal inerente desse conceito.

O último entrevistado do estágio de transição, o sujeito 26, define acessibilidade da mesma forma como a maioria das pessoas do senso comum: algo de fácil acesso.

**Quadro 21 – Fala do entrevistado 26, classificado no conceito transitório de acessibilidade (referente às perguntas 1, 3 e 5).**

<b>CONCEITO TRANSITÓRIO</b>	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b>  <b>Entrevistado 26:</b> Acessibilidade é tornar acessível, de fácil acesso.</p>
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b>  <b>Entrevistado 26:</b> Pelas calçadas, e as rampas, mas seria um pouco complicado. [...] Principalmente pra vir aqui pra clínica, porque é bem longe e seria mais complicado ainda. [...] A biblioteca porque tem que passar pela roleta, não sei se tem outra entrada. [...] O Xerox também eu acho que um cadeirante não conseguiria passar por aquela porta.</p>
<b>5</b>	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b>  <b>Entrevistado 26:</b> Eu mudaria a entrada da universidade, melhoraria as calçadas. [...] a biblioteca também que eu já falei. [...] Ia ter que ter um veículo pra trazer as pessoas até aqui.  <b>Pesquisadora:</b> [...] quem ia se beneficiar com as tuas reformas?  <b>Entrevistado 26:</b> Os deficientes físicos da Unesc que estudam aqui, os pacientes eu acho que é isso  <b>Pesquisadora:</b> Mais alguém que você lembrou se beneficiaria?  <b>Entrevistado 26:</b> De repente todas as pessoas que usam isso, mas como eu falei da biblioteca, do Xerox, são mais importantes para o deficiente físico  <b>Pesquisadora:</b> E por que você faria essas mudanças?  <b>Entrevistado 26:</b> Porque eles encontram certa dificuldade, até pra gente que vem de lá até aqui, num dia de chuva, já é complicado. Se pra gente já é ruim, imagina pra eles, pra alguém que tem algum problema.</p>

[...] Pra tornar acessível.
-----------------------------

<b>Pesquisadora:</b> Então tá, obrigada pela entrevista.
--

**Fonte:** Do pesquisador

Essa forma de pensar vista na pergunta número 1 é a mais básica em relação ao assunto, fala sobre o conceito, mas deixa obscuras muitas de suas faces.

Ainda que cite alguns ambientes interiores com certas restrições em termos de acessibilidade, o entrevistado não visualiza completamente o espaço ao seu redor. E isso fica bastante visível quando fala sobre a entrada da biblioteca, pois nunca observou a porta lateral ao lado da roleta para pessoas que não podem girar a roleta. Claro, segundo o conceito de acessibilidade, essa é uma forma paliativa de resolver o problema. Na realidade o acesso deve ser o mesmo para todas as pessoas. A forma de acesso não pode ser essencialmente diferenciada, somente porque a pessoa possui uma forma de locomoção diferente. O desenho universal prega que um acesso deve ser o mesmo para todos, de um jeito que todos consigam entrar pelo mesmo lugar de maneira autônoma e, assim, não causar constrangimentos ou perpetuar a exclusão. Afinal, se alguém em cadeira de rodas precisa de um acesso exclusivo, significa que ela é um ícone no meio dos demais e não um com os outros. O entrevistado consegue apontar algumas modificações pertinentes, mas sua visão é focal, limitada aos deficientes, os pacientes, aqueles que são essencialmente prejudicados em termos de movimento físico.

No final de sua entrevista, o acadêmico, por intermédio da pesquisadora, generaliza seu pensamento para todas as demais pessoas, isso significa ser a mediação suficiente para seu pensamento obter um salto de qualidade e se modificar ao nível científico.

### 6.1.3 Nível Conceitual Cotidiano de Acessibilidade

O último nível referido na teoria de Vygotsky em relação à internalização de conceitos é o cotidiano. Nesta pesquisa, dos 26 entrevistados, 13 (50%) deles se encontram nesse estágio de pensamento. O conceito internalizado é próprio do senso comum, das experiências acumuladas diariamente. Não possui consciência e tem pouca possibilidade de generalização. Em relação à acessibilidade, é percebido em razão de o sujeito não conseguir observar as dificuldades ou possibilidades de acesso.

Os conceitos cotidianos se desenvolvem a partir da experiência sensorial, vão do concreto até a abstração. Tal conceito, segundo Vygotsky (1998b), tem origem numa situação de confrontação com uma situação concreta. Desse modo, o entrevistado não é capaz de reconhecer a acessibilidade como um direito de cidadania.

Foram arrolados alguns entrevistados com suas respostas às três perguntas referentes ao conceito de acessibilidade para demonstrar a forma de pensamento existente nesse estágio de internalização do conceito. Não nos repetiremos em colocar todos os entrevistados como nos estágios anteriores por se tratar de respostas muito semelhantes, podendo ser feitos três grupos (perguntas 1, 2 e 3) para melhor direcionamento da análise do presente estudo.

#### 6.1.3.1 Pergunta número 1

Em relação ao conceito de acessibilidade, 4 dos 13 acadêmicos, os sujeitos 13, 2, 23 e 24, definem o termo como sendo algo de fácil acesso, que facilite a vida das pessoas, na maioria dos casos, se referem aos deficientes físicos.

**Quadro 22 – Fala dos entrevistados 13, 2, 23 e 24, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Definem o termo acessibilidade como: de fácil acesso e se referem aos deficientes físicos.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 13:</b> Acessível, assim fácil acesso seria isso.</p> <p><b>Entrevistado 2:</b> Acessibilidade? Algo que facilite a vida de alguém que tem algum problema, alguma deficiência. [...] Acessibilidade também no computador que tem programa de acessibilidade que eles aumentam o tamanho das letras para portadores visuais.</p> <p><b>Entrevistado 23:</b> Acessibilidade é simplesmente o acesso a algum lugar ou alguma coisa... acessibilidade [...] tu vais ter acesso a alguma coisa, acesso assim, ter a facilidade de chegar a algum lugar.</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Deficiente físico e meio ambiente. [...] Facilita a vida deles, facilitar que eles se locomovam, os acessos aos lugares.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Os entrevistados trazem o atributo da facilidade para utilizar um ambiente ou um equipamento, mas com vias a facilitar a vida dos deficientes físicos. Tais entrevistados não conseguem elucidar melhor os seus discursos nas perguntas subsequentes, somente têm a visão do senso comum, de que a acessibilidade é pura e simplesmente o acesso fácil a um

espaço ou objeto/equipamento. Isso é muito pobre em termos de acessibilidade, um conceito trazido do ambiente cultural, com poucas possibilidades de generalização e, por conseguinte, de pouco valor para causar preocupação. Alguns dos entrevistados, inclusive, no rol dos conceitos cotidianos, definem acessibilidade unicamente como acesso a informações. Não fazem o link entre a questão de mobilidade e acesso, como podemos verificar nas falas a seguir:

**Quadro 23 – Fala dos entrevistados 3 e 21, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Definem o termo acessibilidade como: acesso a informação.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 3:</b> É ter acesso... a informações. É liberdade de expressão, poder chegar e conversar, botar as coisas... é acessibilidade, acesso a informações a críticas. É um acesso assim tanto da minha parte como de tipo de vínculo, acessibilidade, a palavra é difícil assim.</p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Acessibilidade e ter fácil acesso, na verdade a estudo, a trabalho, tudo ter mais disponibilidade assim.</p>

Fonte: Do pesquisador

Também houve fugas do tema proposto por meio do pensamento imediato. Talvez os entrevistados estejam mais acostumados com perguntas diretas capazes de serem respondidas com um sim ou um não, sem maiores reflexões. A pesquisadora poderia simplesmente dizer: “O que é acessibilidade?” ou ainda, “Qual o conceito de acessibilidade?” Mas não, ela pede para que os sujeitos digam o que lhe vem à mente quando pensam sobre esse termo. Temos a mesma pergunta, feita de maneira a suscitar o pensamento do sujeito. Ele buscará dentro de si a resposta. Se possuir o conceito, saberá expressá-lo; se não souber, incorre em equívocos, como nas falas a seguir:

**Quadro 24 – Fala dos entrevistados 5 e 9, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeitos que fugiram do tema.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 5:</b> Coisas que são de fácil acesso. [...] Objetivo que eu busco seja de fácil acesso, né.</p> <p><b>Entrevistado 9:</b> Acessibilidade é ter acesso a alguma coisa, é uma maneira mais fácil de ter acesso a alguma coisa. [...] Qualquer tipo, algum lugar, alguma coisa que tu tenhas um objetivo de chegar, que pode ter o acesso. [...] Alguma coisa acessível, fácil de tu chegares, de tu teres acesso [...].</p>

Fonte: Do pesquisador

Embora os entrevistados falem em alcançar facilmente um objetivo que pode estar relacionado a um ambiente físico, percebe-se pelo seu discurso que eles estão se referindo a objetivos pessoais. Ainda que seja parte da acessibilidade, não é exatamente a essa acessibilidade que a pesquisadora se refere em seu discurso. No decorrer da entrevista, eles demonstram não compreender o que lhes foi perguntado, e atribuem à acessibilidade outro conceito, que não se aproxima da acessibilidade a lugares.

Por se tratar de um conceito relativamente recente e surgido pela necessidade de atender pessoas com problemas de mobilidade, alguns sujeitos confundem acessibilidade com a deficiência física.

**Quadro 25 – Fala do entrevistado 4, classificado no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeitos que confundiram acessibilidade com deficiência física.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Uma coisa que não tem. [...] Tipo digamos assim um déficit, um... Como é a palavra agora... Não um problema, entendeste? Uma coisa assim... Um distúrbio, uma coisa que não tem, entendeste?</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Pela fala acima apresentada, vemos o entrevistado unindo dois conceitos diferenciados, como se uma coisa estivesse diretamente ligada à outra e, na realidade, não fosse objeto de uso de todos os sujeitos que vivem e convivem diariamente em uma mesma cidade, ou um mesmo ambiente.

Associar acessibilidade com deficiência, talvez, seja ainda mais próximo ao conceito do que não associá-la a coisa alguma. Entre os 13 entrevistados arrolados no conceito cotidiano de pensamento, houve um em quem a palavra acessibilidade não estimulou o surgimento de pensamento algum:

**Quadro 26 – Fala do entrevistado 14, classificado no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 1). Sujeito que não soube conceituar acessibilidade.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>1</b>	<p><b>1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa para você?</b></p> <p><b>Entrevistado 14:</b> ... Não faço ideia!</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Não faz ideia?</p> <p><b>Entrevistado 14:</b> Não faço ideia.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> O que a palavra acessibilidade significa para você?</p> <p><b>Entrevistado 14:</b> ... é acessibilidade?</p> <p><b>Pesquisadora:</b> acessibilidade, como está escrito aqui.</p>

<p><b>Entrevistado 14:</b> Tá. (...) acessibilidade é aquele trabalho ali né, mais acessibilidade? Mas não pode ser não tem sensibilidade! Ah não sei!</p>
--

**Fonte:** Do pesquisador

Seu pensamento ainda se encontra muito no plano teórico, sem uma abordagem para a prática. Ele visualiza apenas as dificuldades mais urgentes, não consegue perceber as inadequações. Por isso, o conceito internalizado se encontra ainda no plano do cotidiano.

### 6.1.3.2 Pergunta número 3

Da mesma forma como ocorreu na primeira questão, os 13 entrevistados não conseguem melhorar suas respostas ao se imaginarem como deficientes físicos. Continuam vendo a acessibilidade de forma limitada, bastante discrepante dos demais sujeitos entrevistados.

**Quadro 27 – Fala dos entrevistados 2, 13, 9, 4 e 5, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 3). Consideram o campus um lugar acessível.**

CONCEITO COTIDIANO	
<b>3</b>	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p> <p><b>Entrevistado 2:</b> Na Unesc, a parte lá da entrada, acho que tem bastante acesso para o cadeirante, tem as rampas, tem os blocos, né, que são... no caso da opção de andar tem as rampas. Aqui no bloco da saúde, a gente tem o elevador, que seria um jeito de se locomover. Lá no bloco XXI, tem as rampas de acesso. Mas eu diria que, pra chegar até aqui, um cadeirante passa bastante transtorno. Para vir, pega, porque é tudo... pra vir pelas calçadas pelo trânsito que tem, eu acho bem dificultoso, tanto que tem um paciente que eles vêm trazer de carro.</p> <p>[...] Sai lá do bloco XXI, né, que é lá no começo, pra chegar aqui eu acho que seria o pior. [...] Porque lá tá bem essa parte né de acessibilidade. Ela pra mim é boa. Já que a gente não tem nenhuma deficiência, é difícil se colocar no lugar, mas eu imagino. Que é mais fácil lá do que chegar até aqui. Chegando aqui, tu tem acesso. Tem rampa também pra subir, pra estacionamento pra carro, tudo.</p> <p><b>Entrevistado 13:</b> ... No meu ponto de vista, a Unesc assim é um... já é um lugar bom.</p> <p><b>Entrevistado 9:</b> [...] Eu acho que tem uma coisa positiva aqui. Eu acho que é bem acessível pra paciente cadeirante aqui na universidade porque tem bastante rampa, no XXI B, tem bastante rampa, aqui na clínica tem rampa, acho que no bloco da saúde, ali não tem. [...] Ah, mas tem elevador no bloco da saúde eu acho que é bem acessível. [...]</p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Aqui não vejo tão complicado assim pra cadeirante, acho que o pior é o acesso fora daqui sabe... ônibus, essas coisas assim. [...] eu acho uma coisa... [...] Eu acho, ela é reta, ela não tem uma parada, ela não tem tipo assim um descanso, pra se cansarem poder parar um pouco, ela só para ali no XXI B e depois só lá em cima nos pisos, ela não tem uma parada no meio, eu acho meio complicado.</p> <p><b>Entrevistado 5:</b> Tem as rampas né [...] tem bastante rampa, é adequado pra... alguns lugares são adequados mas nem todos... [...] pra subir nos blocos XXI A e XXI B, lá as rampas são bem inclinadas.</p>

**Fonte:** Do pesquisador



Tais sujeitos pesquisados consideram o campus um ambiente bem acessível por haver muitas rampas espalhadas em todos os lugares. Como já foi aqui mencionado, a visão de um projeto acessível em termos de construção de rampas e/ou ações isoladas é uma ideia equivocada de acesso, ferindo gravemente a concepção de desenho universal, segundo a qual o acesso deve ser para todos, em igualdade de condições e pensado desde a origem do projeto, antes mesmo da execução da obra.

Percebe-se, nesse sentido, uma visão superficial de acessibilidade, baseada na presença de rampas e elevador. Chamam sua atenção apenas os objetos de acesso mais óbvios, como é o caso da rampa, os detalhes não são observados. Os acadêmicos não observam outras irregularidades em seu cotidiano. De um modo geral, essa é uma tendência cotidiana de algumas pessoas observarem apenas os elementos que as afetam e não aqueles capazes de influenciar a vida do outro. Isso é uma prova de que o estudo de acessibilidade e, conseqüentemente, o conceito de acessibilidade seria melhor contemplado ou internalizado se o estudante pudesse vivenciar situações diferenciadas e as dificuldades de pessoas com carrinho de bebê ou muleta, se sofressem de lentidão e fraqueza na mobilidade como os acometidos de patologias ou idosos, mulheres grávidas, obesos, etc. Se o acadêmico pudesse se colocar no lugar de uma variedade grande de pessoas, poderia compreender melhor o que a acessibilidade propõe e quais as reais necessidades de um ambiente.

Vê-se a ideia de rampas como acesso predominando em muitos discursos, embora alguns deles, como os acadêmicos 4 e 5, reconheçam a inclinação como um fator relevante ao acesso.

A exclusão, a marginalização ocorre exatamente por causa de ações pontuais em relação à acessibilidade. Até alguns anos atrás não se ouvia falar em acessibilidade. Quando esse termo começou a ser popularizado e acabou até mesmo virando propaganda de TV, construtores, arquitetos e urbanistas iniciaram ações voltadas para reparação dos ambientes. Alguns projetos, timidamente, já traziam o acesso como algo importante. Mas tudo era pensado em termos de rampas. Como se uma rampa fosse suficiente para um sujeito acessar um ambiente ou equipamento. Ainda existe muita confusão sobre as formas de se fazer acessibilidade. Não basta a existência de uma rampa para garantir o acesso de um cadeirante, e, ainda que fosse suficiente, ela necessariamente precisa ter algumas especificações em termos ergonômicos a fim de o cadeirante conseguir subi-la confortavelmente e de maneira autônoma.

É bem verdade que temos assistido, nas últimas décadas, ao surgimento de um crescente número de estudos preocupados com a readequação dos edifícios e dos espaços urbanos aos usuários portadores de deficiência. Contudo, esses trabalhos se limitam, geralmente, a estudar as características de acessibilidade física de pessoas portadoras de deficiência para subsidiar propostas de readequação dos espaços públicos ou privados. Na ótica desses trabalhos, por exemplo, é comum que a construção de rampas nas esquinas e uma determinada porcentagem de vagas para estacionamento de veículos adaptados às pessoas com deficiência física sejam consideradas "suficientes" para taxar o projeto de "acessível" (DUARTE, 2003, p. 3-4).

Quando os entrevistados 23 e 24 relatam alguma dificuldade encontrada para percorrer o campus em uma cadeira de rodas, três questões vêm à tona em seus discursos: a distância entre a clínica de fisioterapia e os blocos da frente do campus, a biblioteca e a rampa existente no bloco XXI A.

**Quadro 28 – Fala dos entrevistados 23 e 24, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 3). Percebem alguns problemas de acessibilidade enquanto desconsideram outros.**

CONCEITO COTIDIANO	
3	<p><b>3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus?</b></p> <p><b>Entrevistado 23:</b> A clínica... não é fácil chegar lá do terminal até aqui. Não seria fácil, mas depois aqui na clínica é tranquilo. [...] Até chegar na clínica, teria dificuldade também, né, do terminal até na clínica.</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Ah! complicado [...] Eu acho que, para ter acesso de um andar ao outro, aquelas rampas são muito inclinadas. La do XXI B, A, C. É que ela é cheia de caracol assim. [...] porque, tu imaginas, assim, uma pessoa cadeirante não vai ter força pra subir, ela é muito inclinada. Então eu acho que se ela não tem auxílio de outra pessoa, ela não consegue chegar a outro andar.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> [...] fora o XXI que você possa citar mesmo, existe mais algum lugar que você considera de difícil acesso?</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Eu acho que aqui a própria clínica de fisioterapia. Ela é muito longe, se vem do terminal de ônibus até aqui, se é uma pessoa mais idosa ou até mesmo se precisa de muletas, assim, tem uma dificuldade de ter o acesso. [...] O tempo, tipo, um homem leva quase uma hora para chegar até aqui.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Para se locomover dentro do campus, é fácil, difícil, teria que fazer uma escolha de caminho, ou qualquer caminho pode ser utilizado?</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Qualquer não. [...] A biblioteca é difícil, só tem a roleta pra passar.</p>

**Fonte:** Do pesquisador

Em relação à biblioteca, por motivos errados, o acadêmico dá uma resposta certa. Segundo os demais entrevistados elencados no conceito científico, a acessibilidade da biblioteca é ruim devido à largura dos corredores internos, à distância entre as mesas e à altura das prateleiras. Inclusive, o entrevistado 24 fala do fato de o cadeirante precisar passar pela roleta para entrar na biblioteca porque desconhece a porta lateral existente, como uma via de acesso a pessoas impossibilitadas de girar a roleta. Se o estudante tivesse esse dado em mente, poderia ter apontado a biblioteca como um lugar com irregularidades no acesso devido ao fato de haver diferenciação entre a forma como as pessoas entram no interior do recinto, o que,

segundo o desenho universal, seria um fator discriminante. Não deve haver diferenciações no acesso para a diversidade de pessoas existentes. Cada qual deve entrar pelo mesmo acesso, porém, com suas particularidades atendidas adequadamente, sem que elas se sintam excluídas ou marginalizadas do processo como um todo.

### 6.1.3.3 Pergunta número 5

Os 13 estudantes têm um olhar equivocado em relação ao ambiente ao seu redor. Enquanto muitos de seus colegas pensam em realizar um estudo, modificar interiores, calçadas, estacionamentos e tantos outros lugares do campus, esses entrevistados dariam poucas contribuições em termos de acesso. Em relação a essas modificações, quase unanimemente citam uma ação para minimizar o percurso entre a clínica de fisioterapia e o terminal central, aliás, um problema bastante pertinente, mas não é o único a precisar de um olhar mais cuidadoso a seu respeito.

**Quadro 29 – Fala dos entrevistados 21, 14, 4, 3, 9 e 5, classificados no conceito cotidiano de acessibilidade (referente à pergunta 5). Percebem o trajeto do terminal até a clínica de fisioterapia como único problema de acessibilidade no campus.**

CONCEITO COTIDIANO	
5	<p><b>5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da Unesc, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?</b></p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Acessibilidade mais pela distância assim, porque a área da saúde ficou bem no fundão assim da Unesc. Então geralmente o pessoal que, pacientes e tudo, se desloca até aqui com o ônibus, geralmente por serem os atendimentos aqui de forma gratuita tal, tem aquela burocracia, mas em vista de pagar é bem mais de fácil acesso, mas tem a dificuldade de pacientes necessitados de vários fatores se locomoverem lá do terminal até.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Por que você faria isso? Por que colocaria um meio de transporte de lá para cá?</p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Por causa dessa limitação, chega o paciente lá tem que vir lá da frente até aqui, chega com muita dor e sai daqui do tratamento ele precisa de ajuda, tu chegas, quebra ter que ir lá na frente, se é dia de chuva, eu não posso vir, daí vir lá da frente até aqui aí não tem calçada.</p> <p><b>Entrevistado 14:</b> Por causa dessas pessoas que não podem chegar até aqui, né. Que são dependentes de alguém. Tipo, cadeirante, pessoas obesas, problemas de coração, pela distância assim. [...] E quem aproveitaria mais isso é uma pequena parcela.</p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Para pessoas deficientes, pra eles não sentirem tanta exclusão, tanta diferença assim, tipo, ele olha aquela rampa e pensa: poxa, se alguém vier me ajudar, vou te que subir toda essa rampa, vou chegar lá em cima, meu braço vai ficar doendo, entendesse, com o elevador ficaria mais fácil.</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Eu faria um acesso desde lá do terminal, terminal ali da frente do hall da faculdade até os blocos, até aqui a clínica. A clínica de fisioterapia recebe muita gente. [...] Ou então colocaria é... Pensando maior assim uns carrinhos ou sei lá, a Unesc é... colocar uma van que pudesse conduzir esse pessoal cadeirante ou de muleta de carro até aqui na clínica</p> <p><b>Entrevistado 9:</b> É tipo se tivesse algum transporte para as pessoas portadoras de necessidades especiais, os pacientes cadeirantes, se tivesse um transporte pra vir do terminal até a clínica, facilitaria um pouco. [...] O que eu acho que é bem bom aqui e acho, não sei, é que como funciona nas outras universidades,</p>

mas tem bastante rampa aqui, muita rampa, eu acho que é uma coisa boa, facilita bastante. O que eu vejo de ruim é isso aí, o trajeto que é longo e a falta de declive nas calçadas.

**Entrevistado 5:** Aqui dentro, eu acho que é bem acessível, acho que não vai precisar de nenhum equipamento, acho que tá bem acessível, bem construído.

**Pesquisadora:** Não faria nenhuma mudança, nada?

**Entrevistado 5:** Não.

**Fonte:** Do pesquisador

A justificativa para as modificações necessárias, na maioria dos casos, esteve relacionada aos deficientes. Em seus discursos, fica clara a ideia de que a acessibilidade existe para deficientes. Os entrevistados elencados no pensamento cotidiano não veem o acesso como necessário a todas as pessoas. Não percebem que, independentemente de deficiência, cada qual com suas características e particularidades precisa entrar e circular de forma adequada e conveniente em todos os espaços.

O entrevistado 5, além de ter fugido do tema na pergunta sobre o conceito de acessibilidade, quando se coloca no lugar de um planejador diz não haver nada para modificar no campus, tudo está adequado para dar acesso a qualquer pessoa. Nem mesmo a rampa do XXI A, relatada por ele na questão três, como muito inclinada, foi considerada no caso de uma reforma na universidade.

Como pode-se verificar, os conceitos de acessibilidade internalizados pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia não são uniformes. A diferenciação de um nível para outro é bem visível, mas podemos diferenciar também os próprios sujeitos dentro de um mesmo estágio conceitual. Se houvesse como subdividi-los dentro de cada categoria, veríamos também diferenças em termos qualitativos entre os sujeitos elencados como estando no nível científico ou aqueles do nível cotidiano. Não há como ser diferente, pois estamos falando de formação de conceito, o que envolve, necessariamente, a evolução de um pensamento. E como temos conhecimento, todo pensamento possui um desenvolvimento gradativo, não para de evoluir, seu crescimento não é estanque, mas fluido e nem sempre se pode compreendê-lo em um progresso linear.

De um modo geral, a alternância entre zona de desenvolvimento real e proximal caracteriza a formação de conceitos como um todo. A estimulação a esse processo pode ser realizada com a contribuição da escola/universidade, responsável por incitar o desenvolvimento de níveis conceituais mais elevados. Embora o acesso à universidade por si só não garanta o desenvolvimento de conceitos superiores, a universidade deveria, por obrigação ética, ser o local onde o sujeito pudesse encontrar os elementos de que necessita para desenvolver seu psiquismo.

Embora ainda possamos agregar um papel a outros instrumentos mediadores, não há como deixar de reconhecer o papel fundamental da escola no processo de mediação, pois ela oferece o aprendizado de conhecimentos muito diferentes daqueles aprendidos pelos indivíduos em seu cotidiano, levando-os ao desenvolvimento de seus processos mentais superiores. Porém, os conceitos científicos só poderão se desenvolver se a escola/universidade der condições para que os discentes desenvolvam a abstração, a análise crítica, bem como a capacidade de diferenciação e associação de ideias.

Nesse ínterim, o professor tem papel diferenciado, pois ele deveria atuar diretamente no processo de mediação e interferir na zona de desenvolvimento proximal de seus alunos, facilitando assim o processo de formação de conceitos.

## **6.2 Educação**

Segundo Durkheim, Fauconnet e Lourenço Filho (1978, p. 35), “A educação tem variado infinitamente com o tempo e com o meio”. Corroborando essa fala, Vygotsky afirma que os seres são construídos social, histórica e culturalmente. Então, o aluno, após a conclusão de sua graduação, deveria estar apto a cumprir a missão do curso de fisioterapia, a qual remete à mesma visão de homem enunciada pelos autores acima:

Formar profissionais fisioterapeutas generalistas competentes, éticos, críticos, com uma percepção holística do ser humano, comprometidos com a sociedade e com a valorização profissional, capazes de atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde de forma multi e interdisciplinar, visando sempre a melhora da qualidade de vida do ser sob seus cuidados (UNESC, 2009).

O curso de Fisioterapia, ao descrever os objetivos de sua grade curricular, espera que o acadêmico:

Conheça a saúde como um todo e, através do senso crítico da realidade, ser um agente transformador social que deverá propor uma ação constante do desenvolvimento da concepção da saúde social, promovendo, executando, redimensionando seus objetivos através de métodos científicos; Atenda uma necessidade social de um profissional de saúde capaz de resolver e/ou encaminhar as questões de saúde da população com competência e baseado na experiência do convívio muito próximo com a população, convivendo com a comunidade ao longo de sua formação e não somente após graduado; Use métodos científicos para o desenvolvimento de sua profissão, interagindo com os demais profissionais da área da saúde; Atue não só em nível terapêutico, mas também em nível preventivo, o que

deverá diminuir consideravelmente a incidência de moléstias em nosso meio; Atenda aos preceitos éticos e legais praticados, usando-os e criticando-os na prática do seu exercício individual, multi e interprofissional (UNESC, 2009).

De acordo com Fabris (2000), o ensino, as práticas e os códigos que traduzem os processos de aprendizagem evoluíram historicamente com a humanidade até chegar ao nível superior. Este é um dos caminhos a serem buscados para a formação profissional, na qual a educação é estruturada por meio de um sistema pedagógico que inclui currículo, planos de ensino de disciplinas e conteúdos programáticos. Num conjunto total de informações a serem adquiridas.

Para **arrolar as contribuições das disciplinas cursadas para a formação dos conceitos de acessibilidade**, utilizou-se uma questão semiaberta na entrevista. Na questão número 2, o acadêmico era solicitado a responder que disciplinas cursadas por ele em sua grade de ensino tiveram alguma relação com acessibilidade. Segundo informações do Departamento de Fisioterapia, como já havíamos exposto na introdução a esse trabalho, a grade de ensino desses estudantes possui a disciplina de ergonomia e fisioterapia do trabalho, responsável por mediar o desenvolvimento do conceito científico de acessibilidade. A contribuição de tal disciplina era percebida no discurso do entrevistado quando eles respondiam corretamente qual era a disciplina, e o que ela abordava.

### **Quadro 30 – A contribuição da disciplina cursada para o conceito de acessibilidade.**

Responderam corretamente a disciplina e discorreram sobre os assuntos e métodos de ensino adotados, relatando, ainda, sua importância para o aprendizado da acessibilidade.	8	30,76%
Responderam corretamente a disciplina e discorreram parcialmente sobre os assuntos e métodos de ensino adotados, relatando, ainda, sua importância para o aprendizado da acessibilidade.	4	15,38%
Não responderam corretamente a disciplina e discorreram sobre os assuntos e métodos de ensino adotados, não relataram, também, sua importância para o aprendizado da acessibilidade, ou não se lembravam da disciplina e/ou do que haviam aprendido.	14	53,84%
Total	26	100%

**Fonte:** Do pesquisador

Considera-se que se a disciplina é capaz de demonstrar o que está certo ou errado no ambiente para melhorar a qualidade de vida das pessoas que trabalham ou estudam na universidade e, além disso, consegue demonstrar que todas as pessoas serão beneficiadas, de modo especial os deficientes, então, ela representa um importante papel na formação do conceito científico de acessibilidade internalizado por parte dos estudantes.

### 6.2.1 Pergunta 2

Entre os 26 entrevistados, oito (6, 10, 12, 15, 2, 23, 19 e 9) responderam corretamente qual disciplina cursada por eles trazia como tema a acessibilidade e discorreram sobre os assuntos e métodos de ensino adotados, bem como relataram sua importância para o aprendizado da acessibilidade.

#### Quadro 31 – Falas dos oito entrevistados (6, 10, 12, 15, 2, 23, 19, e 9) referentes à pergunta 2 que obtiveram contribuição da disciplina na formação do conceito de acessibilidade.

2	<p><b>2. Durante o curso, quais as disciplinas ministradas que tiveram alguma relação com a acessibilidade? Você poderia me falar um pouco sobre elas?</b></p> <p><b>Entrevistado 6:</b> Ergonomia, eu acho, na parte do que tá certo, o que tá errado, o que pode ser melhorado pra a qualidade de vida das pessoas que aqui trabalham, estudam, enfim. Então, daí, creio que a matéria de órtese e prótese, porque estamos tratando de pessoas com deficiência física. [...] Entendeu? Geralmente são pessoas que usam prótese ou órtese, entendeu? E certos lugares essas pessoas sentem um pouco de dificuldade pelo fato de estar se adaptando a sua prótese ou órtese. [...] E certos lugares ele sente mais dificuldade, e tem que tá bem acessível preparado, pra essa pessoa.</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Ergonomia, eu acho que isso. [...] Ergonomia eu tive em dois semestres, ergonomia 1 e 2, onde a gente aprendeu a analisar toda a parte, todo o local, avaliar a iluminação, cores, bancadas, altura, localização, acessibilidade.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E a disciplina foi importante?</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Com certeza. [...] Porque ela dá uma visão pra que um empregado, a pessoa que tá trabalhando tenha boas condições de trabalho, trabalhe e venha se prejudicar devido à postura, à forma como ela trabalha. [...] Ainda não é uma área muito conhecida, principalmente aqui em Criciúma, não é reconhecida, lógico não é reconhecida. [...] isso no geral, não conhecem e acham que não é da fisioterapia, e agora tem técnico que trabalha com ergonomia.</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Então, a ergonomia, que eu fiz um trabalho sobre isso, e neuro... III que a gente fez um trabalho sobre isso também. [...] A ergonomia, o que eu lembro de como eu te falei do grupo especial, da ergonomia o trabalho que eu fiz a gente tinha que vir do bloco administrativo até a clínica de fisioterapia e falar de todas as dificuldades que a gente encontrou nesse percurso. Aí a gente tinha três percursos a ser feito. [...] E em neuro... era mais carro. Tipo a facilitação, daí a gente viu carros adaptados pelas indústrias, adaptado pelo paciente. Isso sim que foi mais.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> E as disciplinas, no caso as duas, considerou importante?</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Considerei, sempre tirei alguma coisa.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> O que tu vai levar para o profissional ao se formar?</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Tipo, agora tá tendo bastante campanha de acessibilidade assim né, propaganda de TV e tudo, e é uma coisa que tu já escutava e como tão promovendo isso, tu podes usar isso na tua profissão também, tipo se alguém precisar de uma orientação de uma... um auxílio pra fazer essa acessibilidade. A gente é capaz de fazer isso. Daí sabe onde procurar. O importante é eu saber onde procurar.</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Que eu lembre, ergonomia. [...] Formas de acessibilidade, de parar e pensar, porque tu não paras pra pensar na pessoa que tem dificuldade, que consegue ou não chegar a algum lugar, a cidade não tem ruas descentes, não tem calçadas, calçadas que não tem rampas, até a própria faculdade eu acho, acho que dificulta pros acadêmicos, os alunos terem acessibilidade. Tipo tem rampa, mas como um cadeirante vai subir aquela rampa? Complicado, é uma rampa muito inclinada. Então ali a gente começou a estudar. Dentro da disciplina, a gente fez trabalhos na própria faculdade, e mostraram as dificuldades e as possibilidades. E a gente conseguiu enxergar as dificuldades de um deficiente físico.</p> <p><b>Entrevistador:</b> Tá. Então a ---- se fosse uma fisioterapeuta que não tivesse estudado ergonomia, e a ---- fisioterapeuta que estudou ergonomia, é importante? Fez diferença?</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Fez, antes eu nunca tinha parado para analisar. [...] Quais as dificuldades que as pessoas têm. [...] Porque no teu dia a dia, tu não para, tu vai lá e faz, tu não pensa e depois da disciplina,</p>
---	---

da faculdade que eu aprendi. Se não tivesse tido não saberia.

**Entrevistado 2:** Ergonomia... foi o que a gente teve. [...] A gente teve aula e teve que montar projetos sobre acessibilidade. Só que quando eu fiz essa matéria, foi dividido. Um grupo pegou acessibilidade, outro grupo pegou uma parte ergonômica tipo de ajuste de cadeira, computador, mesa. Eu não fiquei com a parte de acessibilidade, eu só analisei o trabalho de outra pessoa. Que mostrou as rampas de acesso, as pessoas portadoras. Agora tem uma acadêmica que é portadora visual, de deficiência visual, que colocaram um telefone aquele que tu falas e vai pra central e digita e aparece pra outra pessoa.

**Entrevistado 23:** Ergonomia! [...] o professor nos deu uns dois trabalhos assim sobre isso, onde a gente pegava um trajeto de um ponto a outro, vendo o que tinha de errado, o que faltava. [...] daí ver o trajeto tipo de um cadeirante pra chegar ali na mesa de um computador.

**Pesquisadora:** Você considera a disciplina de ergonomia importante na tua formação?

**Entrevistado 23:** Sim, com certeza. [...] Eu acho que vai ter mais conhecimento, tu vais saber dos comportamentos, iluminação, do posicionamento do encosto da cadeira, dos móveis. Vai te ajudar se tu tiveres uma boa postura na frente do computador, em uma cadeira, conforme o teu tamanho, tu vais poder melhorar a tua postura. [...] Como tu já tens o conhecimento aqui dentro, então tu tens uma base do que é, tu já aprendeu, como se faz a coisa, então é só fazer direito e ir melhorando a vida das pessoas assim.

**Entrevistado 19:** Ergonomia, acho que só. A gente vê toda a estrutura ergonômica referente a luz, ambiente, acessibilidade, uma forma de tu usares um ambiente para ter acessibilidade para todos.

**Entrevistado 9:** Em minha opinião, só ergonomia mesmo, que eu tive ergonomia 1 e 2 que eu tive na 5ª e na 6ª fase, que daí a gente falou bastante sobre isso. [...] A gente teve bastante coisa, sobre trabalhador, posturas, a importância da postura no trabalho, sobre a própria acessibilidade, a gente fez um trabalho de acessibilidade aqui na Unesc, ele dividiu em grupos, cada grupo ficou responsável por um percurso ali, pra relatar como estava a acessibilidade, foi daí que cada grupo achou uma, como eu vou dizer, um pouco ruim de acessibilidade no percurso que foi escolhido. [...] Eu não tinha consciência de para quê servia essa disciplina, ou se existia ou não. Depois que eu comecei a ter, eu pensei poxa vida, né. [...] Como é importante para um trabalhador. Às vezes, tu não sabes que uma pessoa que fica sentada na frente de um computador chega em casa toda dolorida.

**Pesquisadora:** Tu achas que você como fisioterapeuta que tá se formando com ergonomia

**Entrevistado 9:** Bem melhor [...]. Vou poder conscientizar as pessoas mesmo não trabalhando nessa área, mesmo como acadêmica, eu posso conscientizar os outros e eu não saberia se eu não tivesse tido essa disciplina. [...] Não dizer que eu vou seguir essa área, mas eu podendo conscientizar os outros com o que eu aprendi, com a consciência que me foi passada. [...] Pior é que, pior não, melhor, eu passei a olhar tudo isso aí, eu vou no escritório do meu pai e já olho tudo, é um vício [...] Eu já olho tudo, se tem um computador na minha frente que não tá na altura dos olhos, a cadeira não tem aquele encosto pros braços, não tá tudo certinho... (risos).

**Fonte:** Do pesquisador

Se a disciplina é capaz de demonstrar o que está certo ou errado no ambiente para melhorar a qualidade de vida de todos os usuários que trabalham, estudam ou frequentam a universidade, ela tem um importante papel na formação do conceito científico de acessibilidade internalizado por parte dos estudantes.

Na fala do entrevistado 10, vemos o campo da ergonomia abrir caminho para a acessibilidade. Com tal disciplina, a acadêmica pôde perceber que sua profissão tem mais a ver com o ambiente do que um leigo poderia supor. A disciplina lhe serviu para compreender que, muitas vezes, pequenas modificações nos espaços, como iluminação, cores, altura, localização, podem fazer grande diferença para as pessoas que utilizam determinado ambiente, melhorando sua qualidade de vida.

A maioria das pessoas não possui conhecimento a respeito dessa ciência, mas ela interfere diariamente em suas vidas. Em cada móvel que compram para suas casas, em cada passeio que dão pela cidade, até mesmo na escolha das escovas de dente e de outros objetos



personais, como cadernos, canetas e, até mesmo, telefones celulares. Em todas essas circunstâncias, estamos em contato com a ergonomia. Com uma abrangência tamanha é de se perguntar qual o seu papel diante de objetos tão variados? A ergonomia estuda a melhor forma de adaptação de objetos, postos de trabalho e espaços aos seres humanos, ou seja, ela procura desenvolver máquinas e ambientes que não prejudiquem a saúde das pessoas e, muito pelo contrário, a promovam em última instância.

Segundo Dul e Weerdmeester (1995), a ergonomia é a ciência indicada a desenvolver e manter os ambientes mais confortáveis e seguros, tanto no trabalho como na vida diária.

A fala expressada pelo entrevistado 12 é a base da internalização de um conceito. Se você consegue construir um conceito científico a partir da mediação, pode, posteriormente, generalizá-lo para outras situações afins e formar novos conceitos, agregar conhecimentos em volta de um mesmo conceito, modificando-o. No caso específico da acessibilidade, foram dadas às ferramentas para entender o processo. Compreender que cada pessoa necessita de um acesso diferenciado, sendo assim, os ambientes não podem ser traçados para um modelo de homem, precisam ser criados para todas as pessoas em suas diversidades.

O trabalho escolar com a ZDP tem relação direta com o entendimento do caráter social do desenvolvimento humano e das situações de ensino escolar, levando-se em conta as mediações histórico-culturais possíveis nesse contexto. Para Vygotsky, o aluno é capaz de fazer mais com o auxílio de outra pessoa (professores, colegas) do que faria sozinho; sendo assim, o trabalho escolar deve voltar-se especialmente para essa “zona” em que se encontram as capacidades e habilidades potenciais, em amadurecimento. Essas capacidades e habilidades, destaca o autor, uma vez internalizadas, tornam-se parte das conquistas independentes da criança. O trabalho docente voltado para a “exploração” da ZDP e para a construção de conhecimentos nela possibilitada deve estar atento para a complexidade desse processo de construção pelo aluno, para a complexidade do contexto, que envolve as múltiplas influências sociais presentes nas relações do aluno na escola, enfim, para a complexidade da própria mediação escolar e das relações com o outro (CAVALCANTI, 2005, p. 195).

O sujeito 12 declara não ter um conhecimento aprofundado sobre acessibilidade, mas devido à disciplina cursada na faculdade, sempre que precisar lançar mão desse conceito saberá onde procurar e como aperfeiçoá-lo. Nesse sentido, sua fala se aproxima do entrevistado seguinte, que declara nunca ter se questionado sobre a adequabilidade do ambiente para todas as pessoas, antes de cursar essa disciplina.

O entrevistado 15 demonstra que a educação representada pela disciplina teve participação na formação do conceito adquirido, visto nunca ter refletido a respeito desse “problema”. Admite que seu conhecimento fora adquirido durante o curso. Para esse sujeito, a universidade levou-o a desenvolver formas de pensar muito além das paredes de sua sala de

aula. O acadêmico demonstra ter realizado reconceitualizações. Pela disciplina de ergonomia foi retirado da zona de conforto e estimulado a construir sua própria forma de pensar sobre o assunto, não reproduzindo meramente os conceitos adquiridos. Isso o fez atingir o nível científico na internalização do conceito de acessibilidade.

A melhor forma de aprender sobre acessibilidade é vivenciando na prática as possíveis dificuldades das pessoas nas circunstâncias diversas de suas vidas e em suas diferenças.

Duas metodologias podem ser usadas no sentido de influenciar na ZDP dos estudantes: fazer trabalho em grupo e se valer de estudos de casos, situações-problema, experiências práticas. Na visão de Vygotsky, a participação dos colegas de classe é indispensável ao aprendizado do aluno, pois realizam mais e melhores mediações entre si em prol de níveis superiores de pensamento.

Segundo Talizínia (1988 apud NÉBIAS, 1999), a mediação é mais bem aproveitada quando o aluno é colocado frente a frente com o objeto a que se relaciona um conceito. Na visão do autor, o professor precisa voltar a atenção dos alunos para as características existentes ou não no objeto do conceito a ser formado. Esse reconhecimento dará ao estudante a possibilidade de criar de maneira autônoma os conceitos, por intermédio de sua própria experiência.

Como visto na introdução a esse trabalho, o Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto em Acessibilidade e Desenho Universal da UFRJ desenvolveu uma experiência de ensino referente à prática de projetos. A ideia é simples, fácil de executar e traz resultados satisfatórios. Para desenvolver o conceito científico ligado a acessibilidade, os alunos constroem em aula croquis de espaços, percorrem os espaços do ambiente universitário em cadeira de rodas, com olhos vendados, ouvidos tapados, etc., para experimentar o mundo sob a perspectiva de outra pessoa (DUARTE; COHEN, 2003). Essa situação prática de ensino coloca os alunos em contato com o objeto do conceito a ser adquirido, como diria Talizínia. Com isso os acadêmicos conseguem adquirir uma visão mais alargada sobre as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.

Pela fala dos entrevistados 2, 23 e 19, foi exatamente uma metodologia semelhante que o professor da disciplina de ergonomia utilizou com eles a fim de facilitar o processo de internalização do conceito de acessibilidade. Montar projetos de acessibilidade é uma boa forma de tentar suscitar no estudante o conceito científico de acessibilidade, para que ele não fique restrito à teoria e possa transcendê-la sempre que necessário. Quando o estudante é capaz de adquirir o conhecimento experienciando, trocando informações com seus colegas,

ele saberá realizar um projeto de acessibilidade em qualquer lugar, mesmo que a situação apresentada nunca tenha sido vista na universidade. Quando o sujeito internaliza o conceito científico, ele pode ser generalizado para outras situações. Quando não há um real aprendizado, o sujeito apenas reproduz conceitos prontos, sem se dar conta das implicações dos inúmeros usuários e situações que se apresentarão diariamente em função dos acessos de determinado espaço/ambiente.

Nesse contexto, o professor é muito mais um mediador do conhecimento diante do aluno, que é o sujeito de sua própria formação. O aluno precisa construir e reconstruir conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um “lecionador” para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem (GADOTTI, 2003, p. 16).

Entretanto, apesar de relembrares todas as situações vivenciadas em sala de aula para aprender o conceito científico, não conseguiram ultrapassar a visão do senso comum (nível cotidiano) nas situações-problema (perguntas 3 e 5). Por conseguinte, podemos dizer que a mediação necessária para um real aprendizado e a desestruturação da mente para entrar em ZDP não ocorreram ou, pelo menos, não foram capazes de fazer um novo conceito substituir uma visão há muito tempo arraigada.

Com a fala da entrevistada 9, pode-se dizer que a disciplina foi a grande responsável por ele começar a enxergar os ambientes ao seu redor. As situações colocadas nas perguntas 3 e 5 não foram satisfatoriamente respondidas por ele. Porém, a disciplina foi marcante e desatou um processo de ZDP ainda não amadurecido para se tornar um conceito científico, mas quase podemos chamá-lo de transitório, não fosse o fato de o acadêmico, ao se visualizar na situação de uma pessoa com deficiência, não perceber as dificuldades de acesso às quais está sujeito. Esse é um dos papéis da educação, suscitar a construção do conhecimento pelo próprio estudante. Além disso, tal educação

[...] deverá se aproximar mais dos “aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais... todos eles necessários para se alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos. Isso implica novos saberes, entre eles, saber planejar, saber organizar o currículo, saber pesquisar, estabelecer estratégias para formar grupos, para resolver problemas, relacionar-se com a comunidade, exercer atividades socioantropológicas, etc. (GADOTTI, 2003, p. 25).

Embora tenhamos uma boa amostra de respostas condizentes com o assunto da acessibilidade e indicativas de que a disciplina de ergonomia auxiliou os entrevistados a atingir o nível científico no processo de formação de conceitos, apenas três dos oito

acadêmicos com as respostas mais satisfatórias estão realmente entre os nove entrevistados que estão no estágio científico. Dos cinco outros entrevistados, um deles encontra-se no estágio transitório, enquanto os demais permanecem ainda no nível cotidiano. Para os três acadêmicos do nível científico (entrevistados 6, 10 e 12) e o acadêmico do nível transitório (entrevistado 15), a metodologia aplicada durante a disciplina, aliada ao conhecimento trazido a priori da cultura e da educação familiar, formou uma tríplice aliança em prol da internalização do conceito de acessibilidade.

Os demais sujeitos acima citados, mesmo adquirindo o conhecimento repassado por meio da disciplina, não conseguiram substituir o conceito cotidiano por aquele desenvolvido na cadeira de ergonomia. Segundo Nébias (1999), para superar essa resistência à mudança, é necessário causar uma desestruturação mental e o conceito a ser adquirido deve se mostrar significativo para o sujeito, ou seja, precisa ser útil e fazer sentido em seu modo de pensar. Não se pode afirmar ter sido isso o que ocorreu com tais indivíduos, mas o fato é que, em nenhuma das três questões relacionadas ao conceito de acessibilidade, eles tiveram um bom desempenho.

Considerando ainda o mesmo objetivo específico, de elencar as contribuições da disciplina de ergonomia e fisioterapia do trabalho no processo de formação de conceitos, seis entrevistados, dos 26, discorreram sobre a disciplina de forma a constatar uma contribuição parcial. Desses seis, quatro deles estão relacionados no nível científico da formação de conceitos (entrevistados 11, 16, 18 e 20). Tais sujeitos foram auxiliados pela disciplina, mas, muito provavelmente, outros fatores, como a mídia ou mesmo a experiência familiar e cultural, se mostraram mais relevantes e os levaram a ascender nessa escala de evolução.

**Quadro 32 – Falas dos seis entrevistados 11, 16, 18, 20, referentes à pergunta 2, que obtiveram contribuição parcial da disciplina na formação do conceito de acessibilidade.**

2	<p><b>2. Durante o curso, que disciplinas ministradas tiveram alguma relação com acessibilidade? Você poderia me falar um pouco sobre elas?</b></p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Órtese e prótese, decorrentes da patologia e a própria ergonomia, que eu recordo assim, mas não é uma coisa muito... como é que eu vou dizer?... trabalhada em cima disso, é mais comentado, tipo assim não é feito trabalho, estudo como tu tá fazendo agora.</p> <p>[...] ela trabalha com pessoas de neuro que usam órtese, que usam prótese, cadeirante, bengala, muleta, a altura que esses pacientes precisam usar essa órtese ou essa prótese, então quer dizer que uma coisa precisa da outra e a ergonomia também, o tamanho da cadeira, o assento da cadeira do cadeirante a medida dos membros.</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> A ergonomia. [...] Adaptação de trabalho ao homem, né. [...] Mais as questões de acessibilidade, e ela também é uma ciência mais voltada para o trabalhador.</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> Ergonomia. [...] a gente aprende bastante, mais ergonomia no trabalho, também em relação mais à fisioterapia, né. Com a postural corporal, algumas coisas assim. Agora relacionado à acessibilidade, por exemplo, de um paciente cadeirante, uma coisa que a gente não vê muito, a gente vê</p>
---	--

<p>mais...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você acha que com a disciplina de ergonomia e sem a disciplina de ergonomia, depois de formada, vai fazer diferença? Vai fazer diferença na sua formação no seu dia a dia?</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> Com certeza, eu só acho que deveria ser mais... como posso dizer?... mais prático.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Mas com o que você teve você tem ferramenta pra poder analisar o local, dizendo se ele é acessível ou não. Você está apta para isso?</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> De forma geral, sim. Detalhada, eu acho que deveria ser mais aprofundado como eu te falei. Mais de forma geral, sim.</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Ergonomia. Na disciplina de ergonomia, a gente estuda adaptação do ambiente para a pessoa, de forma específica como, por exemplo, adequação de uma sala à personalidade e ao estilo de cada pessoa.</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Ergonomia. A gente teve acessibilidade, carga horária de trabalho.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Foi importante estudar ergonomia?</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Foi. [...] A gente acaba aprendendo acessibilidade, né, uma área muito importante e também a gente acaba aprendendo determinadas posturas, pode mudar ou melhorar, determinados atos, tamanhos ergonômicos, de cadeiras, bancadas de estudo, onde tu trabalha, tudo isso pode influenciar no teu corpo na musculatura na adaptação.</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> Ergonomia e órtese e prótese. [...] Em órtese e prótese, era sobre amputados e ergonomia era sobre mais ou menos a mesma coisa assim.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Mas a ênfase era diferente? Lá vocês focaram uma pessoa e aqui vocês focaram o quê?</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> O ambiente.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Na ergonomia vocês focaram o ambiente?</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> Sim.</p>
---

**Fonte:** Do pesquisador

Para o entrevistado 11, a disciplina de ergonomia deu noções a respeito de acessibilidade, mas, como podemos verificar em suas respostas às questões 1, 3 e 5, não foram essas disciplinas as principais responsáveis pelo seu nível superior de pensamento. Quando lhe é dada uma experiência prática (perguntas 3 e 5) sobre o assunto, ele consegue alargar sua visão e demonstrar conhecimentos adquiridos para além dos relatados nas disciplinas mencionadas pelo acadêmico. Eles se encontram no nível científico no processo de formação de conceitos porque concebem acessibilidade como algo de que podem dispor e intervir em todos os ambientes possíveis: em suas casas, de seus filhos e parentes, na rua, nas políticas públicas, no seu consultório e onde mais perceber a ausência de acessos apropriados para todas as pessoas em igualdade de condições.

Para o entrevistado 16, a disciplina de ergonomia trouxe apenas a visão antiga relacionada à adaptação do trabalho ao homem. Seu pensamento transcende essa ideia quando responde às demais questões, porém, a visão deixada pela disciplina é bastante limitada, já que sabemos há muitos anos a mudança de foco do trabalho de um ergonomista. Pensando em adaptações de equipamentos urbanos e ambientes ou a projetos de espaços, tanto acessibilidade quanto ergonomia dizem respeito a todas as pessoas e não somente aos trabalhadores.

O entrevistado 18 fala de uma deficiência na disciplina, ela é repassada para os estudantes de forma muito teórica. Sem a realidade prática, dificilmente o acadêmico poderá

desenvolver um pensamento amplo sobre o problema. Poderá tirar conclusões precipitadas e pensar que projetos de acessibilidade podem ser realizados sem um contato direto com o ambiente a ser construído. Essa é uma visão reducionista que, provavelmente, está na contramão de uma educação comprometida com a cidadania, pois uma visão fragmentada do todo pode gerar um profissional que não seja suficientemente politizado para enxergar além de seu local de trabalho. “O educador democrático não pode se negar ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando e sua curiosidade” (FREIRE, 1999, p. 26).

Por outro lado, o acadêmico, reconhecendo essa deficiência, se mostra preocupado com o ensino e sua relação com a prática, demonstrando que, mesmo não tendo sido estimulado no ambiente acadêmico, ele faz suas ligações entre teoria e prática. Isso se refletirá em suas futuras ações na sociedade enquanto cidadão, pois haverá grande possibilidade de ele se tornar um profissional comprometido com a questão maior do lugar onde vive e não somente com o seu trabalho em si.

O entrevistado 20 se encontra no nível científico da formação de conceitos, mas em relação à disciplina cursada, compreendeu ergonomia como se fosse uma adaptação de um espaço ao desejo de uma pessoa e não a sua necessidade.

A ergonomia, bem como a acessibilidade, não é uma questão de gosto ou de estética, ela está relacionada com a possibilidade de uso de um objeto, ou lugar, ou equipamento, com o maior conforto possível, de maneira independente, em igualdade de condições. Muitas vezes um ambiente pode parecer muito bonito ou bom para o estilo de uma pessoa, mas não favorecer o uso nem mesmo de quem é dono do ambiente. A acessibilidade é uma questão de saúde e não de estilo.

Os entrevistados 17 e 26, apresentados no quadro 32, estão relacionados dentro do conceito transitório de acessibilidade. Encontram-se na zona de desenvolvimento proximal. Em relação à disciplina cursada de ergonomia, a visão disseminada limitou-se a objetos, deixando de transcender para o todo dos ambientes e espaços.

A universidade é o lugar onde os conceitos cotidianos são diferenciados dos científicos. As disciplinas têm a função de auxiliar no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O ensino direto de conceitos, na perspectiva de Vygotsky, é infrutífero, podendo até mesmo levar à formação de conceitos equivocados. No que tange a essa pesquisa, 12 dos entrevistados não obtiveram qualquer auxílio das disciplinas cursadas no desenvolvimento do conceito de acessibilidade. Destes 12, seis responderam não ter lembranças de nenhuma disciplina que falasse sobre acessibilidade.

**Quadro 33 – Exemplos das falas dos 12 entrevistados (24, 7, 8, 1, 5...), referentes à pergunta 2, que não obtiveram contribuição da disciplina na formação do conceito de acessibilidade.**

<b>2</b>	<p><b>2. Durante o curso, que disciplinas ministradas tiveram alguma relação com acessibilidade? Você poderia me falar um pouco sobre elas?</b></p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Ergonomia fala alguma coisa, mas eu não lembro. [...] eu não sei se é, tô pensando nessa disciplina por exclusão, mas não sei se é.</p> <p><b>Entrevistado 7:</b> Eu me lembro de ergonomia, e neuro também indiretamente, diretamente foi ergonomia. [...] fala sobre acessibilidade, sobre desenho universal.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Durante o curso de fisioterapia, quais disciplinas ministradas tiveram alguma relação com acessibilidade?</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Ergonomia. [...] eu não lembro bem assim qual o conteúdo, só sei que ergonomia é a parte da fisioterapia que estuda a acessibilidade</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> A neurologia, a parte psicológica também.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você poderia falar um pouco sobre elas?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Na psicologia tu trabalhas num todo o paciente, tanto a parte mental como a física. Na neurologia, tu trata parte do córtex do cérebro e todas as áreas que já é a parte mais estrutural de cada organismo.</p> <p><b>Entrevistado 5:</b> Anatomia... [...] Anatomia, tipo, os cadáveres estavam ali de fácil acesso, eles demonstravam na sala e a gente via na prática, então isso é muito...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Aprendizado mais fácil?</p> <p><b>Entrevistado 5:</b> Mais fácil é.</p>
----------	---

**Fonte:** Do pesquisador

Na fala do entrevistado 24, não lembrar pode estar relacionado com a falta de atenção a tais estudos durante sua graduação, ou a inadequação das disciplinas e/ou dos professores que não atuaram eficazmente no sentido de mediar a internalização do conceito científico de acessibilidade.

Ainda no que se refere aos 12 entrevistados que não tiraram proveito das disciplinas ministradas no curso de Fisioterapia para a internalização do conceito de acessibilidade, no discurso dos entrevistados 7 e 8, não houve dados suficientes para constatar o tipo de contribuição da disciplina de ergonomia. Contudo, suas demais respostas foram suficientes para atribuir-lhes o nível científico na formação do conceito de acessibilidade. Por meio de suas falas, é possível perceber o entendimento do conceito e a relação feita entre a acessibilidade e as disciplinas afins. Contudo, não há em suas falas algo concreto que possa indicar a contribuição das disciplinas para a formação do conceito de acessibilidade.

As respostas dos demais entrevistados não podem ser consideradas válidas para responder qual a contribuição das disciplinas cursadas para a formação do conceito científico de acessibilidade por ter havido fuga do tema proposto pela pesquisadora.

Para alguns dos entrevistados, o termo acessibilidade não foi compreendido na primeira questão proposta pela pesquisadora. Alguns a confundiram com sensibilidade, outros demonstravam espanto, como se nunca tivessem ouvido a palavra, outros ainda

compreenderam a palavra, mas fugiram deliberadamente do seu conceito. Devido a isso, não conseguiram responder de forma coerente ao próximo questionamento sobre as disciplinas cursadas em Fisioterapia que teriam relação com acessibilidade.

### 6.3 Cidadania

Para respondermos aos dois últimos objetivos específicos de **identificar e descrever as relações entre acessibilidade, cidadania e educação e averiguar a contribuição do conceito internalizado pelos acadêmicos de Fisioterapia para uma prática voltada à promoção de cidadania**, realizamos a quarta pergunta da entrevista: O que o termo cidadania significa para você? O que cidadania tem a ver com educação? E com acessibilidade?

Cidadania, como vê-se no capítulo que trata a respeito desse assunto, é um conceito bastante complexo. Existe um modelo formal repassado pelos meios de comunicação, segundo o qual, cidadania é o cumprimento de nossos deveres cívicos, como a ideia de que ser cidadão é votar, ou respeitar o Hino Nacional ou ainda ter amor pela nação e ser patriótico durante a Copa do Mundo. Na realidade, todas essas coisas são importantes para o funcionamento de uma sociedade, mas é preciso mais para constituir a cidadania.

*Cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres. Não há cidadania sem democracia embora possa haver exercício não democrático da cidadania. A democracia fundamenta-se em três direitos: direitos civis (como segurança e locomoção); direitos sociais (como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc.); direitos políticos (como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc.) (GADOTTI, 2005, p. 111).*

Segundo Pinsky (1998), de forma operacional, a cidadania poderia ser entendida como qualquer atitude realizada no cotidiano de cada um em prol do coletivo. Se o sujeito tem consciência de pertencer a uma comunidade e se sente responsável por ela, ele pode ser considerado cidadão, sendo que essa mesma comunidade se responsabilize por ele. O que isso significa? Cidadania é o dever de pagar impostos, mas também o direito de receber as obras e cobrar os destinos adequados desse dinheiro, para educação, saúde, saneamento. É o direito de saber exatamente onde e como está sendo aplicado o dinheiro público e participar da escolha do melhor destino para essa verba. Ser cidadão é ainda o dever de zelar pelos bens públicos. Denunciar as injustiças e os desvios dos demais sujeitos. Mas também, o direito de usufruir



dos bens públicos, de ter condições dignas de existência como: casa, comida, emprego, escola, saúde, saneamento, lazer e, tudo isso, de boa qualidade, em igualdade de condições.

Por esse caminho, percebemos uma série de fatores responsáveis pela formação do conceito de cidadania. Em suma, podemos dizer que é a garantia de direitos civis (autonomia, liberdade, etc.); garantia de direitos políticos (voto, participação política e econômica, etc.); garantia de direitos sociais (comida, moradia, trabalho, saúde, educação, lazer, segurança, etc.); qualidade de vida (envolve os bens materiais, simbólicos e sociais); liberdade para usufruir dos direitos (a vida, livre pensar, ir e vir, etc.) e igualdade de condições para usufruir dos direitos (igualdade, isonomia, equidade, etc.).

Na metodologia, para melhor aplicação dos atributos da cidadania, os direitos civis foram chamados de garantias. Muitos dos fatores que compõem cada atributo não são apenas direitos, mas deveres, responsabilidade do sujeito perante o lugar onde vive. Por ser um conceito tão diversificado de fatores, a população, de um modo geral, tem dúvidas quanto a sua definição. Nesta pesquisa, os estudantes demonstraram de forma precisa que a cidadania é um assunto muito comentado, mas pouco esclarecido. Na maioria dos casos aqui apresentados, temos partes do conceito de cidadania sendo expressos pela fala dos entrevistados como toda a cidadania que existe. Como veremos mais adiante, não há concordância quanto ao conceito e muito menos uma ideia clara sobre a ligação entre acessibilidade, cidadania e educação.

Abaixo, serão arrolados alguns sujeitos entrevistados e os conceitos de cidadania manifestados em seus discursos e algumas falas exemplificando cada conceito mencionado.

#### Quadro 34 – Exemplos das definições de cidadania dos entrevistados.

Qtd	CONCEITOS	FALA DOS ENTREVISTADOS
7	Considera a cidadania como questão de direitos e deveres.	<b>Entrevistado 6:</b> Todos tenham direitos e deveres iguais, que haja respeito em todos os lugares, onde a cidade que tu vives, o lugar que tu vives tem que tá de acordo com as tuas necessidades, que são os teus direitos de ter uma acessibilidade melhor naquele local, onde tu possas ter teus deveres. <b>Entrevistado 16:</b> Cidadania... parte de uma população que tem seus direitos e seus deveres.
3	Cidadania é a união do povo em prol de um objetivo comum.	<b>Entrevistado 7:</b> Cidadania, participação, união. [...] Do povo, de todas as pessoas, união. [...] É união, participação. <b>Entrevistado 21:</b> Cidadania... Bom como cidadã como eu tenho (pausa), assim relacionamento com a comunidade, participando dos projetos, dos meios da comunidade assim não como...
1	Cidadania é ter consciência dos acontecimentos sociais.	<b>Entrevistado 9:</b> Pois agora! Eu sei, mas não sei explicar. [...] Ser cidadão acho que é ter consciência das coisas que acontecem, né, a sua volta, na sociedade mesmo, até em relação ao que tu tá, ao teu estudo a acessibilidade aos riscos ergonômicos. Acho que é ter consciência disso. É estar inserido na sociedade.
7	Cidadania é o ato de ajudar	<b>Entrevistado 14:</b> Cidadania? (...) Cidadania eu acho que é,

	o outro (ser bondoso).	companheirismo dos cidadãos um com o outro assim. <b>Entrevistado 23:</b> Cidadania... ai, sei lá... termo? [...] Ajudar o outro... é.
2	Pensam que ser cidadão é viver dentro de uma comunidade.	<b>Entrevistado 4:</b> Cidadania? Cidadão! Cidadania... Pois agora (risos) [...] Acho que é viver em sociedade, fazer parte de uma comunidade, fazer... Saber ter acesso a outras pessoas, viver junto com outras pessoas, acho que isso tudo é uma forma cidadã.
6	Não tem uma opinião formada.	10, 17, 5, 22, 24 e 25
26	Total	

**Fonte:** Do pesquisador

De forma bastante pontual, sete (6, 3, 8, 12, 16, 15 e 18) dos 26 sujeitos de pesquisa foram os que mais se aproximaram do conceito total de cidadania. Embora as falas destes possam parecer, em muitos momentos, uma visão reducionista, ainda é a explicação melhor aceita pelos inúmeros autores estudados.

**Quadro 35 – Fala dos entrevistados 6, 3, 8, 12, 16, 15 e 18, referente à pergunta 4, que mais atributos trouxeram aos conceitos de cidadania arrolados para esta pesquisa.**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Pesquisadora:</b> O que o termo cidadania significa para você?</p> <p><b>Entrevistado 6:</b> Todos tenham direitos e deveres iguais, que haja respeito em todos os lugares, onde a cidade que tu vives, o lugar que tu vives tem que tá de acordo com as tuas necessidades, que são os teus direitos de ter uma acessibilidade melhor naquele local, onde tu possas ter o teus deveres. [...] Respeitando também as pessoas que vivem ao teu redor, e também que usufruem.</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Cidadania... eu acho que é um direito, né, do ser humano de nós todos, de todos os cidadãos. [...] Direito de cada um, né, eu acho que a gente é um ser humano, paga imposto, então tem que ter direito, não só os deveres tipo como cadeirante, né, seria o que, um cidadão teria que ter direito a ter um lugar pra gente passar sem dificuldade, ter acesso de ir e vir, isso eu acho que é cidadania, né.</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Cidadania é todas as pessoas terem o mesmo direito, eu acho, poderem ter o mesmo acesso que a gente tem, acho que é isso. Tipo ter melhor acesso, que elas precisam tem dificuldade de chegar a um local. [...] É ter acesso aos mesmos lugares, eu acho. [...] Pra nós, tudo bem, é longe, mas se locomover dali até aqui a gente tem condições, mas as pessoas portadoras de deficiência que não conseguem deveriam ter um acesso melhor.</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Cidadania... Cidadania é tu teres a tua liberdade, mas não que não venha intervir na liberdade alheia, assim tipo tu poderes ajudar uma pessoa, sei lá tu teres liberdade pra fazer as coisas... deixa eu ver como eu poderia colocar.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Quando se fala em liberdade para fazer as coisas, posso traduzir isso em termos de direitos?</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Isso, seria isso. Tu teres solidariedade, digamos assim, mesmo tu tendo direitos, tu conseguires com (pausa).</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Cidadania... parte de uma população que tem seus direitos e seus deveres.</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Cidadania... Que eu tenha e receba do estado algo que me forme um cidadão melhor. Que eu possa fazer também. Que eu pratique e também possa receber também.</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> É um direito que cada pessoa tem, eu acho.</p>
----------	--

**Fonte:** Do pesquisador

Os entrevistados 6 e 3 trazem em seus discursos vários atributos do conceito de cidadania. Transcendem a questão dos direitos e deveres trazendo à tona o lugar, as

necessidades, a qualidade do ambiente de vida de cada pessoa, o respeito a todas as pessoas. Em suma, o conceito de cidadania expressado por eles está de acordo com os atributos arrolados teoricamente. Aborda a garantia dos diversos direitos que um sujeito possui dentro de uma sociedade, a possibilidade de exercer seus deveres e a igualdade de condições para que todos tenham todas as suas necessidades atendidas, garantindo, assim, a qualidade de vida da população.

A cidadania está atrelada à qualidade de vida das pessoas. Não há como um sujeito exercer seus deveres perante a sociedade, se o mesmo governo que o obriga a exercer um papel formal de dois em dois anos, por meio do voto, não lhe permite a satisfação física, psicológica, social e material de seus direitos. Exige-se das pessoas um maior comprometimento em relação às ações do governo, à conservação da vida e do meio ambiente. Contudo, o próprio meio onde esse sujeito desenvolve suas atividades diariamente não é capaz de suprir suas necessidades mais básicas, mantém esse indivíduo fora dos direitos adquiridos enquanto cidadão.

O sujeito 8 fala em igualdade de condições de acesso ao ambiente. A igualdade é de suma importância dentro da cidadania. Ela é a possibilidade para usufruir, andar, ir e vir em um ambiente sem precisar de auxílio, sentindo-se confortável e seguro nessa locomoção. Porém, não é toda a cidadania. Ao solicitar uma explicação sobre a relação entre cidadania e acessibilidade, o entrevistado faz a relação correta: que todos tenham a mesma possibilidade de acesso a qualquer lugar.

Segundo o entrevistado 12, cidadania é ter liberdade para usufruir dos direitos civis, políticos, sociais, etc. Muitas campanhas sociais trazem o slogan da ajuda como uma questão de cidadania. Cidadania não seria a ajuda em si, mas a possibilidade de olhar para a situação do outro. A possibilidade de enxergar que esse outro não possui as mesmas coisas que o sujeito que observa possui. Desse modo, ter suas necessidades supridas é uma questão de cidadania, pois cidadão é o sujeito que tem o mínimo para viver uma vida digna e com qualidade. Não é a ajuda que faz a cidadania, mas a igualdade de direitos, a igualdade de condições para viver.

O entrevistado 16 traz a visão tradicional sobre cidadania, a questão pura e simples de direitos e deveres. Mais adiante em sua fala, pode-se perceber que, para ele, essa engrenagem funciona de forma harmônica: as pessoas têm seus direitos e cumprem com seus deveres. Mas essa não é toda a verdade em relação à cidadania. Entre os direitos e sua realização, existe o intitulado, quem está intitulado a ter seus direitos atendidos (normalmente uma camada seleta da população). E em relação aos deveres, ocorre do mesmo

modo. Mesmo em termos políticos, nada resolvemos, é tudo encargo de nossos governantes. As associações de bairro são desestimuladas, e o povo continua alheio à realidade que tramita no Congresso.

Existe hoje uma concepção consumista de cidadania sustentada na competitividade capitalista. Ela se restringe ao direito do cidadão de exigir a qualidade anunciada dos produtos que compra. Seria uma cidadania de mercado. Em oposição a essa concepção restrita, existe uma concepção plena de cidadania. Ela não se limita aos direitos individuais. Ela se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista dos direitos civis, políticos e econômicos, que devem ser garantidos pelo Estado. É uma cidadania que visa também à conquista e à construção de novos direitos. O cidadão que é cumpridor das leis, paga impostos e escolhe seus representantes políticos está exercendo a cidadania. Mas a cidadania plena é mais exigente. Ela cria direitos, novos espaços de exercício da cidadania (GADOTTI, 2005, p. 111).

Em termos simplórios, a resposta do entrevistado 15 vai ao encontro do conceito da literatura em relação aos direitos e deveres. Uma forma de suprir suas necessidades e, ao mesmo tempo, contribuir para o bom andamento da vida social.

O entrevistado 18 diz ser a cidadania um direito individual. Não explora melhor essa questão e, somente mais adiante em seu discurso, vai trazer a questão dos deveres. A ideia popular de cidadania repassada durante muitos anos é essa de direitos e deveres. Segundo essa ideia, todo e qualquer sujeito é um cidadão igual a outro, sem distinção de raça, cor, credo e classe social. Talvez, por isso, é tão forte a ligação da palavra cidadania com a união do povo em prol de um objetivo em comum. Esse é o conceito de cidadania para os entrevistados 7, 19 e 21.

**Quadro 36 – Fala dos entrevistados 7, 19 e 21, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como união do povo em prol de um objetivo em comum.**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 7:</b> Cidadania, participação, união. [...] Do povo, de todas as pessoas, união. [...] É união, participação.</p> <p><b>Entrevistado 19:</b> Cidadania... inclusão de todos os cidadãos. [...] dentro da sociedade, uma respeitando a outra.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> É... estar incluído, o que significa estar incluído para você?</p> <p><b>Entrevistado 19:</b> Acho que estar ativo na sociedade, né, participando de ações, participando de todos os eventos, dentro do grupo.</p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Bom, como cidadã, como eu tenho (pausa), assim, relacionamento com a comunidade, participando dos projetos, dos meios da comunidade, assim, não como...</p>
----------	--

**Fonte:** Do pesquisador

Por meio da cidadania, os integrantes de uma comunidade encontram a melhor forma de conviver mutuamente. Mas há que se pensar de quais cidadãos estamos falando, pois a

igualdade proferida na lei está longe de ser a realidade de uma massa de pessoas pobres e/ou marginalizadas que sofrem com a desigualdade econômica, com o preconceito, com a falta de oportunidades e com o esquecimento.

O entrevistado 19 define cidadania como participação. Estar incluído na sociedade é participar dela. Mas participação indica muito mais do que o direito de opinar sobre o futuro de ações políticas e sociais. Participar de tarefas, de obrigações indica a participação também de garantias, incentivos. O respeito ao outro indica respeito às diferenças existentes em cada pessoa, para que todos possam ter uma vida com qualidade. Somente desse modo uma sociedade pode se dizer inclusiva.

O entrevistado 21 vê a cidadania como forma de participação política e social. Participar é uma forma de exercer cidadania, mas não é tudo. Cidadania em si não é o exercício político, mas a visão esclarecedora de direitos e deveres e, a partir daí, a busca por esses direitos e pelo exercício político e social. Mas, como salientamos, de nada adianta garantias legais se não há condições reais para realizar os direitos. Todos têm direito por lei de ir e vir, mas se não há acesso adequado, esse direito não pode ser cumprido na prática.

Segundo a entrevistada 9, cidadania é estar consciente dos acontecimentos sociais:

**Quadro 37 – Fala do entrevistado 9, referente à pergunta 4, que entendia cidadania como estar consciente dos acontecimentos sociais.**

4	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 9:</b> Pois agora! Eu sei, mas não sei explicar. [...] Ser cidadão, acho que é ter consciência das coisas que acontecem, né, a sua volta, na sociedade mesmo, até em relação ao que tu tá, ao teu estudo a acessibilidade aos riscos ergonômicos, acho que é ter consciência disso. É estar inserido na sociedade.</p>
---	---

**Fonte:** Do pesquisador

A cidadania torna o sujeito incluído na sociedade, não somente mais um entre os demais. O conceito de cidadania é demasiadamente amplo, por isso, também envolve a consciência dos acontecimentos que ocorrem no ambiente onde o indivíduo vive, seja relacionado à falta de acessibilidade ou à qualidade do ensino, por exemplo. Isso também é cidadania, embora não seja toda ela.

A verdadeira cidadania é aquela capaz de dar ao sujeito a liberdade necessária e os meios de sobreviver dignamente em iguais condições, independentemente das diferenças individuais. No entanto, se a administração pública não proporciona recursos e oportunidades iguais de acesso, qual liberdade está protegendo? Por ventura, seria a que consta no texto

constitucional e na Lei Universal de Direitos Humanos ou a que presenciamos na realidade social?

A liberdade é condição indispensável para a satisfação das necessidades pessoais e coletivas. Ser cidadão, desse modo, é ter a liberdade para usufruir de seus direitos e, assim, comprometer-se com seus deveres civis e éticos. Porém, numa sociedade de mercado, onde o capital determina os rumos políticos e socioeconômicos, não há como pensarmos em condições igualitárias de vida.

Além disso, não se pode conceber que exista liberdade e direitos se esses não são equivalentes para todas as pessoas. Se os serviços oferecidos fazem distinção de renda ou habilidades físicas, por exemplo, já não podemos referi-los como um cumprimento dos direitos dos cidadãos. Não basta existir o serviço, ele precisa ser de boa qualidade para todos.

Todos terem as mesmas condições de vida não é um privilégio, é justiça. Lutar ou ajudar os outros a ter suas necessidades atendidas pode parecer, para algumas pessoas, um ato de cidadania, e é. Porém, a cidadania ocorre principalmente pelo fato de as desigualdades serem dissipadas com esse ato e não pela ajuda concedida. Sete dos 26 entrevistados consideram que cidadania é o ato de ajudar ao outro:

**Quadro 38 – Fala dos entrevistados 11, 13, 14, 20, 23, 1 e 2, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como o ato de ajudar o outro.**

<p>4</p>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Bom, cidadania, ser cidadã, ai, não sei (risos) [...] eu acho que através da, não sei se bem a cidadania, é, como é que eu vou dizer, é a pessoa ter questão de bom senso ou querer ajudar, fazer alguma coisa pra contribuir para sociedade pra comunidade, eu acho que é isso.</p> <p><b>Entrevistado 13:</b> Cidadania... ser cidadão como poucos assim... hum.. como vou colocar, assim, ter atitudes dignas com os outros, ajudar.</p> <p><b>Entrevistado 14:</b> Cidadania? (...) Cidadania eu acho que é, companheirismo dos cidadãos um com o outro assim (risos). Cidadania...</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Eu acho que ser cidadã é ter um compromisso de ajudar uma pessoa com necessidade. Ter uma postura correta, ética.</p> <p><b>Entrevistado 23:</b> Cidadania... ai, sei lá... termo? [...] Ajudar o outro.... é.</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Cidadania, a pessoa ser humana, cidadã. Respeitada com dignidade, caráter, respeito. Hoje particularmente é uma sociedade que não é tão democrática, acredito eu, é capitalista, as pessoas só veem o individualismo, não pensam no outro, e dificulta muito o progresso do Brasil, da nossa parte e as pessoas que tem dificuldade pra tudo.</p> <p><b>Entrevistado 2:</b> Cidadania pra mim como um termo, né. Um cidadão prestando alguma coisa de, fazendo um bem pra alguém, sem cobrar, sem que a pessoa tenha que pagar pra ti. [...] a gente vê um monte de propagandas falando sobre cidadãos. Cidadania, faça sua parte. A parte social, por exemplo, essas ONGs que promovem a cidadania, inclusão de pessoas com deficiências ou pessoas carentes com problemas que, tipo, desenvolvem computação, aula de computação, aula de inglês, cursinho pra entrar na faculdade. Até mesmo ajudar uma pessoa a atravessar a rua, eu acho que isso faz parte da cidadania, está ajudando alguém a ser, a ter algo.</p>
----------	--

**Fonte:** Do pesquisador

Para o entrevistado 11, ser cidadão é fazer algo pela sociedade. Aqui entram as questões dos deveres e da forma como cada sujeito age perante a sociedade e os demais habitantes. Quando uma pessoa cumpre com suas obrigações políticas, quando ela se responsabiliza pelo andamento da cidade que a rodeia, faz algo pela população e, conseqüentemente, pela sociedade/comunidade. Mas, no cerne da cidadania, circula, além desses conceitos de responsabilidade individual/social, a garantia de direitos civis, políticos e sociais. A maior carta de cidadania é a lei de direitos humanos. Os direitos existem, estão registrados em leis, embora na prática a verdadeira cidadania nos fala que não basta haver o direito, é necessário haver condições reais para que os sujeitos alcancem efetivamente o que lhe é de direito.

A concepção liberal e neoliberal de cidadania entende que ela é apenas um produto da solidariedade individual (da “gente de bem”) entre as pessoas e não uma conquista e construção no interior do próprio Estado. A cidadania implica em instituições e regras justas. O Estado, numa visão democrática e solidária, precisa exercer uma ação, para evitar, por exemplo, os abusos econômicos dos oligopólios, fazendo valer as regras definidas socialmente. Não basta conquistar o poder de Estado, é preciso ocupá-lo para que seja melhor qualificado para o exercício de suas funções, para torná-lo mais competente no atendimento ao cidadão. Mais do que conquistar o estado, para inverter sua lógica autoritária, é preciso diluir, dissolver o seu poder no corpo social como um todo. (GADOTTI, 2005, p. 111).

A cidadania é vista pelo entrevistado 13 como formas de auxílio às demais pessoas, de satisfazer necessidades de sujeitos que não as têm atendidas. Também pode ser interpretada como o caráter de um sujeito, se ele não transgride regras, convive bem com os outros, ele é um bom cidadão.

Pela fala do entrevistado 14, a cidadania novamente aparece como auxílio mútuo. Viver em comunidade depende de olhar para as necessidades do todo e não de cada um individualmente. Mas se o companheirismo, traduzido aqui como auxílio mútuo, indicasse a questão maior de todos poderem ter os mesmos direitos e, assim, suas necessidades atendidas, cumprindo conscientemente com seus deveres e obrigações, a definição estaria correta. Mas, se o entrevistado se refere apenas a uma ajuda assistencialista, não está realmente falando de cidadania. Se, ainda, traduzirmos literalmente a ideia de companheirismo com os sujeitos estando unidos para enfrentar qualquer dificuldade, diríamos ser este conceito ainda mais distante da cidadania. Afinal, não estamos falando sobre um sujeito se unir ao outro em suas misérias, na alegria e na tristeza, como seria em um casamento, mas de cada um olhar a realidade que o rodeia e fazer algo concreto por ela, politicamente, socialmente, materialmente se for possível. Cidadania é ter qualidade de vida para viver e deixar viver; e

cidadão é aquele sujeito que possui as condições necessárias e suficientes para que isso aconteça.

A ideia assistencialista da cidadania persiste em muitos discursos, como se vê nas falas dos entrevistados 20, 23, 1 e 2. Talvez pelo fato de que a mídia tenha colocado no imaginário social que cada um tem um papel em ajudar a acabar com as diferenças sociais. Desse modo, a cidadania parece essa ajuda, a bondade de um ser com melhores condições em relação a outro. Na realidade, a miséria e a diferença social é que estão na contramão da cidadania. Desse modo, ajudar alguém é diminuir sua diferença e tornar essa pessoa mais cidadã, deixando de estar à margem dos processos produtivos. Mas, ainda assim, se a miséria acabasse porque quem tem mais desse a quem tem menos, não teríamos uma verdadeira cidadania. A verdadeira cidadania prega direitos iguais e, atreladas aos direitos, vêm as oportunidades. Enquanto aquele que tiver mais precisar dar para o que tem menos, temos um desequilíbrio na sociedade. Somente quando as finanças forem equilibradas por meio das oportunidades oferecidas a todas as pessoas em igualdade de condições, poderemos realmente estabilizar essa balança social.

Além desse conceito, os entrevistados 4 e 26 pensam ser suficiente viver dentro de uma comunidade para terem cidadania.

**Quadro 39 – Fala dos entrevistados 4 e 26, referente à pergunta 4, que entendiam a cidadania como viver dentro de uma comunidade.**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Cidadania? Cidadão! Cidadania... Pois agora (risos). [...] Acho que é viver em sociedade, fazer parte de uma comunidade, fazer... Saber ter acesso a outras pessoas, viver com outras pessoas, acho que isso tudo é uma forma cidadã.</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> Cidadania, é complicado de explicar, é aquela palavra que a gente sabe o que é, mas não consegue explicar. [...] Cidadania vem de cidadão. [...] Eu acho que cidadão são todos, todas as pessoas, iguais, então cidadania é a sociedade, é uma comunidade formada por cidadãos, sei lá.</p>
----------	--

**Fonte:** Do pesquisador

Basta estar em sociedade, viver dentro de uma comunidade para ter cidadania? Viver com outras pessoas não garante cidadania a nenhum sujeito. Se garantisse, poderíamos dizer que todas as pessoas têm seus direitos essenciais atendidos e seriam cumpridoras de seus deveres para com a vida social, já que, de um modo geral, ninguém vive isolado, todos vivemos em uma comunidade, seja ela em maior ou menor proporção. Nenhum sujeito é livre da influência do outro em sua vida, mas é necessário mais do que isso para que alguém seja considerado cidadão. A cidadania é um conceito complexo, envolvendo muito mais do que a



garantia política de direitos e deveres. Ela somente se concretiza na garantia real da obtenção dos direitos e da liberdade de exercer seus deveres e de tomar consciência da importância dos mesmos.

No sentido de que toda sociedade civil é formada por cidadãos, os entrevistados estão corretos. Todos são cidadãos no sentido pleno da palavra. Mas, em se tratando de pessoas iguais que fazem parte de uma nação política, econômica e social, então, não podemos dizer que todos os habitantes de uma nação são cidadãos, pois a igualdade está longe de conviver harmoniosamente com as diferenças sociais.

O mais impressionante no que tange à cidadania é perceber o quanto existem equívocos em relação ao seu conceito e, pior, quantos sujeitos ainda não tem uma opinião formada a esse respeito. Isso ocorreu com seis sujeitos nessa pesquisa. Abaixo destacamos a fala dos entrevistados 10 e 17 para exemplificar tal situação.

**Quadro 40 – Fala dos entrevistados 10 e 17, referente à pergunta 4, que não têm uma opinião formada sobre o conceito de cidadania**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Cidadania?</p> <p><b>Pesquisadora:</b> É o que o termo cidadania significa para você? Quando tu lembras de cidadania, tu lembras do quê? Não se lembra de nada?</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Não.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Tá. O que a cidadania significa para você?</p> <p><b>Entrevistado 17:</b> Bota aí que eu não sei.</p>
----------	--

**Fonte:** Do pesquisador

Considerando o total de 26 entrevistados, temos 23% de pessoas que não sabem o conceito de cidadania. Isso é um número alto e preocupante, visto os demais entrevistados terem demonstrado, em muitas de suas falas, uma visão distorcida desse assunto. Pode-se considerar, por conseguinte, não 23, mas mais de 50% de entrevistados sem uma visão correta e clara do que venha a ser a cidadania.

### 6.3.1 Relação entre Cidadania e Educação

O conceito de cidadania é a base para a resposta das demais questões propostas para os entrevistados. Sem uma definição correta, é muito difícil fazer relações entre

acessibilidade, cidadania e educação. Do mesmo modo, sem a definição de educação não há como saber se o conceito internalizado pelos acadêmicos contribui para uma prática voltada à promoção da cidadania. A missão da educação é, pois:

[...] formar os indivíduos para a cidadania, assegurar a transmissão de conhecimentos e de cultura entre gerações, desenvolver as aptidões pessoais. Tem ainda por missão formar as pessoas qualificadas de que as economias virão a ter necessidade no futuro (DELORS, 2000, p. 180).

Se a educação não desempenha o seu papel, os sujeitos não poderão desenvolver-se plenamente. Isso ficou muito claro nas respostas dos sujeitos entrevistados. A maioria deles (61,53%) não conseguiu fazer uma ligação adequada entre cidadania e educação, vê os cursos superiores apenas como um meio de conseguir se aperfeiçoar em um conhecimento técnico a fim de se tornar um profissional competente em alguma área específica.

#### **Quadro 41 – A relação entre cidadania e educação dos alunos do curso de Fisioterapia.**

Entrevistados que relacionam educação como meio de o sujeito adquirir consciência crítica e social.	10	38,47%
Entrevistados que não relacionam educação como meio de o sujeito adquirir consciência crítica e social.	16	61,53%
Total	26	100%

**Fonte:** Do pesquisador

Dos 26 entrevistados, 10 dizem que a educação propicia a consciência sobre a vida social, sobre os direitos e deveres do cidadão. Para eles, a educação é um meio de auxiliar o sujeito a se tornar um cidadão melhor ou, como afirma Gadotti (1999, p. 250):

A educação é um processo, portanto é o decorrer de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, ou seja, é um fato histórico. Porém, é histórico em duplo sentido: primeiro, no sentido de que representa a própria história individual de cada ser humano; segundo, no sentido de que está vinculada à fase vivida pela comunidade em sua contínua evolução.

Sendo assim, a educação precisa auxiliar os sujeitos a se tornarem mais cômicos de si mesmos e, assim, se inteirarem da realidade política e social encontrada ao seu redor. Abaixo destacamos as falas dos 10 entrevistados que demonstraram uma compreensão a respeito da educação afinada com este pensamento.

**Quadro 42 – Fala dos entrevistados 6, 9, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 24, 26, referente à pergunta 4, que relacionam a educação a um meio de auxiliar o sujeito a adquirir consciência crítica e social.**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 6:</b> Como que tu podes ser um bom cidadão, respeitar outras pessoas, cumprir com os teus deveres, tuas obrigações, sem uma instrução, sem estudo, sem orientação, principalmente quando começa dentro de casa, porque educação não vem da escola, vem da família, vem de dentro da tua casa, tu tens que estudar, procurar se manter bem informado.</p> <p><b>Entrevistado 9:</b> Aí que entra a consciência, né, acho que aquilo que eu tava falando já tá voltado a isso. A consciência, eu acho que é a própria educação, que a pessoa deve ter pra ter essa percepção das coisas que acontecem.</p> <p><b>Entrevistado 11:</b> Influi e importa, mas não atinge a todos, depois que tu terminares as entrevistas, tu vais ver que é uma coisa que não atinge a todos, todos têm a mesma educação, o mesmo curso, né, com cinco anos de formação, mas, provável, com respostas diferentes, vários pensamentos diferentes, várias prioridades diferentes.</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> É de fundamental importância isso, acredito, a educação é tipo a cidadania.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então quer dizer que para ter cidadania, é necessário ter uma boa educação.</p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Eu acredito [...]. E educação não só educação escolar, mais educação familiar também.</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Com a educação... Uma boa educação e a conscientização do indivíduo, seus direitos e deveres.</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> Eu acho que, a partir do princípio que a pessoa tem educação, ela vai saber seus direitos e seus deveres, também vai saber utilizar isso. Cobrar os seus direitos e ter os seus deveres assim. Então acho que a educação ajuda muito.</p> <p><b>Entrevistado 19:</b> Na educação, tu aprendes bastante sobre cidadania, e assim tu tens outra visão. Tu consegues fazer a diferença. Tendo a educação, você consegue unir.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então, quer dizer que, pra ser um bom cidadão, tem que ter uma boa educação é isso?</p> <p><b>Entrevistado 19:</b> Não seria exatamente isso, mas com o teu grau de educação, tua cidadania cresce.</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Eu acredito que a cidadania tem ligação com a educação, e a própria questão da ética mesmo, respeito eu acredito que seja assim. [...] Eu acho que uma base da educação vai ser um melhor cidadão.</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Cidadão tem que ter educação.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Para ser um cidadão tem que ter educação?</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Não.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você está falando da escola?</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> Não, educação na vida.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Educação que se aprende fora da escola?</p> <p><b>Entrevistado 24:</b> É educação em casa e na escola.</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> É importante, aí entra o bom cidadão e o mau cidadão. O bom cidadão tem que ter educação.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Você está falando em escola?</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> Também</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então quer dizer que ter essa educação em casa, uma boa educação na família e na escola é importante pra ser um bom cidadão?</p> <p><b>Entrevistado 26:</b> É.</p>
----------	---

Fonte: Do pesquisador

Para a entrevistada 6, a consciência das obrigações em relação à sociedade é adquirida por meio da educação. Sem educação escolar e familiar, o sujeito não pode ser capaz de reconhecer seus deveres e não é estimulado a lutar pelos seus direitos. A educação é a mola propulsora que permite ao sujeito ampliar sua visão de mundo. Permite ao indivíduo

perceber a existência de outras pessoas ao seu redor, merecedoras do mesmo respeito, por isso, também precisam ser atendidas em suas necessidades.

Desse modo, uma educação comprometida com a cidadania auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico, na independência intelectual e no favorecimento e transformação das relações interpessoais, tornando-as mais humanas e igualitárias. “A educação é um fato existencial. Refere-se ao modo como (por si mesmo e pelas ações exteriores que sofre) o homem se faz ser homem. A educação configura o homem em toda sua realidade” (GADOTTI, 1999, p. 251).

A entrevistada 9 fala que a educação é capaz de criar a consciência crítica, fazendo o sujeito exercer a cidadania. A vinculação entre educação e cidadania é um tema bastante presente entre o pensamento educativo moderno, inclusive, a própria LDB faz referência à ligação entre esses dois conceitos.

O tempo de vincular educação e cidadania, sobretudo naquela visão tão restrita, tão política, tão participativa, tão consciente, é pouco, não dá conta do direito à educação. A LDB tem uma coisa que é maravilhosa (tem poucas, mas uma que vale toda LDB) que é: primeira coisa, o artigo primeiro que nos diz que devemos ter uma concepção de educação não só em termos de cidadania, não só em termos de participação política, mas uma concepção de educação alargada, ampliada. E nos diz que a educação compreende o conjunto de processos formadores que acontecem na sociedade, na família, no trabalho, na escola, nos movimentos sociais, no lazer. E no artigo segundo, na mesma lei, acrescenta o seguinte: a função, melhor, a finalidade da educação é o quê? Ensinar, formar cidadãos, preparar para o trabalho, preparar para o vestibular, preparar para o concurso? Não diz nada disso. Diz o seguinte: a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento dos educandos. (ARROYO, 2001, p. 45).

Nem todas as pessoas são tocadas pela educação da mesma forma. Desse modo, a educação pode ou não ser um veículo de cidadania, que promova a cidadania e forme cidadãos melhores. E há outro fator, quem não tem acesso à educação deixa de ser um cidadão? Se extrapolarmos a educação para além dos bancos escolares, podemos dizer que, sim, um cidadão não se forma somente na escola, mas também na família.

A educação é um fenômeno cultural. Não somente os conhecimentos, experiências, usos, crenças, valores, etc. a transmitir ao indivíduo, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua ação educativa, são parte do fundo cultural da comunidade e dependem do grau de seu desenvolvimento. Em outras palavras, a educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita. O método pedagógico é função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem. Nas sociedades iletradas não existe saber graficamente conservado pela escrita e, contudo, há transmissão do saber pela prática social, pela via oral e, portanto, há educação (GADOTTI, 1999, p. 251).

Segundo os entrevistados 11 e 12, é a educação que proporciona a cidadania. A educação leva o sujeito a desenvolver sua cidadania.

Em poucas palavras, o entrevistado 16 relata a principal função da educação em relação à cidadania: o esclarecimento. Uma educação que promove a cidadania é uma educação libertadora, capaz de ampliar os horizontes dos estudantes para além de sua realidade. Essa educação, mais do que informar, faz a mediação necessária para o acadêmico sair dos bancos escolares ciente de seu papel na sociedade, mas, também, com consciência do funcionamento e do que precisa ser mudado a fim de que todos possam ter seus direitos atendidos.

O sistema educativo tem, pois, por missão explícita ou implícita, preparar cada um para este papel social. Nas sociedades complexas atuais, a participação em projetos comuns ultrapassa em muito a ordem do político em sentido estrito. É, de fato, no dia a dia, na sua atividade profissional, cultural, associativa, de consumidor, que cada membro da coletividade deve assumir suas responsabilidades em relação aos outros. Há, pois, que preparar cada pessoa para esta participação, mostrando-lhe os seus direitos e deveres, mas também desenvolvendo as suas competências sociais e estimulando o trabalho em equipe na escola (DELORS, 2000, p. 54).

A educação é a esclarecedora na visão do entrevistado 18, aquela capaz de ampliar o conhecimento dos direitos e das obrigações de cada sujeito para com a sociedade e de como pô-los em prática. Ela mostra o caminho a seguir, a maneira como atingir suas necessidades.

Por meio da educação, o mundo ao seu redor lhe é apresentado e, assim, um sujeito consegue tirar das diferenças as formas de manejo para se construir uma sociedade unida. Por conseguinte, pode-se dizer que educação, como afirma Gadotti (1999), é um fato social.

Refere-se à sociedade como um todo. É determinada pelo interesse que move a comunidade a integrar todos os seus membros à forma social vigente (relações econômicas, instituições, usos, ciências, atividades, etc.). É o procedimento pelo qual a sociedade se reproduz a si mesma ao longo de sua duração temporal (GADOTTI, 1999, p. 251).

Segundo o entrevistado 19, a união só pode ser conseguida se todos estiverem com o mesmo grau de comprometimento. Mas, para tanto, as pessoas precisam se sentir valorizadas em suas individualidades a fim de assumirem a sociedade como um projeto pessoal. A cidadania pode existir em maior ou menor escala dentro de um indivíduo. Conforme ele vai se dando conta de suas necessidades e das necessidades das outras pessoas, sua responsabilidade para com o todo aumenta. Mas, do mesmo modo, quanto mais excluído socialmente do processo produtivo, mais marginalizado da sociedade e das benesses do sistema capitalista,

maior a probabilidade de a cidadania diminuir. O crescimento da cidadania está diretamente ligado à educação, seja ela escolar e/ou familiar. Veja que não falamos em grau de instrução, mas em educação. Muitas pessoas com graus elevados de instrução são pobres em educação e, conseqüentemente, em cidadania. Algumas pessoas com pouca instrução, mas que de alguma forma receberam boa educação, podem ter elevados graus de cidadania.

A miséria ainda é um grande complicador para a formação de cidadãos, pois estes são considerados inferiores no processo e não possuem os mesmos direitos que os demais sujeitos. Aliás, até os possuem em termos legais, mas não conseguem alcançá-los devido à falta de condições para isso, segundo o entrevistado 20. “Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social” (DELORS, 2000, p. 11).

A educação pode auxiliar o desenvolvimento da cidadania. Por meio da educação, o sujeito pode se tornar um cidadão melhor. Os entrevistados 24 e 26 pressupõem que a ética cidadã pode ser adquirida por meio da educação.

Não há como dissociar cidadania de educação, pois é por meio dela que nos tornamos sujeitos. Desde que nascemos, estamos envolvidos com a educação, nossos pais, cuidadores e parentes nos ensinam como é o mundo e como devemos viver nesse mundo que nos rodeia. Quando crescemos um pouco, temos a oportunidade de aprofundar esses conhecimentos na escola. Desse modo, a educação escolar e a familiar são a mola propulsora da cidadania, embora possa haver pessoas muito instruídas sem a educação necessária ao desenvolvimento da cidadania e pessoas paupérrimas em conhecimentos, mas com toda a educação necessária ao desenvolvimento da cidadania.

Quando o acadêmico/profissional se encontra preparado para enxergar as barreiras de acessibilidade física e suas implicações sociais ou culturais, pode-se dizer que ele possui a educação necessária para ter a consciência cidadã para realizar em seu trabalho uma prática que valorize o ambiente que rodeia a si e os usuários do mesmo.

Outros quatro entrevistados (2, 1, 3 e 13) pensam que, necessariamente, para ser cidadã, a pessoa tem que ter educação. Se estivessem falando da educação escolar e familiar, teriam razão, pois a postura futura de um sujeito é aprendida desde o ventre, com a família, com a cultura, com o meio e, quando entra na idade escolar, reforçada, ampliada pela educação formal. Mas os sujeitos a seguir deixam transparecer que estão se referindo exclusivamente à educação formal. Como se o sujeito sem possibilidades de ingressar e/ou permanecer no colégio/universidade não pudesse ser considerado um cidadão, ou não pudesse ser tão bom cidadão como outro mais instruído.

**Quadro 43 – Fala dos entrevistados 2, 1, 3 e 13, referente à pergunta 4, que dizem ser essencial para a construção de um cidadão a educação formal.**

4	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 2:</b> [...] O que eu quero relatar é que a cidadania, pra mim, é uma forma de anticorrupção. Sabe! De já ter que ensinar, já pega na parte do Ensino Fundamental, que tu ensinas a cidadania para as crianças. Elas vão se tornar pessoas melhores, adultos melhores, por exemplo, plante uma árvore, seja educado, não seja corrupto. Eu acho que correlaciona com isso a meu ver.</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Cidadania com educação? Eu acho que como falei, cidadão tem que vir com uma ... e com educação. Se tu não tens uma parte que tu galgou, com uma educação boa, já de carga, o que o governo vai transmitir pra ti como boas escolas, bons profissionais, isso talvez pode interferir como cidadão, o caráter e dignidade.</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Tem a ver que, eu acho que as duas coisas estão interligadas, né, eu acho que o direito de ser cidadão, a gente precisa ter educação também, né, pra respeitar os limites, dificuldades de cada pessoa, as limitações de cada ser humano, de cada cidadão. Então são duas coisas que estão ligadas, né. Ele tem que ser um cidadão educado, respeitar os...</p> <p><b>Entrevistado 13:</b> Tudo. [...] Uma boa cidadã tem uma boa educação no caso. Depende de alguns, não são todos.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Mais você acha que um bom cidadão tem uma boa educação, ou pra ser um bom cidadão.</p> <p><b>Entrevistado 13:</b> Pra ser.</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> É complicado responder (risos). A educação é de fundamental importância.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Ter uma boa educação influencia na cidadania? Influencia ser um cidadão, ou ser um cidadão melhor ou pior? Influencia?</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Influencia sim, com certeza, a educação traz isso, um conhecimento que vai fazer com que tu saibas lidar com as situações e a pensar no próximo, procurar e ver. Pra eu subir uma rampa, não tem problema, mas pra quem usa cadeira pode ter.</p>
---	---

**Fonte:** Do pesquisador

Ainda que não detenha exclusividade pelo surgimento da cidadania, a educação formal, com certeza, tem um papel perante ela. O entrevistado 10 sugere que a educação formal trará conhecimentos para o sujeito a fim de que possa lidar com as situações sociais.

A educação formal é capaz de proporcionar ao sujeito um olhar mais alargado para a realidade ao seu redor e, com isso, para as questões referentes à cidadania envolvendo não somente a pessoa, mas os demais sujeitos de sua cidade. Pensar no outro, nas necessidades do outro é o caminho para a cidadania. Afinal, não existe cidadania se ainda há pessoas carentes em suas necessidades mais básicas, como alimentação, moradia, saúde, etc.

A preparação para uma participação ativa na vida de cidadão tornou-se para a educação uma missão de caráter geral, uma vez que os princípios democráticos se expandiram pelo mundo. Podemos distinguir, a este propósito, vários níveis de intervenção que, numa democracia moderna, se deveriam completar mutuamente (DELORS, 2000, p. 54).

Como falado anteriormente, precisa-se de educação para o desenvolvimento da cidadania, uma educação libertadora, esclarecedora e capaz de formar um sujeito responsável pelos seus atos, comprometido com a sua vida e com a dos demais e que possa ter as condições necessárias para exercer seus deveres e ter seus direitos atendidos em todas as

escalas. Afinal, como expressa Gadotti (1998, p. 147): “A finalidade da escola e do processo formativo é o desenvolvimento harmônico de todas as atitudes do aluno, sem pretender captar dotes naturais. O que determina as opções do indivíduo não é uma natureza humana genérica, mas a formação histórico-social”.

Outros 7 sujeitos entrevistados cometeram equívocos ao correlacionar cidadania com educação. Isso já era esperado, visto que 5 dos 7 entrevistados já haviam demonstrado, na pergunta anterior, ter uma visão limitada em relação à definição de cidadania.

**Quadro 44 – Fala dos entrevistados 7, 4, 8, 14, 15, 21, 23, referente à pergunta 4, que cometeram equívocos ao correlacionar cidadania e educação.**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 7:</b> Dentro da educação deve haver cidadania. [...] a cidadania começa em tudo, então na educação deve ter cidadania.</p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Acho que é bem essencial, tipo, educação tu tens que ter pra tu poderes conviver com essas pessoas, pra tu poderes fazer parte, pra entrar na universidade, pra conviver com outras pessoas.</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Eu acho, porque todos os cidadãos têm direito a ter uma educação melhor. Todos têm direito a uma educação.</p> <p><b>Entrevistado 14:</b> Cidadania com educação... hum... deixa eu ver... cidadania com educação... Se os cidadãos forem solidários, eles também vão ajudar na educação, tipo, procurar o melhor recurso, se tá precisando de alguma coisa assim, os caminhos e percursos, se precisa de ajuda ou não. Tem que ver todos os lados de uma pessoa normal com as pessoas com deficiência entre aspas né, aí tem que procurar alguns recursos.</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Eu ser um cidadão e exercer a minha cidadania com educação.</p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Depende da tua educação, pra tu teres essa comunicação, essa interação com a comunidade e de não prejudicar, de não ficar criticando sem saber o que é. Se tu não vais em busca de tudo que tá acontecendo, de se atualizar, tu podes criticar alguma coisa sem estar sabendo.</p> <p><b>Entrevistado 23:</b> Tem que, se uma não existir, a outra atende.. ser solidário um com o outro...(risos).</p>
----------	---

**Fonte:** Do pesquisador

Para o entrevistado 7, a cidadania não é um subitem da educação. Não é dentro da educação que precisamos de cidadania. Talvez o entrevistado 7 queira dizer que, por meio da educação, alcançamos maiores graus de cidadania, tornamos as pessoas mais conscientes, com uma visão ampla da sociedade quando proporcionamos a elas boa educação. No entanto, sua fala deixa transparecer que a educação carece de cidadania. E, como na pergunta anterior, ela define cidadania como união e participação das pessoas, poderíamos supor que a entrevistada está dizendo que a educação precisa de união, participação das pessoas em prol de um objetivo em comum. Se esse objetivo é a formação de um profissional com capacidade para exercer sua profissão, mas com um alargamento de seu pensamento para além da execução de tarefas, sua fala está correta. Mas nos parece um pouco confuso seu discurso.

Como o entrevistado 4 pensa ser suficiente viver em comunidade para ter cidadania, seguindo a mesma linha de raciocínio, ele traz a educação como a forma de conviver melhor



entre as pessoas. E sua fala tem sentido, na medida em que Gadotti (1999, p. 47) nos diz: “[...] não é possível separar a educação da sociedade, no interior da qual ela se desenrola, não se pode, igualmente, dissociar a relação pedagógica daqueles com os quais ela se liga”.

Espera-se que uma boa educação na família e na escola possibilite a estruturação de um sujeito que veja além de suas próprias necessidades e, assim, conviva melhor com os demais. Mas, uma boa educação deveria possibilitar, além disso, o esclarecimento do sujeito, uma visão mais ampla sobre a sociedade que o rodeia e, sendo assim, torne ele uma pessoa mais politizada, consciente de suas atribuições, responsável por suas atitudes e capaz de exercer uma profissão com dignidade, eficiência e comprometimento.

Desse modo, precisamos concordar com Paulo Freire:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 2007, p. 22-23).

O entrevistado 8 fala da garantia aos direitos sociais, sendo que educação é um deles. Não aprofunda a questão interna da educação capaz de gerar um sujeito com uma concepção alargada, ampliada.

Olhar a cidadania por lentes do assistencialismo acaba por permitir alguns equívocos, como o cometido pela entrevistada 14, que traz a relação entre cidadania e educação como mais uma questão de auxílio.

Exercer a cidadania com educação é o pensamento do entrevistado 15. Mas a cidadania já pressupõe pessoas bem-educadas e esclarecidas, que sabem de seus deveres e os cumprem, conhecendo seus direitos e lutando por eles.

Ter clareza e responsabilidade pela situação real em que vive toda a população em uma sociedade é que faz uma pessoa melhor ou pior cidadão, segundo o sujeito 21. A educação tem o papel de instruir, de formar profissionais, mas antes de tudo, de esclarecer, ampliar a consciência dos acadêmicos para além dos muros da universidade.

É preciso, enfim, que o Ensino Superior continue a desempenhar o papel que lhe cabe, criando, preservando e transmitindo o saber em níveis mais elevados. Mas as instituições de Ensino Superior desempenham, também, uma função determinante na perspectiva de uma educação repensada no espaço e no tempo. Devem juntar a equidade à excelência, abrindo-se plenamente aos membros de todos os grupos sociais e econômicos, sejam quais forem os seus estudos anteriores. As universidades, em especial, devem dar o exemplo inovando, com métodos que

permitam atingir novos grupos de estudantes, reconhecendo as competências e os conhecimentos adquiridos fora dos sistemas formais e dando particular atenção, graças à formação de professores e de formadores de professores, a novas perspectivas de aprendizagem (DELORS, 2000, p. 123).

Por isso, existe diferença em fazer uma faculdade e cursar uma universidade. A faculdade tem a obrigação de formar profissionais competentes em sua área de atuação. A universidade tem a obrigação de, além de formar um profissional que domine uma determinada especialidade, proporcionar a ele o encontro com a comunidade onde reside. A universidade é responsável por um tripé de acontecimentos. Ela é o local onde se unem diversas faculdades, que se propõem a fazer ensino, pesquisa e extensão. Isso significa dizer que ela precisa, mais do que repassar o conhecimento já consagrado na ciência, criar novos conhecimentos e divulgar os conhecimentos existentes e adquiridos para a sociedade. Seu papel é interligar o sujeito ao seu meio, por intermédio da reflexão feita em cima dele e da crítica pelas razões que levam a sociedade a caminhar de uma maneira e não de outra. “São as universidades, antes de mais nada, que reúnem um conjunto de funções tradicionais associadas ao progresso e à transmissão do saber: pesquisa, inovação, ensino, formação e educação permanente” (DELORS, 2000, p. 141).

É na escola que se aprende cidadania. Essa já foi uma visão bastante disseminada no mundo acadêmico e vem sendo questionada há alguns anos, pois descarta como cidadãs as pessoas que não possuem as mesmas oportunidades de ensino. Além disso, pressupõe que alguém só se torna cidadão após entrar na escola e rejeitar inúmeras outras situações na vida de um sujeito em que a educação e a cidadania são desenvolvidas.

Os últimos quatro sujeitos de pesquisa disseram não saber qual a relação existente entre cidadania e educação. Como dissemos no início dessa discussão, é imprescindível ter o conceito de cidadania para relacioná-la com educação e acessibilidade, caso contrário, o sujeito não saberá como responder ao questionamento.

### 6.3.2 Relação Entre Cidadania e Acessibilidade

O último questionamento a ser analisado nesta pesquisa é sobre a relação entre cidadania e acessibilidade. Os acadêmicos foram solicitados a falar a respeito dessa relação a

fim de contemplar os dois últimos objetivos específicos deste estudo. Para responder a tal questionamento, era condição necessária que o sujeito conhecesse de forma clara o conceito de acessibilidade e cidadania, caso contrário, correria o risco de fugir do tema ou realizar correlações equivocadas.

A fim de saber qual a contribuição do conceito internalizado pelos acadêmicos de Fisioterapia para uma prática voltada à promoção de cidadania, os sujeitos que entendiam acessibilidade de maneira ampla (conceito científico) verbalizaram ou fizeram alguma referência sobre a acessibilidade ser um direito de todo cidadão e que deveria ocorrer em igualdade de condições para todos.

A cidadania se relaciona com a acessibilidade na medida em que esta está dentro dela, ou seja, acessibilidade é um dos direitos inclusos no conceito de cidadania. Sem acessos adequados aos lugares, um sujeito não pode ser considerado um verdadeiro cidadão, pois está fora do processo social, à margem do movimento da cidade. Não podendo usufruir das ruas, dos estabelecimentos, das praças e parques porque estes não contemplam suas características particulares de movimento, a cidadania não acontece.

Toda desvantagem, incapacidade ou deficiência gera uma necessidade especial nos indivíduos que as possuem. Essa necessidade é relacionada ao ambiente onde esses sujeitos habitam e se deslocam em sua vida diária. Normalmente, eles encontram barreiras físicas, sociais ou culturais que os impedem de participar dos vários âmbitos da sociedade e dos locais por onde passam. A necessidade gerada é de cidadania, personificada pela acessibilidade, pois sem acessibilidade a pessoa é privada de várias formas em muitos campos de sua vida.

Sete dos 26 entrevistados conseguiram fazer uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania. Para eles, cidadania é ter direitos em que a acessibilidade é um deles. Desse modo, podemos dizer que o conceito de acessibilidade internalizado por esses sujeitos os auxiliará numa prática cidadã porque sabem que a acessibilidade como direito de todos deve ser promovida em qualquer situação. Ao promover a acessibilidade, a própria cidadania estará sendo gerada.

Abaixo, será apresentado um quadro com o percentual e a quantidade de acadêmicos entrevistados, dentre os quais há os que fazem, adequadamente, a relação entre cidadania e acessibilidade e os que não o fizeram de forma adequada ou não o sabiam e, portanto, não atingiram uma conexão apropriada entre os conceitos.

**Quadro 45 – A relação entre cidadania e educação dos alunos do curso de Fisioterapia.**

Fazem relação entre cidadania e acessibilidade.	7	26,92%
Não fazem relação entre cidadania e acessibilidade.	19	73,08%
Total	26	100%

Fonte: Do pesquisador

Desse modo, uma educação comprometida com a cidadania auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico, na independência intelectual e no favorecimento e transformação das relações interpessoais, tornando-as mais humanas e igualitárias.

**Quadro 46 – Fala dos entrevistados 6, 8, 9, 16, 18, 19, 20, referente à pergunta 4, que fazem uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania.**

4	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 6:</b> Pois é, eu acho que junta os três. Junta, porque a partir do momento que tens, que tu buscaste uma boa educação, uma boa formação pra ajudar outras pessoas, tu vais ter essa consciência de que o lugar onde tu vives, onde tu trabalhas, onde tu moras precisa tá apto a receber todas as pessoas. [...] A partir do momento que todos possam usufruir a sua... do seu estabelecimento, utilizando todos os dias, tu tens que proporcionar uma boa acessibilidade, pra essa pessoa se sentir respeitada, se sentir em casa, incluídas na sociedade.</p> <p><b>Entrevistado 8:</b> Como eu falei antes, acho que cidadania... [...] Então é todas as pessoas terem direito a ter um acesso melhor a algum lugar.</p> <p><b>Entrevistado 9:</b> Cidadania, a educação eu falei gera a cidadania, né, e eu acho, como eu já falei, a consciência também entra junto, então tu tens que ter consciência desse aspecto da acessibilidade, é uma coisa que tu tens que conhecer, tipo, como a gente tá conversando aqui, todos os aspectos que a gente levantou aqui, a pessoa tem que ter conhecimento, pra tu tá realmente inserido, porque aqui, eu tô cinco anos aqui, então eu tenho que saber, tenho que ter conhecimento das coisas que interessam. [...] Não só do conteúdo, mas da prática mesmo, assim, tu olhas e falas aquilo ali tá bom, aquilo ali não tá.</p> <p><b>Entrevistado 16:</b> Acho que a gente faz parte de um... a gente tem opinião da política, a gente tem o direito de cobrar. Então eu acho que, com a conscientização, a gente pode ter alguém pra recorrer pra melhorar as questões de acessibilidade.</p> <p><b>Entrevistado 18:</b> E assim, tipo. A pessoa vai ter uma educação não que a pessoa tenha estudado muito, mas um pouco de conhecimento já vai levar a isso, e meio que consequência assim saber seus direitos. Eu tenho direito a poder entrar aqui entendeu?</p> <p><b>Entrevistado 19:</b> Acho que acessibilidade é uma questão de cidadania. Tu não vais conseguir trazer para o grupo as pessoas que não têm acessibilidade de tudo, cadeirante.</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Eu acho que a cidadania, no caso, inclui acessibilidade com relação a respeito ao próximo e, no caso, como que eu vou te explicar...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Então se eu sou cidadão [...] eu vou trabalhar no sentido da acessibilidade? [...] eu vou contribuir de alguma forma?</p> <p><b>Entrevistado 20:</b> Eu vou buscar fazer de tudo para que isso ocorra, uma parte para após tentar o todo, né, tudo com o tempo. [...] Eu posso trabalhar numa ação. [...] No lugar onde eu moro, onde eu trabalho.</p>
---	--

Fonte: Do pesquisador

Segundo o entrevistado 6, a cidadania está intimamente ligada à ideia do outro em nossas vidas. A ideia da universalidade, requisito-chave da acessibilidade, segundo a qual a pessoa precisa mais do que ter os direitos e deveres garantidos, ter condições igualitárias para exercer esses deveres e usufruir desses direitos. Cidadania engloba e transcende a

acessibilidade exatamente nesse ponto, pois o acesso de que fala a cidadania é o acesso a todos os lugares, mas também a todas as necessidades materiais, todos os meios de informação, de educação, de tornar-se alguém politizado e capaz de chegar a qualquer estabelecimento pelas ruas e calçadas de sua cidade.

Uma sociedade inclusiva é intrinsecamente democrática, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania. Por essas palavras podemos perceber e aquilatar as contradições existentes em nossas nações capitalistas, que nem sempre são tão democráticas quanto necessário e prometido em leis, e, às vezes, não regulamentadas ou não cumpridas como deveriam. Em última instância, não permitem às pessoas as quais chama de cidadãs o mero exercício da sua cidadania, negando assim o desenvolvimento pleno de suas personalidades e potencialidades. A menos que estejamos reduzindo este conceito aos direitos e deveres civis tradicionais, esse sujeito continuará não tendo as ferramentas para usufruir de todos os direitos inalienáveis, os quais se supõe ideologicamente que ele tenha.

Sendo assim, pessoas com deficiência física acabam por não ter acesso a educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer. Leis têm sido criadas para a garantia desses direitos. Mesmo assim, com elas ou apesar delas, as pessoas consideradas diferentes continuam à margem na sociedade.

Nesse ponto, o entrevistado 8 traz a questão de a acessibilidade estar dentro do conceito de cidadania. Acessibilidade é uma questão de cidadania. Todos têm direito a ir e vir e, portanto, temos direito de acesso a todos os lugares.

A acessibilidade é um dos aspectos da cidadania, segundo o entrevistado 9. Ter cidadania implica em ter acessibilidade também. Mas, segundo a entrevistada, a ligação entre as duas ocorre em relação à consciência dessa última. Segundo o entrevistado 16, um verdadeiro cidadão se importa com questões relacionadas ao acesso.

Ter a consciência de seus direitos e exigí-los é uma questão de cidadania. O entrevistado 16 não demonstra em sua fala ter ciência de que acessibilidade faz parte da cidadania. Mas reconhece a importância da cidadania para estimular a melhora dos ambientes por meio do acesso a todas as pessoas.

Acessibilidade é consequência de cidadania. E cidadania é definida pelas garantias sociais, civis, políticas, ou seja, seus deveres e seus direitos e, sendo a acessibilidade um direito, logo, para o entrevistado 18, a acessibilidade é uma questão de cidadania.

O entrevistado 19 traz o ponto central da relação entre cidadania e acessibilidade. Como haver participação política de toda a população nas ações referentes ao destino de suas cidades, se ainda existem pessoas que não conseguem acessar os ambientes?

Cidadania inclui acessibilidade. Acessibilidade é um direito de todas as pessoas. Os ambientes precisam ser acessíveis a todos. Essa é uma das formas de proporcionar dignidade às pessoas. Do mesmo modo, um verdadeiro cidadão verá a acessibilidade como uma questão ética. Todos devem ter o mesmo direito em igualdade de condições, por isso o entrevistado 20, enquanto fisioterapeuta, tem o dever de trabalhar em ações voltadas à acessibilidade.

Nove dos 26 entrevistados relacionam cidadania com acessibilidade em termos de assistência. Três (entrevistados 7, 11 e 12) desses nove sujeitos conceituam adequadamente a acessibilidade (nível científico), mas apenas um (entrevistado 12) possui também o conceito de cidadania bem estruturado e, mesmo assim, peca na relação entre os dois conceitos.

**Quadro 47 – Fala dos entrevistados 6, 8, 9, 16, 18, 19, 20, 10, 11, 4, 21, 26 e 24, referente à pergunta 4, os quais não fazem uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania.**

4	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Entrevistado 12:</b> Acessibilidade quando tu sabes que a pessoa tá com essa dificuldade pra exercer, pra se locomover, tu ter cidadania e esse negócio de solidariedade, ajudar uma dificuldade. Tipo assim, facilitar o acesso. [...] Tipo... tipo... tipo não tem uma rampa de acesso para atravessar uma rua, eu tô vendo um problema que aquela pessoa tá enfrentando, vou lá, viro aquela cadeira, e ajudo naquela descida, ajudo a atravessar. [...] Outra forma tem... deixa eu ver... eu não queria botar ajuda como ajudar a pessoa a fazer, entendeu, eu queria ajudar dando a liberdade para ela, então como fisioterapeuta no município, eu acredito que eu possa ter essa solidariedade em dar a oportunidade de as pessoas se ajudarem assim. Elas fazerem as coisas por elas mesmas.</p> <p><b>Entrevistado 2:</b> Cidadania com acessibilidade? As pessoas encararem de forma melhor os deficientes físicos, né. Por exemplo, a gente passa por prédios, prédios que são construídos, hoje acho que já nem tanto, já foi modificado bastante, mas prédio mais antigo que não tem rampa de acesso, ou um prédio que não tem elevador, por exemplo, prédios mais antigos. A maioria agora não, os arquitetos já constroem de forma que tem uma rampa de acesso, que tem elevador, eu acho que nesse sentido.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Nesse sentido a cidadania teria a ver com a acessibilidade, então, ele estaria exercendo a sua cidadania promovendo a acessibilidade? Esse arquiteto que desenhou.</p> <p><b>Entrevistado 2:</b> Só claro o estacionamento, educação das pessoas, tipo tá lá o símbolo para o deficiente físico, tá o carro da pessoa estacionado que não é deficiente físico.</p> <p><b>Entrevistado 7:</b> É que dentro da cidadania há diferenças, então na cidadania vai resolver com que diminui, vai levar a capacidade da pessoa e não a dificuldade, dar liberdade pra quem tem diferença se englobar. [...] Mostrando mais a capacidade delas do que a deficiência.</p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Eu acho que também é importante...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> É importante? Mas por quê?</p> <p><b>Entrevistado 4:</b> Cidadania é o nosso dia a dia, entendeste. Eu acredito, faz parte da cidadania, tu vives sempre com alguém, vives sempre em conjunto, sempre tem acesso que a mesma coisa que as outras pessoas. [...] Uma coisa leva a outra.</p> <p><b>Entrevistado 21:</b> Ah, cidadania com acessibilidade... tu como cidadão tem seus direitos e, às vezes, pra chegar a isso, dependendo de classe média de classe pobre, tem gente que já te olha de ladinho, isso o cidadão procura ajudar, de incluir todos nos projetos que tivessem de atividades da comunidade, assim, acessibilidade vai de tu saberes o que tu precisas, e se tá no lugar certo e, às vezes, as pessoas excluem, pra prejudicar o outro, assim, na tese exclui um pouco as pessoas.</p> <p><b>Entrevistado 10:</b> Possibilitar a todos melhor qualidade de vida, porque é necessário pra eles terem uma</p>
---	---

boa qualidade de vida. [...] Para os cadeirantes, para pessoas com necessidades, como eu comentei talvez pra mim não interfira tanto.

**Entrevistado 11:** Cidadania, aí envolve com acessibilidade, aí tu vai ajudar, fazendo, trabalhando com acessibilidade automaticamente tu vai tá trabalhando com cidadania, né.

**Entrevistado 26:** Tem a ver. [...] Eu acho que um bom cidadão se preocuparia mais em tornar as coisas acessíveis.

**Entrevistado 24:** Tipo... Ajudar um cadeirante, por exemplo, o cadeirante não tem como ir a algum lugar, eu vou ajudar... [...] Tipo assim, o lugar não tem fácil acessibilidade, eu vou ajudar.

**Pesquisadora:** Mas como você vai ajudar? Como você vai ajudar efetivamente? Na prática, o que você pode fazer?

**Entrevistado 24:** Se não tem opção, tu vai ajudar ele a se locomover.

**Pesquisadora:** Na prática, seria empurrar a cadeira?

**Entrevistado 24:** Sim, ou seria falar do local que não tá adequado.

**Fonte:** Do pesquisador

A ligação entre cidadania e acessibilidade, segundo o entrevistado 12, ocorre pela ajuda. Exercer cidadania, para o sujeito entrevistado, deixa de estar ligado à questão de direitos e deveres e passa a ser unido ao assistencialismo. Cidadão é aquele que ajuda alguém em alguma dificuldade. Desse modo, facilitar o acesso é auxiliar um deficiente a usar determinado ambiente, ou então, modificar o ambiente para as pessoas poderem utilizá-lo com autonomia e sem auxílio.

Como a definição de cidadania da entrevistada 2 está associada à ajuda, a ligação entre cidadania e acessibilidade não poderia ser outra senão uma ajuda direcionada ao deficiente físico.

Embora em um discurso confuso e desencontrado, o entrevistado 7 tenta expressar a capacidade da cidadania em promover as qualidades das pessoas. Para ele, cidadania serve para destacar e aperfeiçoar as capacidades das pessoas e não suas dificuldades. Entretanto, cidadania relacionada a acessibilidade não prima por ressaltar as capacidades das pessoas em vez de suas diferenças, mas em tratá-las igualmente em suas desigualdades. Não se pode negar a diferença, ela deve ser contemplada nos planejamentos. Os construtores de equipamentos e ambientes devem construí-los de forma que os não tão ágeis, não tão fortes ou não tão grandes possam usufruí-los em igualdades de condições com os demais. O ambiente não pode ser um obstáculo à qualidade de vida das pessoas.

A entrevistada 4 foge do tema. Não há como compreender o discurso dela na resposta a essa questão. Sua fala se mostra desorganizada e sem uma possibilidade de análise. Parece dizer algo sobre ter um olhar para o deficiente, para a necessidade dele e ajudá-lo.

Apesar de um pouco desorganizado, o discurso da entrevistada 21 é sobre a marginalização dos deficientes. A ligação entre cidadania e acessibilidade estaria, desse modo, associada ao auxílio ao deficiente para não mais ser marginalizado. Segundo seu discurso, ações pontuais seriam suficientes para incluir o deficiente na sociedade.

A cidadania tem como base a inclusão, todos com direitos e deveres iguais. A igualdade só é possível se observarmos as desigualdades e minimizarmos as diferenças. Isso inclui a acessibilidade. Excluir alguém do acesso aos lugares por sua diferença, por uma limitação permanente ou temporária, ou por não ser tão hábil em seus movimentos é excluí-lo de ser cidadão, de formar com os outros a população de uma comunidade.

Novamente a questão da ajuda. Mostra-se a figura e não o fundo da cidadania com os entrevistados 10, 11, 26 e 24. A relação de cidadania com acessibilidade não é uma relação de auxílio, mas de comprometimento. Qualquer pessoa tem o direito ao acesso, e todos deveriam possibilitá-lo aos demais. O cidadão deve lutar pelos direitos, para que não precise mais exigí-los, pois já estão garantidos legalmente. O acesso é algo inerente ao direito de ir e vir, que é um atributo civil de cidadania. Contudo, aqueles profissionais com maior conhecimento possuem melhores ferramentas para promover a acessibilidade. Essa é uma questão ética mais do que cidadã. A cidadania, nesse caso, indica que ninguém mais precise lutar para ter acesso, pois ele já estará contemplado em todos os projetos urbanísticos, arquitetônicos, etc.

A acessibilidade está dentro da cidadania, trabalhar com acessibilidade, pensar em acessibilidade para todos é pensar em termos de cidadania. A cidadania fala do direito das pessoas em ter melhor qualidade de vida, usufruir das benesses de seu ambiente e não serem excluídas do processo decisório. Cumprir seus deveres com ética, eficiência e eficácia. Para tanto, todos os sujeitos precisam de acesso aos ambientes ao seu redor, sem acessibilidade não há cidadania. E cidadania não está ligada a acessibilidade pela ajuda, mas pela possibilidade de mudança dessa realidade.

Os demais entrevistados se equivocaram, fugiram do tema ou não souberam responder sobre a relação entre acessibilidade e cidadania.

**Quadro 48 – Exemplo das falas dos entrevistados, referente à pergunta 4, que não fazem relação entre cidadania e acessibilidade (sujeitos 1, 3 e 15).**

<b>4</b>	<p><b>4. O que o termo cidadania significa para você? O que tem a ver cidadania com educação? E com acessibilidade?</b></p> <p><b>Pesquisadora:</b> E o que cidadania tem a ver com acessibilidade?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Cidadania com acessibilidade? Tem a ver com coração</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Coração, você está falando coração emocional e não coração anatômico?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Isso, coração emocional, apesar de que eu observo que controla todas as funções, coração só, é uma bomba que bate e transmite sangue. Mas eu acho que é emocional, mas não sei explicar exatamente.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Se você fosse traduzir então essa parte dos sentidos seria se você vir alguém em uma cadeira de rodas que não está conseguindo chegar aqui, por exemplo, porque não tem, pelo que tu tá falando, um bom acesso, uma coisa, é isso que você vai sentir, você vai sentir alguma coisa?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Vou porque eu sou humana.</p>
----------	--



<p><b>Pesquisadora:</b> O que você sentiria?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> Eu sentiria a necessidade de ajudar aquela pessoa, através da minha visão dos cinco sentidos. Eu, como meu coração não é de ferro, é um coração mole, eu ia ajudar aquela pessoa.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Por exemplo, empurrar a cadeira?</p> <p><b>Entrevistado 1:</b> É como se ela precisasse de ajuda para algum acesso mais fácil, eu usaria os cinco sentidos, a fala, o tato.</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Então é... a cidadania. Pra mim, ser um cidadão, ter os direitos, né, eu também preciso ter acesso pra exigir essas coisas, né, que cada cidadão tem que ter, dependendo da limitação que ele tem, é pra ser um cidadão correto, né, teria que ter acesso aos direitos de cada pessoa, às limitações dele, então são coisas que também estão interligadas, cidadania e acessibilidade.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Seria ser um bom cidadão para ter acesso? Ou tendo acesso eu posso exercer a cidadania?</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Acho que eu tendo acesso eu posso exercer a cidadania. Acho que primeiro tem que vir a acessibilidade da população, ou, sei lá de quem, pra eu ser um bom cidadão.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> [...] tem que vir a acessibilidade pra ser um bom cidadão, exatamente o que você pensou?</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Eu pensei assim ó, que o meio em que a gente, né, teria que tá é apropriado, pra o cidadão ser uma pessoa boa, como é que eu posso dizer, tem que... a gente ter acesso às coisas né, tendo esse acesso, a gente seria um bom cidadão.</p> <p><b>Pesquisadora:</b> Acesso às coisas, a palavra acesso você vai traduzir por... Acesso a ter acesso a uma boa educação ou a ter acesso através de uma rampa?</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Os dois, pra mim, ter acesso a uma boa educação vem desde a escola...</p> <p><b>Pesquisadora:</b> A palavra acesso nesse caso pode utilizar nessas duas...</p> <p><b>Entrevistado 3:</b> Nessas duas coisas, acesso a pessoa que tem uma limitação e acesso também desde a formação do cidadão desde uma escola, de uma boa educação de uma boa base familiar pra tornar essa pessoa um bom cidadão.</p> <p><b>Entrevistado 15:</b> Ter uma boa cidadania, você terá uma boa acessibilidade, você ser mais esclarecida, você conhecendo ou poder ajudar.</p>
--

Em seu relato, o entrevistado 3 demonstra não ter compreendido o termo acessibilidade. Em todos os momentos da entrevista, embora a pesquisadora procurasse falar claramente em vários momentos a palavra acessibilidade, a entrevistada associava ao termo sensibilidade. Devido a isso, algumas de suas respostas desviaram-se do propósito da presente pesquisa, não podendo ser analisada pela pesquisadora.

O entrevistado 3 compreendeu a etimologia da palavra em termos de acesso a informações e, nessa questão, fala mais especificamente desse tipo de acesso e não exatamente do acesso a um ambiente. Mas quando a pesquisadora estimula a fala da entrevistada, inclui os outros tipos de acesso que um sujeito pode ter. Dessa forma, sua resposta fica voltada para a questão: ter acesso a educação, informações, política, ambiente. Somente tendo todos esses acessos, os indivíduos terão seus direitos de cidadãos atendidos e, desse modo, cumpririam convenientemente com todos os seus deveres para com a sociedade.

Não pelos motivos alegados pelo entrevistado 15, mas a cidadania pressupõe também a liberdade de acesso em igualdade de condições, segurança, conforto, etc. Ser mais esclarecido ajudará no sentido de reconhecer as possibilidades que um ambiente oferece ou não aos sujeitos que frequentam tal lugar.

Os outros 7 entrevistados nem tentaram responder ao questionamento proposto, disseram não saber qual a relação existente entre acessibilidade e cidadania. Os entrevistados,

como em respostas anteriores, se mostram não familiarizados com o termo acessibilidade e/ou cidadania e, portanto, não são capazes de responder a esse questionamento.

O tempo de vincular educação e cidadania, sobretudo naquela visão tão restrita, tão política, tão participativa, tão consciente, é pouco, não dá conta do direito à educação. A LDB tem uma coisa maravilhosa (tem poucas, mas uma que vale toda LDB) que é: primeira coisa, o artigo primeiro que nos diz que devemos ter uma concepção de educação não só em termos de cidadania, não só em termos de participação política, mas uma concepção de educação alargada, ampliada. E nos diz que a educação compreende o conjunto de processos formadores que acontecem na sociedade, na família, no trabalho, na escola, nos movimentos sociais, no lazer. E no artigo segundo, na mesma lei, acrescenta o seguinte: a função, melhor, a finalidade da educação é o quê? Ensinar, formar cidadãos, preparar para o trabalho, preparar para o vestibular, preparar para o concurso? Não diz nada disso. Diz o seguinte: a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento dos educandos (ARROYO, 2001, p. 45).

Nem todas as pessoas são tocadas pela educação da mesma forma. Assim, a educação pode, ou não, ser um veículo que promova a cidadania e forme cidadãos melhores. Há, ainda, outro fator: quem não tem acesso a educação deixa de ser um cidadão? Se se extrapolar a educação para além dos bancos escolares, pode-se dizer que sim, um cidadão não se forma somente na escola, mas também na família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em tempo de democracia e, em tese, isso, por si só, já seria suficiente para se ter uma vida digna e capaz de proporcionar o desenvolvimento das pessoas, nos planos individual e social. Afinal, para que serve uma sociedade democrática, senão para tomar as decisões e utilizar os seus recursos em prol da melhoria da qualidade de vida de seus concidadãos?

A inadequação às diferenças individuais dificulta ou impede por completo o acesso a espaços da cidade e/ou serviços por ela oferecidos. Um cadeirante, uma mulher grávida, um obeso ou idoso podem ser compelidos a permanecer, a maior parte de seu tempo, em casa, não se aventurando a andar pela cidade em virtude do modo como ela está construída. Uma rampa, uma porta mais larga, bancos maiores e mais resistentes, ônibus adaptados são algumas das alterações simples a ser feitas nos ambientes e em transportes urbanos, sem representar aumento exorbitante nos custos, dentro de um projeto bem orçado, mas fazem toda a diferença na vida das pessoas.

Em relação à metodologia aplicada no intuito de levantar e classificar o conceito de acessibilidade internalizado pelos alunos de fisioterapia, usou-se uma entrevista com perguntas semiabertas, cujas respostas classificaram os entrevistados nos níveis científico, transitório e cotidiano.

Nenhum dos entrevistados trouxe, em seu discurso, os sete atributos científicos de acessibilidade elencados na descrição metodológica. O nível científico foi atribuído pela qualidade das respostas e pela amplitude do pensamento dos sujeitos de pesquisa, além da referência ao atributo da liberdade, igualdade de condições e facilidade para utilizar determinado ambiente. Ainda que, desse modo, apenas para nove entrevistados foi conferido o nível científico da formação do conceito de acessibilidade.

O termo acessibilidade pode soar, estranhamente, aos ouvidos, quando o sujeito é pouco experiente no assunto. Talvez, por isso, houvesse tanta discrepância entre a resposta à pergunta de número 1, na qual se questionava o que a acessibilidade representava para o acadêmico, e à pergunta de número 3, na qual se solicita que o sujeito se coloque na posição de alguém com necessidades específicas de acesso, situação na qual o entrevistado consegue desenvolver seu raciocínio em termos práticos. Por isso, não basta olhar a fala do entrevistado, isoladamente, para perceber em qual estágio o conceito internalizado pelo acadêmico se encontra. O conceito científico é internalizado à medida que o pensamento se

distancia do senso comum. Aqui existiu uma oportunidade para confirmar Vygotsky, quando afirmou que os conceitos científicos e cotidianos possuem movimentos contrários, isto é, os conceitos científicos são descendentes e ascendentes aos cotidianos. Nesse sentido, imaginar-se no lugar de alguém com deficiência ou no lugar de um planejador deu margem para que o sujeito expressasse a forma com que o seu pensamento foi se organizando.

Apenas quatro sujeitos foram relacionados como tendo nível de conceito transitório. A transitoriedade do conceito aparece entre os indivíduos que trazem, em seu discurso, alguns atributos do conceito científico de acessibilidade, porém, seus pensamentos continuam simplórios e reducionistas, geralmente, colados à realidade concreta. Tais entrevistados não reconhecem a acessibilidade como direito e, ao contrário dos sujeitos anteriores, destacam ações isoladas como satisfatórias para tornar um projeto acessível e cidadão.

Entretanto, o dado mais significativo em relação à formação de conceitos será o apresentado a seguir: dos 26 entrevistados, 13 (50%) se encontravam no nível cotidiano de formação do conceito de acessibilidade. O pensamento de tais sujeitos não possui consciência e não é passível de generalização, pois é próprio das experiências acumuladas no dia a dia. Esses indivíduos não percebem, nem compreendem as necessidades ou formas de acesso necessárias aos variados grupos humanos. Entendem a acessibilidade por meio de ações pontuais, como se existisse de forma distanciada. Tais entrevistados, quando se referem às modificações necessárias para tornar o ambiente do campus mais acessível, referem-se, quase que exclusivamente, aos deficientes físicos. Negam ou ainda não se deram conta de que idosos, obesos e muitos outros nichos populacionais necessitam de cuidados, mobilidade segurança e cidadania.

Ainda que alguns, dentre os 13 sujeitos entrevistados do nível cotidiano, tenham apontado problemas de acesso na inclinação da rampa do prédio XXI-A, nas calçadas, na biblioteca, no acesso entre os blocos e na distância até a clínica, eles não avançam em seu pensamento, sistemática e organizadamente, em direção a um pensamento abstrato. Suas visões são bem restritas e continuam arraigadas ao concreto, focadas no óbvio, não conseguem visualizar as dificuldades de outros grupos, como idosos, grávidas e obesos. Por isso, o conceito de acessibilidade por eles formulado pode ser considerado ainda muito rudimentar, permanecendo, portanto, no nível cotidiano.

Como se pôde verificar, os conceitos de acessibilidade internalizados pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia não são uniformes. A diferenciação de um nível para outro é bem visível, mas é possível distinguir, também, os sujeitos pertencentes ao estágio conceitual. Se houvesse como subdividi-los dentro de cada categoria, seriam visíveis as

diferenças em termos qualitativos, isto é, dentre os sujeitos arrolados no nível de transição ou no nível cotidiano, poder-se-ia ter várias subdivisões, em função do avanço do conceito em relação ao conceito científico. Não há como ser diferente, pois se está falando de formação de conceito, o que envolve, necessariamente, a evolução de um pensamento. E como se sabe, todo pensamento possui um desenvolvimento gradativo, não para de evoluir, portanto, seu crescimento não é estanque, mas fluido e nem sempre se pode chamar de um progresso linear.

É importante destacar que a preocupação do presente estudo foi além da formação do conceito científico de acessibilidade, pois pretendeu descobrir se os formandos de Fisioterapia conseguiam entender a relação existente entre acessibilidade, educação e cidadania. Explorando o conceito científico e o empírico de acessibilidade, demonstrando como a universidade (leia-se, educação) contribuiu no resultado final da formação do acadêmico, enquanto fisioterapeuta e cidadão-indivíduo. Isso porque a educação não está isenta de responsabilidade perante a atuação de um profissional formado, pois, normalmente, o aluno inicia, na faculdade, a postura que terá em seu local de trabalho.

A união dos conceitos científicos e da técnica aprendida no meio universitário ao desenvolvimento de um sujeito capaz de se sensibilizar com o sofrimento e as dificuldades de seus semelhantes levará à formação de um profissional que desenvolverá sua função de fisioterapeuta perante a sociedade, de modo a promover a cidadania para todas as pessoas. Pois cidadania indica muito mais que o direito de ir e vir, refere-se à possibilidade real e física de exercer esse direito, plenamente, em todos os lugares da cidade e em todas as suas construções.

A universidade deve ser o referencial em termos de acolhimento e abertura para receber e projetar seus espaços, a fim de possibilitar o uso igualitário de todas as pessoas, independentemente de quem sejam. Desse modo, a universidade deve voltar seus olhos para o interior e perceber se tem cumprido seu papel perante a sociedade. É preciso se projetar uma instituição para que todos possam acessá-la, não importando o tipo de necessidade especial que o indivíduo tenha, podendo ser cadeirante, muletante, deficiente sensorial visual, deficiente sensorial auditivo, idoso, gestante, pessoa com carrinho de bebê, usuário de prótese, entre outros.

As contribuições da disciplina cursada para a formação do conceito de acessibilidade foram encontradas na pergunta dois da entrevista. Entre os sujeitos entrevistados, apenas oito responderam, convenientemente, qual a disciplina por eles cursada que estabelecia relação com a acessibilidade e quais os conteúdos abordados nela. A disciplina em questão era ergonomia, e demonstrava como o fisioterapeuta atua no ambiente para melhorar a estrutura

física de espaços e objetos, para que todas as pessoas possam utilizá-los. Para os entrevistados, a disciplina foi capaz de demonstrar, por meio de metodologia conveniente (exercícios práticos), que modificações simples no espaço trazem benefícios – e até sobrevida – para muitos dos usuários desses ambientes.

Esse é o fator positivo da disciplina e da própria universidade. Contudo, mesmo entre os oito entrevistados que responderam convenientemente a esse questionamento, restaram apenas três que estavam entre os arrolados no nível científico de conhecimento e um no nível transitório. Isso pode indicar que a disciplina pouco auxiliou na formação do conceito científico, sendo, possivelmente, eficaz apenas para 4 dos 26 entrevistados, visto que para os outros 6, classificados no nível científico, e para os outros 3, do nível transitório, a disciplina parece ter uma contribuição parcial ou ausente na formação do conceito. Tais sujeitos podem ter se beneficiado dos conteúdos da disciplina, porém, outros fatores, como a mídia, a experiência cultural ou familiar, devem ter sido mais relevantes e, assim, propiciaram uma elevação no nível conceitual.

No que tange ao conceito de cidadania, poderia ter sido entendido como qualquer atitude realizada no cotidiano de cada um em prol do coletivo, segundo Pinsky (1998). Se o sujeito tem consciência de pertencer a uma comunidade e se sente responsável por ela, pode ser considerado um cidadão, desde que a mesma comunidade se responsabilize por ele. O que isso significa? Cidadania é o dever de pagar impostos, mas também o direito de receber as obras e destinos adequados desse dinheiro, para a educação, a saúde, o saneamento e o direito de ir e vir convenientemente facilitado e seguro. É o direito de saber, exatamente, onde e como está sendo aplicado o dinheiro público e participar da escolha do melhor destino para tais verbas. Ser cidadão é, ainda, ter o dever de zelar pela *Res Publica*, de denunciar as injustiças e os desvios de verbas pelos demais, mas, também, ter o direito de usufruir dos bens públicos, de ter condições dignas de existência como casa, comida, emprego, escola, saúde, saneamento, lazer de boa qualidade, em igualdade de condições.

Dos 26 entrevistados, apenas sete conseguiram expressar uma definição aproximada de cidadania. Embora reducionista, tem sido considerada verdadeira em quase todos os campos da sociedade, inclusive em uma vertente da academia. A noção de direitos e deveres encontrada nos dicionários e nas propagandas televisivas é o conceito mais citado pelos entrevistados. Alguns deles avançam na definição, abordando as necessidades das pessoas, a qualidade de vida do ambiente e, até mesmo, a acessibilidade.

Os outros 19 sujeitos de pesquisa trazem outras tantas definições de cidadania. Os conceitos expressos em suas falas apresentam a questão da participação, a união do povo, a

convivência comunitária, a consciência sobre os acontecimentos sociais, o caráter do sujeito, o auxílio aos demais e à sociedade de um modo geral. Essa última, uma ideia assistencialista, repassada para o senso comum por meio dos projetos que trazem como *slogan* o papel de cada um enquanto cidadão ou enquanto promotor de cidadania.

Entre os 26 entrevistados, 9 relacionaram a educação a algo que ilumina a cidadania, ou seja, a educação amplia a consciência sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Ela é um meio capaz de tornar o sujeito um cidadão melhor ao romper o obscurantismo, o analfabetismo, a visão ingênua das coisas. De fato, o papel da educação é, antes de tudo, desvelar a realidade, despir as ideologias, proporcionar o pleno desenvolvimento do ser humano nas suas potencialidades, no seu pensamento crítico, auxiliando-o na independência intelectual e transformando as relações interpessoais em humanas e igualitárias.

Mas um cidadão não se forma somente na escola, embora a educação seja essencial a sua formação. O presente estudo não se refere, somente, à educação escolar, mas a toda espécie de influência ao desenvolvimento da personalidade de um sujeito: a família, a escola, o clube, a igreja, a cultura e a mídia. Esses são veículos de educação e se unem para formar os cidadãos naquilo que se constituem educação informal e/ou não formal, processos diluídos na cotidianidade. Se não há cidadania entre os quatro cantos do planeta, a causa se encontra nesses instrumentos formadores e não, somente, nos bancos escolares. Porém, 4 dos entrevistados desconhecem essas outras vertentes educativas e acreditam que, apenas, na escola se forma um cidadão. Sendo assim, a educação passa da função de esclarecedora para a função de criadora. Os demais entrevistados, 11, não souberam responder a esse questionamento.

O último questionamento aplicado tanto identificava como descrevia a relação entre acessibilidade e cidadania. Dos 26 entrevistados, somente sete conseguiram estabelecer uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania, ou seja, a relação em que a acessibilidade se encontra no interior da cidadania. Sem acessibilidade não há cidadania, embora ela não seja toda a cidadania, mas apenas um dos seus inúmeros ramos.

Os demais sujeitos entrevistados, 19, demonstraram possuir falhas na conceituação da acessibilidade, da cidadania, ou das duas, por isso não conseguiram estruturar uma relação coerente entre esses conceitos. Conforme visto, há, pelo menos, uma relação possível, as demais decorrem de falhas conceituais.

Portanto, pode-se compreender a ligação existente entre cidadania e acessibilidade do seguinte modo: toda desvantagem, incapacidade ou deficiência gera uma necessidade especial nos indivíduos que as possuem. Essa necessidade é relacionada ao ambiente onde esses

sujeitos habitam e se deslocam em sua vida diária. Normalmente, eles encontram barreiras físicas, sociais ou culturais que os impedem de participar dos vários âmbitos da sociedade e dos locais por onde deveriam transitar. A necessidade gerada é de cidadania, personificada pela acessibilidade, pois sem esta a pessoa é privada, de várias formas, em muitos campos de sua vida, o que nos leva a concluir que sem acessibilidade a pessoa não pode ser considerada cidadã, com plenos direitos, como as demais.

A sugestão com relação à acessibilidade na universidade, que melhoraria a convivência dos que nela transitam, trabalham ou estudam, começa por um conhecimento minucioso desse público por parte das autoridades responsáveis. Assim, seria preciso saber: “Quantos são os cadeirantes, os portadores de necessidades visuais, físicas, os obesos, os idosos, as grávidas e demais?”.

Por ocasião da matrícula, renovação de contrato, entre outras, o usuário/servidor poderia detalhar mais se tem alguma deficiência, incapacidade ou desvantagem e poder-se-ia implementar as devidas adaptações necessárias para que a universidade possa ser frequentada por todos os cidadãos. Considera-se importante a presença de um ergonomista na equipe de arquitetos da instituição, para que, futuramente, não seja necessário fazer ajustes no projeto arquitetônico, o qual deve ser executado seguindo o Projeto Universal e a NBR 9050, com o uso do Símbolo Internacional de Acesso.

Vale ressaltar, também, a distância entre o terminal e a área da saúde (farmácia e clínica de fisioterapia, medicina e psicologia), pois representa um importante obstáculo ao deslocamento de estudantes, funcionários e, principalmente, dos usuários que contribuem com o funcionamento e aprendizagem que ocorrem naqueles ambientes. Assim, notadamente, todos os que precisam utilizar as dependências citadas poderiam acessar tais locais, contando com vans ou veículos abertos que transitassem apenas no interior do campus.

Com relação à disciplina de ergonomia, sugere-se a disposição de mais tempo para ministrar o assunto e mais trabalhos práticos, pois, assim, o estudo de acessibilidade e, conseqüentemente, o conceito de acessibilidade seria melhor contemplado e internalizado. Se o estudante pudesse vivenciar as dificuldades encontradas em várias situações, como uma mãe com carrinho de bebê, uma pessoa com muleta, a lentidão e fraqueza na mobilidade de pessoas acometidas por patologias ou idosos, mulheres grávidas, obesos, etc., poderia compreender melhor o que a acessibilidade propõe e quais as reais condições que os ambientes devem atender para se tornarem verdadeiramente acessíveis.

Quanto à grade curricular, foi sugerido que os conceitos de acessibilidade, cidadania e educação possam ser abordados e discutidos em diferentes situações e disciplinas, para que



os acadêmicos possam se apropriar destes durante os anos na universidade, pois é sabido que a escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos a viver em uma sociedade de informação e de conhecimento. Cabe ao sistema educativo, fornecer a todos condições de desenvolver o espírito crítico e se preparar para lidar com uma quantidade considerável de informações, sabendo distingui-las do verdadeiro conhecimento.

É necessária uma mudança na mentalidade no momento de projetar e construir a universidade. Deve-se, portanto, projetar uma instituição à qual todos tenham acesso. A acessibilidade está estreitamente ligada aos direitos do homem. Todo ser humano deve ir e vir sempre que o desejar, sem qualquer obstáculo ideológico ou físico impedindo seu caminho. Por meio da mobilidade, o sujeito conhece lugares, realiza ações inovadoras, estabelece contato com pessoas, situações e objetos. Sem ela, o existir passa a ser limitado e essa limitação vai contra todas as cláusulas já estabelecidas pelos direitos humanos universais.

## REFERÊNCIAS

ABERGO, Associação Brasileira de Ergonomia. Saiba o que é Ergonomia. Disponível em: <<http://www.abergo.org.br/oqueeergonomia.htm>>. Acesso em: 27 jan. 09.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9284**: Equipamento urbano Classificação. Rio de Janeiro, 1986.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ARROYO, Miguel. A universidade a formação do homem. In: SANTOS, Gislene A. (Org.) **Universidade, Formação, Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

BARANAUKAS, Maria Cecília C.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Acessibilidade em ambientes educacionais: para além das guidelines. **Rev. Online da Bibl Prof. Joel Martins**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 13-23, fev. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BITTENCOURT, L.S et al. Acessibilidade e Cidadania: Barreiras Arquitetônicas e Exclusão Social dos Portadores de Deficiências Físicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: UFMG, 2004. CD ROM.

BONETI, Lindomar Wessler. **Educação exclusão & cidadania**. 3. ed. Ijuí, RS: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2003. 208 p.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização dos textos de Juarez de Oliveira. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. 178 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

BRASIL. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999a**. Regulamenta a Lei 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: DP&A, 1999b. 364 p.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987. 94 p.

CAVALCANTI, Lana De Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p.185-207, maio/ago 2005.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução COFFITO-8, de 19 de fevereiro de 1978a. In: CREFITO, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Org.) **Leis e Atos Normativos das Profissões do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional**. 2. ed. RS/SC: CREFITO 5, 2001.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução COFFITO - 10, de 03 de julho de 1978b. In: CREFITO, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Org.) **Leis e Atos Normativos das Profissões do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional**. 2. ed. RS/SC: CREFITO 5, 2001.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Definição de Fisioterapia**. Disponível em: <[http://www.coffito.org.br/conteudo/con\\_view.asp?secao=27](http://www.coffito.org.br/conteudo/con_view.asp?secao=27)>. Acesso em: 12 ago 2008.

CORDE. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Município & Acessibilidade. Rio de Janeiro: IBAM / DUMA, 1998.

CRUANHES, Maria Cristina dos Santos. **Cidadania: educação e exclusão social**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000. 127 p.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 432 p.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta par a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos**. In: PROJETAR 2003. (Org.). **Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto**. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

DUL, Jan; WEERDMEEESTER, Bernard. **Ergonomia prática**. São Paulo: Edgard Blücher, 1995, 147 p.

DURKHEIM, Émile; FAUCONNET, Paul; LOURENÇO FILHO. **Educação e sociologia**. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 91 p.

FABRIS, Lisiane. **A Disciplina de Terapias Complementares nos Cursos de Fisioterapia: uma proposta curricular**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. Os Direitos Humanos e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Revista da Educação Especial**. v.1, n.1., p. 19-23, ago/2006.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 296p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8.ed. Indaiatubas, SP: Villa das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999. 319 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998a.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**: Ecopedagogia e educação sustentável. São Paulo: Fundação Peiropolis, 2005. p. 24

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 207 p.

GONÇALVES, T.M. **Curso de Pesquisa qualitativa**. (Apostila). Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2006.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como funciona a cidadania**. 2. ed. Manaus: Valer, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa** v. 118, mar. 2003.

JAPIASSÚ, Hilton. Marcondes, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora., 2006

LIMA JR, Paulo. A Apropriação do Referencial Sociocultural pela Pesquisa em Ensino de Ciências: A Relevância do Marxismo nas Principais Obras de Vygotsky. In: Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, 11., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2008, p. 1-12.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000, 115p.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MOURÃO, Ana Lúcia; PEREIRA, Cláudia Fonseca; VITAL, Roberto. Tornando a vida viável. **O Médico & Você**. Brasil, ano 2, n. 3, p. 62-65, 2009.

NÉBIAS, Cleide. Formação dos conceitos científicos e práticas pedagógicas. **Comunic, Saúde, Educ, Águas de Lindóia**, n. 4, p.133-140, fev. 1999.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2002. 320 p.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1998. 135 p.

PRADO JR., Caio. **Teoria do marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Disponível em: <[www.projetobr.com.br/c/document\\_library/get\\_file?fileShortcutId=3&download=true](http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?fileShortcutId=3&download=true)>. Acesso em: 31 maio 2009.

RAIA JR., A. A.; SILVA, A. N. R.; BRONDINO, N. C. M. Comparação entre Medidas de Acessibilidade para Aplicação em Cidades Brasileiras de Médio Porte. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 11., 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPET, 1997. p. 997-1008.

SÁ, Elizabet Dias. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Revista da Educação Especial**. v. 1, n. 1., p. 13-18, ago./2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Ética, Formação, Cidadania. A educação e as nossas ilusões. In: SANTOS, Gislene A. **Universidade, Formação, Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998. 141 p. (Coleção espaços)

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan/fev 1997. Disponível em: <[http://www.saci.org.br/?modulo=akemi&parâmetro=7483 - 45k](http://www.saci.org.br/?modulo=akemi&parâmetro=7483-45k)>. Acesso em: 03 maio de 2009.

SEACIS, Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social. **Porto Alegre acessível para todos**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/seacis>>. Acesso em: 05 fev 2009.

SILVA, Divino José da. A formação universitária em tempos de “sociedade administrada”. In: SANTOS, Gislene A. (Org.) **Universidade, Formação, Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2005. 251 p.

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Projeto Político Pedagógico do curso de Fisioterapia**. Graduação, PPP, p.1-44. Disponível em: <[http://www.unesc.net/graduacao/1\\_15\\_1/docs/20091/ppp\\_fisioterapia.pdf](http://www.unesc.net/graduacao/1_15_1/docs/20091/ppp_fisioterapia.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2009.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001. 288 p.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone Editora, 1988. 228p.

WILD, Bianca. **Marginalização**. Refletindo o conceito. 28 dez 2007. Disponível em: <http://www.ciranda.net/spip/article1968.html>. Acesso em: 05 fev 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease**. Geneva, 1993.

ZANELLA, Andréia Viera. **Vygotsky: contexto, contribuição à psicologia e o contexto de zona de desenvolvimento proximal** – Itajaí: Ed. UNIVALI, 2001. 129 p.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Pesquisa:** A Formação Do Conceito Científico de Acessibilidade para a Educação e Promoção da Cidadania, entre os Formandos dos Cursos de Fisioterapia e Arquitetura da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC<sup>4</sup>

**Responsável:** Juliana Fortuna

**Orientador:** Professor Dr. Paulo Rômulo De Oliveira Frota

**IDENTIFICAÇÃO**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Curso: ( ) Fisioterapia ( ) Arquitetura

Vínculo empregatício: ( ) sim ( ) não Horário: \_\_\_\_\_

Turno que frequenta a universidade:

( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite ( ) Manhã e tarde ( ) Manhã e noite ( ) Tarde e noite

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Quando pensa em acessibilidade o que lhe vem à mente? O que a palavra acessibilidade significa pra você?
2. Durante o curso, quais as disciplinas ministradas que tiveram alguma relação com a acessibilidade? Você poderia me falar um pouco sobre elas?
3. Gostaria que você se imaginasse como uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, por exemplo, como você faria para se locomover dentro do campus da universidade? Você teria alguma dificuldade em termos de acesso a que lugares?
4. O que o termo cidadania significa pra você? O que tem a ver cidadania com a educação? E com a acessibilidade?
5. Se você tivesse poderes para modificar todo o planejamento urbano da UNESC, o que você faria em termos da acessibilidade? Por quê?

---

<sup>4</sup> Esse título foi modificado após a realização das entrevistas

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Estamos realizando um projeto para a Dissertação do Mestrado em Educação intitulado “A Formação do Conceito Científico de Acessibilidade para a Educação e Promoção da Cidadania, entre os Formandos do Curso de Fisioterapia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc<sup>5</sup>”. O (a) Sr (a) foi plenamente esclarecido de que participando deste projeto, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como um dos objetivos: Verificar a partir dos aportes teórico-educacionais de acessibilidade, educação e cidadania, se o conceito de acessibilidade internalizado pelos acadêmicos ao final do curso de fisioterapia e arquitetura prediz que os futuros profissionais terão uma prática voltada para a promoção da cidadania. Embora o (a) Sr (a) venha a aceitar a participar neste projeto, estará garantido que o (a) Sr (a) poderá desistir a qualquer momento bastando para isso sua informação da decisão. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro o (a) Sr (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízo por participar dela. Os dados referentes ao Sr (a) serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sendo que o (a) Sr (a) poderá solicitar informações durante todas as fases do projeto, inclusive após a publicação dos dados a partir desta. Autoriza ainda a gravação da voz na oportunidade da entrevista.

A coleta de dados será realizada pela Mestranda Juliana Fortuna (fone: 9128-2169) do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e orientada pelo Professor Dr. Paulo Rômulo de Oliveira Frota. O telefone do Comitê de ética é 3431-2723.

Criciúma (SC) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

---

Assinatura do Participante

---

<sup>5</sup> Esse título foi modificado após a realização das entrevistas

**ANEXO**

## Parecer Consubstanciado de Projeto de Pesquisa

**Título do Projeto:** A formação do conceito científico de acessibilidade para a educação e promoção da cidadania, entre os formandos dos cursos de fisioterapia e arquitetura da universidade do extremosul catarinense - unesc

**Pesquisador Responsável :** Juliana Fortuna

**Data da Versão** 06/05/2008

**Cadastro** 131

**Data do Parecer** 06/05/2008,

**Grupo e Área Temática** **Classificação utilizada pela CONEP**

### Objetivos do Projeto

"...verificar a partir dos aportes teórico-educacionais de acessibilidade, educação e cidadania, se o conceito de acessibilidade internalizado pelos acadêmicos ao final do curso de fisioterapia e arquitetura prediz que os profissionais terão uma prática voltada para a promoção da cidadania.

### Sumário do Projeto

Itens Metodológicos e Éticos	Situação
Título	Adequado
Autores	Adequados
Local de Origem na Instituição	Adequado
Projeto elaborado por patrocinador	Não informado
Aprovação no país de origem	Não encaminhado
Local de Realização	Própria instituição
Outras instituições envolvidas	Não informado
Condições para realização	Não informada

Comentários sobre os itens de Identificação

Introdução	Comentário
------------	------------

Comentários sobre a Introdução

-Se o objetivo é verificar se o conceito de acessibilidade internalizado pelos acadêmicos possibilitará uma prática para a promoção da cidadania, sugiro uma melhor explicitação de qual a perspectiva de cidadania está sendo posta em questão.

Objetivos	Comentário
-----------	------------

Comentários sobre os Objetivos

Sugiro que o objetivo seja definido com o recorte mais específico indicado pelo título do projeto

Pacientes e Métodos	Comentário
Delineamento	Total Local
Tamanho de amostra	Adequado
Cálculo do tamanho da amostra	Não
Participantes pertencentes a grupos especiais	Adequada
Seleção equitativa dos indivíduos participantes	Comentário
Crítérios de inclusão e exclusão	Comentário
Relação risco- benefício	Comentário
Uso de placebo	Comentário
Período de suspensão de uso de drogas (wash out)	Não utiliza
Monitoramento da segurança e dados	Comentário
Avaliação dos dados	Comentário
Privacidade e confidencialidade	Comentário
Termo de Consentimento	Comentário
Adequação às Normas e Diretrizes	Não

## Comentários sobre os itens de Pacientes e Métodos

O projeto não prevê pacientes, mas sujeitos pesquisados. Há necessidade de alteração do formulário para o parecer. Este formulário é tendencioso.

Considero que o campo de pesquisa estão bem definido, porém a forma de definição da amostra carece de elementos para sua definição. A autora afirma querer entrevistar 20 alunos do total de 40 e o critério apresentado é o da disponibilidade do entrevistado se o mesmo "consentir em ser entrevistado". Se os 40 alunos conseguirem como diminuirá para 20.

Ademais, não há nenhuma justificativa para a escolha paritária de sexos, uma vez que a questão de gênero é a apresentada como influência para a internalização de conceito.

Cronograma	Adequado
Data de início prevista	maio de 2008
Data de término prevista	julho de 2008
Orçamento	Ausente
Fonte de financiamento externa	Não Informado

Comentários sobre o Cronograma e o Orçamento

Referências Bibliográficas	Comentário
----------------------------	------------

Comentários sobre as Referências Bibliográficas

## Recomendação

**Aprovar**

Comentários Gerais sobre o Projeto



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO: FISIOTERAPIA  
DISCIPLINA: ERGONOMIA I  
CRÉDITOS: 04

CÓDIGO: 1844  
CARGA HORÁRIA: 60 H/A

PERÍODO: 2006/01

TURNO: INTEGRAL

### PLANO DE ENSINO

1. **MISSÃO DA UNESC:** Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida.

2. **OBJETIVOS DO CURSO:**

**Objetivo Geral:** Formar um profissional compatível com a necessidade real da saúde da população. Atuar integrado com outros cursos da área da saúde e buscar a integração do ensino, da pesquisa e da extensão de forma a gerar o conhecimento da realidade da saúde da população e transformá-la em solução.

#### **2.2. Objetivos Específicos:**

- ✓ Formar um profissional generalista;
- ✓ Atuar nos vários segmentos da comunidade;
- ✓ Capacitar a atuação científica e análise crítica da realidade para uma atuação compatível com a real necessidade de saúde da população.

3. **EMENTA**

Análise dos gestos humanos nas atividades da vida diária, no trabalho e no lazer. Postura normal e suas alterações em ambientes de trabalho. Metodologia de análise ergonômica do trabalho análise da tarefa e da atividade. Diagnóstico dos problemas ergonômicos e elaboração e implantação de projetos ergonômicos.

3.1. **HABILIDADES**

- ✓ Investigar as condições ambientais e organizacionais desfavoráveis para o desempenho de atividade humana, em especial atividades de trabalho;
- ✓ Aplicar os conhecimentos de Ergonomia e Saúde do Trabalhador na dinâmica fisioterapêutica, de avaliação e tratamento de pacientes e de prevenção nas situações de trabalho;
- ✓ Intervir no desenvolvimento das condições de trabalho na perspectiva da saúde, segurança e qualidade de vida;
- ✓ Promover a saúde ocupacional dentro das organizações, através da articulação dos conhecimentos de Ergonomia e das normas de saúde e segurança.
- ✓ Identificar demandas e desenvolver ações, dentro de uma compreensão sistêmica com relação à saúde do trabalhador.

3.2. **COMPETÊNCIAS**

- ✓ Conhecer a Ergonomia e sua evolução, bem como seu significado social;
- ✓ Mobilizar os conhecimentos referentes à Ergonomia para aplicações em condições reais;
- ✓ Conhecer a legislação referente à Segurança e Saúde do trabalhador, em especial a referente à Ergonomia;

- ✓ Avaliar postos de trabalho com relação às suas características ambientais e de adaptação ao homem;
- ✓ Capacidade de participar de trabalhos de investigação ergonômica, identificando alterações e traçando recomendações.

#### 4. OBJETIVOS DA DISCIPLINA

**4.1. GERAIS:** Apresentar os alunos aos principais temas da Ergonomia, destacando o papel do Fisioterapeuta na aplicação dessa ciência.

#### 4.2. ESPECÍFICOS:

1. Oferecer referencial teórico-prático para análise, crítica e utilização dos métodos e conceitos de ergonomia para a adaptação do trabalho ao homem;
2. Preparar o aluno para o trabalho multidisciplinar na área de ergonomia;
3. Capacitar o aluno a analisar e adaptar postos de trabalho, ambientes e produtos.

#### 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA

→ Apresentação da disciplina / Apresentação de vídeo – 2 h/a;

##### Unidade I - INTRODUÇÃO À ERGONOMIA

→ História e Evolução da Ergonomia / Origem / Definições / Escolas no mundo / Ergonomia no Brasil / Modalidades de Intervenção Ergonômica – 2 h/a;

→ Estrutura da Saúde Ocupacional nas empresas – SESMT / Dimensionamento do SESMT / Competências de cada profissional / PCMSO / Os riscos ambientais e PPRa / Papel das DRT's - 4 h/a;

→ Introdução à Visão Sistêmica da Ergonomia / Legislação Brasileira / EPI's / Normas Regulamentadoras – NR 1, NR 17 / Análise Crítica da Realidade Brasileira – 2 h/a;

##### Unidade II – AMBIENTE DE TRABALHO E DE ATIVIDADE

→ Iluminação / Visão – percepção visual, campo visual, medidas de iluminação, relações, acomodação, fadiga visual, iluminação no trabalho e atividade. Estudo de Caso I – 6 h/a;

→ Cores - espectro luminoso, histórico e significado, adaptações visuais – 2 h/a

→ Som/Ruído – percepção auditiva, escalas de medida, fontes de ruído, efeitos, proteção auditiva – 2 h/a;

→ Clima nos ambientes – homeostasia, conforto, altas temp., baixas temp., adaptações fisiológicas – 2 h/a;

→ Vibração – efeitos fisiológicos, equipamentos e máquinas – 2 h/a;

→ Avaliação Teórica – discursiva 2 h/a;

##### Unidade III – O HOMEM NO TRABALHO E EM ATIVIDADE

→ Biomecânica Ocupacional. Estudo de Caso II - 4 h/a;

→ Dimensionamento do local de trabalho – Nota Técnica 060/2001 / Trabalho em Pé, Trabalho Sentado, Postura e Adequações, Sobrecarga Postural – 8 h/a;

→ Atividade Pesada e de Precisão – manuseio de cargas, adequações às atividades, adaptações fisiológicas.- 4 h/a;

→ Cineantropometria / Avaliação da Condição Física para o trabalho – 6 h/a;

→ Apresentação de Seminários - Postos de Trabalho - 4 h/a;

##### Unidade IV – SAÚDE OCUPACIONAL

- Jornada de trabalho e trabalho por turnos - 2 h/a;
- Doenças Profissionais e Doenças do Trabalho – 4 h/a;
- Avaliação Teórica – discursiva 2 h/a.

## 6. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas interativas e dialogadas;  
 Leitura e discussão de textos;  
 Visita a situação real de trabalho;  
 Exercícios práticos;  
 Estudos do meio;  
 Simpósios e debates;  
 Seminários;  
 Estudos de caso;

## 7. RECURSOS DIDÁTICOS

Serão utilizados livros, artigos científicos, textos, transparências, tabelas, gráficos, materiais complementares como catálogo de móveis, revistas, jornais, vídeos, gravações em fita k-7, amostra de produtos, dinamômetro, paquímetro, estadiômetro, além de fita métrica e modelos de EPI's.

## 8. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Duas avaliações teóricas  
 Um trabalho em grupo - Seminário.  
 Dois estudos de caso.

## 9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUL, J. & WEERDMEESTER, B. **Ergonomia Prática**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**. Porto Alegre: Bookman, 1998.

HAMIL, J. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 1999.

KNUDSON, D. V. **Análise Qualitativa do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 2001.

LONGEN, Willians C. **Ginástica Laboral na Prevenção de LER/DORT ? Um Estudo Reflexivo em uma Linha de Produção**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – ênfase em Ergonomia / UFSC. Florianópolis: UFSC, 2003.

**Manual de Aplicação da Norma Regulamentadora Nº 17**. Brasília: TEM, SIT, 2002.

PANERO, J.; ZELNIK M. **Las Dimensiones Humanas en Los Espacios Interiores: Estándares Antropométricos**. 9ª ed. México: Ediciones G. Gili, 2001.

PETROSKI, E. **Antropometria: Técnicas e Padronizações**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.



RANNEY, D. **Distúrbios Osteomusculares Crônicos Relacionados ao Trabalho**. São Paulo: Roca, 2000.

## 10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUNÇÃO, A. A.; LUZ, M. **Estudo Ergonômico das Condições de Trabalho no Banco de Leite Humano/HC**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ASSUNÇÃO, A. A. **Os Aspectos Biomecânicos Explicam os Problemas músculo-esqueléticos em trabalhadores expostos a tarefas repetitivas?** Belo Horizonte: ANAMT, 2000.

BOWLER, R. M. **Segredos em Medicina do Trabalho: Respostas Necessárias ao dia a dia em rouds, na clínica, em exames orais e escritos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DEJOURS, C. **O Fator Humano**. Tradução: Maria Stocco e Maria Tonelli. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, W. G.; MELO, S. I. L. **LER/DORT – A Psicossomatização no Processo de Surgimento e Agravamento**. Florianópolis: CEFID/UDESC, 2001.

LIDA, I. **Ergonomia: Projeto e Produção**. São Paulo: Edgard Blucher, 1990.

LIMA, M. E.; ARAÚJO, José N; LIMA, Francisco de Paula. **L.E.R. – Dimensões Ergonômicas e Psicossociais**. Belo Horizonte: Health, 1997.

LONGEN, Willians C. **Influência Psicossomática em Pacientes Portadores de Cervicalgia e Cervicobraquialgia de Origem Tensional**. Curitiba: Fisioterapia em Movimento, v.7, n.2 out/março, 1995, pág. 12 – 24.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

**CURSO: FISIOTERAPIA**

DISCIPLINA: ERGONOMIA II  
CRÉDITOS: 04

CÓDIGO: 1850  
CARGA HORÁRIA: 60 H/A

PERÍODO: 2006/2

TURNOS: INTEGRAL

### PLANO DE ENSINO

3. **MISSÃO DA UNESC:** Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida.

#### 2. OBJETIVOS DO CURSO:

2.1. **Objetivo Geral:** Formar um profissional compatível com a necessidade real da saúde da população. Atuar integrado com outros cursos da área da saúde e buscar a integração do ensino, da pesquisa e da extensão de forma a gerar o conhecimento da realidade da saúde da população e transformá-la em solução.

#### 2.2. Objetivos Específicos:

- Formar um profissional generalista;
- Atuar nos vários segmentos da comunidade;
- Capacitar a atuação científica e análise crítica da realidade para uma atuação compatível com a real necessidade de saúde da população.

#### 4. EMENTA

Análise dos gestos humanos nas atividades da vida diária, no trabalho e no lazer. Postura normal e suas alterações em ambientes de trabalho. Metodologia de análise ergonômica do trabalho análise da tarefa e da atividade. Diagnóstico dos problemas ergonômicos e elaboração e implantação de projetos ergonômicos.

#### 3.1 HABILIDADES

- ✓ Associar os conhecimentos da Ergonomia para aplicá-la através da Análise Ergonômica do Trabalho;
- ✓ Aplicar os conhecimentos de Ergonomia e Saúde do Trabalhador na dinâmica fisioterapêutica, de avaliação e tratamento de pacientes e de prevenção nas situações de trabalho;
- ✓ Criatividade associada ao conhecimento teórico para direcionar das recomendações ergonômicas;
- ✓ Promover a saúde ocupacional dentro das organizações, através da articulação dos conhecimentos de Ergonomia e das normas de saúde e segurança.
- ✓ Pesquisar sobre as condições ergonômicas no desempenho humano em diferentes atividades, em especial as de trabalho;
- ✓ Identificar demandas e desenvolver ações, dentro de uma compreensão sistêmica com relação à Saúde do Trabalhador.

#### 3.2. COMPETÊNCIAS

- ✓ Reconhecer situações em que a intervenção ergonômica se faça necessária;
- ✓ Mobilizar os conhecimentos referentes à Ergonomia para aplicações em condições reais;

- ✓ Analisar postos de trabalho com relação às suas condições de adaptação ao homem;
- ✓ Conhecer a legislação referente à Segurança e Saúde do trabalhador, em especial a referente à Ergonomia;
- ✓ Capacidade de participar de trabalhos de investigação ergonômica, diagnosticando alterações e traçando recomendações;
- ✓ Elaborar projetos de Intervenção Ergonômica, bem como em Fisioterapia do Trabalho;

#### **4. OBJETIVOS DA DISCIPLINA**

4.1. GERAIS: Apresentar os alunos aos principais temas da Ergonomia e refletir sobre o papel do fisioterapeuta.

4.2. ESPECÍFICOS:

4. Oferecer referencial teórico-prático para análise, crítica e utilização dos métodos e conceitos de Ergonomia para a adaptação do trabalho ao homem;
5. Preparar o aluno para o trabalho multidisciplinar na área de Ergonomia;
6. Capacitar o aluno a analisar e adaptar postos de trabalho, ambientes e produtos.

#### **5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA**

- Apresentação da Disciplina / 1 vídeo - 2 h/a;
- Organização do Trabalho - Psicossomática e Adoecimento - 4 h/a;
- Sistema Homem-Máquina - 2 h/a;
- Usabilidade - Estudo de Caso I - 2 h/a;
- Análise Ergonômica do Trabalho (AET) - 10 h/a;
- Ginástica Laboral - 2 h/a;
- Dinâmica de Ginástica Laboral - 4 h/a;
- Avaliação Teórico discursiva - 4 h/a;
- Projeto Universal - 8 h/a;
- Seminários - Princípios do Projeto Universal - 6 h/a;
- Reabilitação Industrial e o papel do Fisioterapeuta - 2 h/a;
- Avaliação das Capacidades Funcionais - 2 h/a;
- Visita à empresa - atividade prática - 4 h/a;
- Apresentação de Trabalhos de AET - 8 h/a;

#### **6. METODOLOGIA DE ENSINO**

Aulas interativas e dialogadas;  
 Leitura e discussão de textos;  
 Exercícios práticos;  
 Estudos do meio;  
 Simpósios, debates e seminários;  
 Estudos de Caso.

#### **7. RECURSOS DIDÁTICOS**

Serão utilizados livros, artigos científicos, textos, transparências, tabelas, gráficos, materiais complementares como catálogo de móveis, revistas, jornais, vídeos, gravações em vídeo, além de fita métrica e modelos de EPI's.

#### **8. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Uma avaliação teórico discursiva;  
Seminários;  
Uma apresentação de trabalho de AET;  
Dois Estudos de caso.

## 9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CODO, Wanderley; ALMEIDA, Maria Celeste C. G. **LER – Lesões por Esforços Repetitivos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DUL, J. & WEERDMEESTER, B. **Ergonomia Prática**. São Paulo: Edgard Blucher, 1991.

GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**. Porto Alegre: Bookman, 1998.

HAMIL, Joseph. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 1999.

KNUDSON, Duane V. **Análise Qualitativa do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 2001.

LIMA, Maria E; ARAÚJO, José N; LIMA, Francisco de Paula. **L.E.R. – Dimensões Ergonômicas e Psicossociais**. Belo Horizonte: Health, 1997.

LONGEN, Williams C. **Influência Psicossomática em Pacientes Portadores de Cervicalgia e Cervicobraquialgia de Origem Tensional**. Revista Fisioterapia em Movimento. Curitiba: Champagnhar. v.7, n.2 out/março, 1995, pág. 12 – 24.

NORMA REGULAMENTADORA 17. **Ministério do Trabalho – NR 17: Manual de Utilização**. Brasília: Mtb, SSST, 2002.

PETROSKI, E. **Antropometria: Técnicas e Padronizações**. Porto Alegre: Pallotti, 1999.

RANNEY, Don. **Distúrbios Osteomusculares Crônicos Relacionados ao Trabalho**. São Paulo: Roca, 2000.

## 10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUNÇÃO, Ada A.; LUZ, Micheline. **Estudo Ergonômico das Condições de Trabalho no Banco de Leite Humano/HC**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CYBIS, W. A. e MICHEL, G. **Avaliação Ergonômica da Urna Eletrônica**. Campinas-SP: II Workshop de Fatores Humanos e Sistemas Informatizados, 1999.

FILHO, Gilsée I. R. **Lesões por Esforços Repetitivos em Cirurgiões Dentistas: Aspectos Epidemiológicos, Biomecânicos e Clínicos – uma Abordagem Ergonômica**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2000.

ISO. **ISO 9241-10. Ergonomic Requirements for Office Work with Visual Display Terminals ( VDTs ) – Dialogue Principles**. Zurique, 1994.

LABIUTIL. **Laboratório de Utilizabilidade-UFSC**. Florianópolis, 2001.

LONGEN, Willians C. **Avaliação da Usabilidade de dois Modelos de Aparelhos de Estimulação Nervosa Elétrica Transcutânea - TENS**. Revista Reabilitar. São Paulo: Pancast, n. 17, v.4, 2002.

LONGEN, Willians C. **Ginástica Laboral na Prevenção de LER/DORT ? Um Estudo Reflexivo em uma Linha de Produção**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – ênfase em Ergonomia / UFSC. Florianópolis: UFSC, 2003.



MEDEIROS, Marco A.; CYBIS, Walter de Abreu. **Método de Avaliação de Usabilidade de Software a partir da Satisfação de Usuários e da Aplicação de Quesitos da Norma ISO 9241**. Gramado-RS : III Workshop sobre Fatores Humanos em Sistemas e Computação, 2000.

SANTOS, Neri dos. **Manual de Análise Ergonômica do Trabalho**. 2ª ed. Curitiba: Genesis, 1997.

SZNELWAR, Laerte I.; SILVA, Luís A. **O Trabalho Humano com Sistemas Informatizados no Setor de Serviços**. São Paulo: Plêiade, 2000.



Prática Fisioterapêutica				02	04	02	04	22	22	22	78	1170
Educação Psicomotora				04							04	60
Fisioterapia Pediátrica				04							04	60
Fisioterapia Ortopédica, Traumatológica e Reumatológica					08	06	02				16	240
Fisioterapia Neurológica					08	06	02				16	240
Fisioterapia Córdio- Respiratória					08	06	02				16	240
Fisioterapia Geriátrica					04						04	60
Fisioterapia Ginecológica e Obstétrica						04					04	60
Ergonomia						04	04				08	120
Terapias Alternativas em Fisioterapia						04	04				08	120
Administração em Fisioterapia							04				04	60
Fisioterapia Preventiva							04				04	60
Fisioterapia Estética							02				02	30
Fisioterapia Esportiva							02				02	30
Fisioterapia de Órgãos e Sistemas							02				02	30
Ética e Deontologia								02			02	30
Seminário								02	04	04	10	150
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>32</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>294</b>	<b>4410</b>

 <b>UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE</b> 	
<b>Curso: Fisioterapia</b>	
<b>Nome da Disciplina: Ergonomia e Fisioterapia do Trabalho</b> <span style="float: right;"><b>Código: 7065</b></span>	
<b>Carga Horária Semanal (h/a): 06 h/a</b>	<b>Carga Horária Semestral Total (h/a): 108 h/a</b>
<b>Carga Horária Teórica: 86 h/a</b>	<b>Carga Horária Prática: 22 h/a</b>
<b>Período: 2008/2</b>	<b>Turno: Integral</b>
<b>Docente Responsável: Prof. Ms. Willians Cassiano Longen</b> Curriculum pessoal on-line - CNPq: <a href="http://lattes.cnpq.br/3262550487358686">http://lattes.cnpq.br/3262550487358686</a>	

### PLANO DE ENSINO

**MISSÃO DA UNESC:** Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida.

#### **OBJETIVOS DO CURSO:**

**Objetivo Geral:** Formar um profissional compatível com a necessidade real da saúde da população. Atuar integrado com outros cursos da área da saúde e buscar a integração do ensino, da pesquisa e da extensão de forma a gerar o conhecimento da realidade da saúde da população e transformá-la em solução.

#### **2.2. Objetivos Específicos:**

- ✓ Formar um profissional generalista;
- ✓ Atuar nos vários segmentos da comunidade;
- ✓ Capacitar a atuação científica e análise crítica da realidade para uma atuação compatível com a real necessidade de saúde da população.



### **3. EMENTA**

Análise dos gestos humanos nas atividades da vida diária, no trabalho e no lazer. Postura normal e suas alterações em ambientes de trabalho. Metodologia de análise ergonômica do trabalho análise da tarefa e da atividade. Diagnóstico dos problemas ergonômicos e elaboração e implantação de projetos ergonômicos.

#### **3.1. HABILIDADES**

- ✓ Investigar as condições ambientais e organizacionais desfavoráveis para o desempenho de atividade humana, em especial atividades de trabalho;
- ✓ Aplicar os conhecimentos de Ergonomia e Saúde do Trabalhador na dinâmica fisioterapêutica, de avaliação e tratamento de pacientes e de prevenção nas situações de trabalho;
- ✓ Intervir no desenvolvimento das condições de trabalho na perspectiva da saúde, segurança e qualidade de vida;
- ✓ Promover a saúde ocupacional dentro das organizações, através da articulação dos conhecimentos de Ergonomia e das normas de saúde e segurança.
- ✓ Identificar demandas e desenvolver ações, dentro de uma compreensão sistêmica com relação à saúde do trabalhador.

#### **3.2. COMPETÊNCIAS**

- ✓ Conhecer a Ergonomia e sua evolução, bem como seu significado social;
- ✓ Mobilizar os conhecimentos referentes à Ergonomia para aplicações em condições reais;
- ✓ Conhecer a legislação referente à Segurança e Saúde do trabalhador, em especial a referente à Ergonomia;
- ✓ Avaliar postos de trabalho com relação às suas características ambientais e de adaptação ao homem;
- ✓ Capacidade de participar de trabalhos de investigação ergonômica, identificando alterações e traçando recomendações.

#### 4. OBJETIVOS DA DISCIPLINA

**4.1. GERAIS:** Apresentar os alunos aos principais temas da Ergonomia, destacando o papel do Fisioterapeuta na aplicação dessa ciência.

#### 4.2. ESPECÍFICOS:

1. Oferecer referencial teórico-prático para análise, crítica e utilização dos métodos e conceitos de ergonomia para a adaptação do trabalho ao homem;
2. Preparar o aluno para o trabalho multidisciplinar na área de ergonomia;
3. Capacitar o aluno a analisar e adaptar postos de trabalho, ambientes e produtos.

#### 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA

CARGA HORÁRIA TEÓRICA E PRÁTICA		CONTEÚDO
2	-	Apresentação do Professor, da Disciplina e do Planejamento da Disciplina; Fisioterapia do Trabalho e Possibilidades de Atuação do Fisioterapeuta;
4	-	<b>I - PATOLOGIA DO TRABALHO</b> - Ambiente Toxicológico, Riscos Ambientais e Doenças Profissionais - Doenças Relacionadas ao Trabalho - Acidentes do Trabalho;
4	2	<b>Seminário sobre Riscos Químicos e Impactos sobre Órgãos e Sistemas (peso 2,0)</b>
2	-	Riscos Ocupacionais e Risco Ergonômico e suas Dimensões;
4	-	<b>II - INTRODUÇÃO À ERGONOMIA</b> - História e Evolução da Ergonomia / Origem / Definições / Escolas no mundo / Ergonomia no Brasil / Modalidades de Intervenção Ergonômica;
4	-	<b>III - FATORES AMBIENTAIS</b> - 3.1 Iluminação / Visão - percepção visual, campo visual, medidas de iluminação, relações, acomodação, fadiga visual, iluminação no trabalho e atividade;
2	-	3.2 Cores - espectro luminoso, histórico e significado, adaptações visuais;
2	-	3.3 Ruído - percepção auditiva, escalas de medida, fontes de ruído, efeitos,

		proteção auditiva;
2	-	3.4 Temperatura e Sensação Térmica - homeostasia, conforto, altas temp., baixas temp., adaptações fisiológicas - <b>Estudo de Caso (peso 2,0)</b> ;
2	-	3.5 Vibração - efeitos fisiológicos, equipamentos e máquinas;
2	-	<b>IV - SAÚDE DO TRABALHADOR NAS EMPRESAS</b> - Estrutura da Saúde Ocupacional nas empresas - SESMT / Dimensionamento do SESMT / Competências de cada profissional / PCMSO / Os riscos ambientais e PPRA / Norma Regulamentadora no 17;
2	-	<b>Avaliação Teórica – discursiva (peso 10)</b>
6	1	<b>V - FISIOLOGIA E BIOMECÂNICA DO TRABALHO</b> - Trabalho Muscular Dinâmico e Estático. Fisiologia do Esforço Músculo Esquelético.
4		Biomecânica Ocupacional - Regulações e Adaptações às Variações Posturais
8	2	Dimensionamento do local de trabalho - Nota Técnica 060/2001 / Trabalho em Pé, Trabalho Sentado, Postura e Adequações, Sobrecarga Postural; <b>Seminário Adaptações Fisiológicas no Trabalho.</b>
4	-	Atividade Pesada e de Precisão - manuseio de cargas, adequações às atividades, adaptações fisiológicas;
3	1	Cineantropometria - Correlações Antropométricas e Dimensionais
-	2	Cineantropometria - Diagnóstico da Inadaptação e Recomendações Ergonômicas
4	-	Sistema Homem-Máquina e Usabilidade;
2	-	<b>VI - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b> - Aspectos Organizacionais;
4	-	Jornada de trabalho e Trabalho por turnos;
4	-	<b>VII - ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO</b> - AET (Demanda; Tarefa; Atividade; Diagnóstico Ergonômico; Recomendações Ergonômicas);
2	1	Métodos para Avaliação Ergonômica do Trabalho (Observações Sistemáticas Diretas e Indiretas do Trabalho, Cronologia do Trabalho);
2	2	Análise Gestual da Atividade de Trabalho (Método RULA e NIOSH);
2	1	Instrumentos de Avaliação de Sintomas e Funcionalidade do Trabalhador;
2	-	<b>VIII - AMBULATÓRIO NA EMPRESA</b> – Fisioterapia Industrial;

		Avaliação de Capacidades Funcionais e Diagnóstico Cinesiológico Funcional do Trabalhador;
-	4	<b>Apresentação de Seminários - Postos de Trabalho (peso 10)</b>
2	2	<b>IX - CINESIOTERAPIA LABORAL</b> - Preparatória, Compensatória e Corretiva;
1	-	Modelo de Elaboração de Projetos de Intervenção Ergonômica;
2	2	<b>X - PROJETO UNIVERSAL</b> - Acessibilidade;
2	-	<b>Avaliação Teórica - Discursiva (peso 10)</b>
-	2	Discussão dos Resultados da Avaliação, Devolutiva das Correções e Encerramento

## 6. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas interativas e dialogadas;

Leitura e discussão de textos;

Visita a situação real de trabalho;

Exercícios práticos;

Estudos do meio;

Simpósios e debates;

Seminários;

Estudos de caso;

## 7. RECURSOS DIDÁTICOS

Serão utilizados livros, artigos científicos, textos, tabelas, gráficos, materiais complementares como vídeos, sites de Internet, mostra de produtos, coluna vertebral de resina, goniômetro, dinamômetro, paquímetros, estadiômetro, eletromiógrafo (EMG) e fita métrica. Data Show e quadro negro.

## 8. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

- . Duas avaliações individuais teóricas (peso 10 cada);
- . Uma nota composta por: Seminário sobre Riscos Químicos e Doenças Ocupacionais (peso 2,0) + Seminário sobre Adaptações Fisiológicas no Trabalho (peso 2,0) + Estudo de Caso sobre Temperatura (peso 2,0) + 4 Questionários Objetivos e Individuais (peso 1,0);
- . Um trabalho de Grupo de Análise Ergonômica do Trabalho (peso 10);

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUL, J. & WEERDMEESTER, B. **Ergonomia Prática**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
- GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**. Porto Alegre: Bookman, 1998.
- HAMIL, J. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 1999.
- KNUDSON, D. V. **Análise Qualitativa do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 2001.
- LONGEN, Willians C. **Ginástica Laboral na Prevenção de LER/DORT ? Um Estudo Reflexivo em uma Linha de Produção**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – ênfase em Ergonomia / UFSC. Florianópolis: UFSC, 2003.
- MANUAL DE APLICAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA. **NR-17**. Brasília: TEM, SIT, 2002.
- PANERO, J.; ZELNIK M. **Las Dimensiones Humanas en Los Espacios Interiores: Estándares Antropométricos**. 9ª ed. México: Ediciones G. Gili, 2001.
- PETROSKI, E. **Antropometria: Técnicas e Padronizações**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.
- RANNEY, D. **Distúrbios Osteomusculares Crônicos Relacionados ao Trabalho**. São Paulo: Roca, 2000.

### Bibliografia Complementar

- ASSUNÇÃO, A. A.; LUZ, M. **Estudo Ergonômico das Condições de Trabalho no Banco de Leite Humano/HC**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ASSUNÇÃO, A. A. **Os Aspectos Biomecânicos Explicam os Problemas músculo-esqueléticos em trabalhadores expostos a tarefas repetitivas?** Belo Horizonte: ANAMT, 2000.

BOWLER, R. M. **Segredos em Medicina do Trabalho: Respostas Necessárias ao dia a dia em rouds, na clínica, em exames orais e escritos.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DEJOURS, C. **O Fator Humano.** Tradução: Maria Stocco e Maria Tonelli. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, W. G.; MELO, S. I. L. **LER/DORT - A Psicossomatização no Processo de Surgimento e Agravamento.** Florianópolis: CEFID/UEDESC, 2001.

LIDA, I. **Ergonomia: Projeto e Produção.** São Paulo: Edgard Blucher, 1990.

LONGEN, Willians C.; GREGÓRIO, Carla D.; KÖSMANN, Claudiomar; SANTOS, J. Ricardo S. **Estudo Ergonômico do Trabalho do Operador de Cortadeira de Frente na Mineração do Carvão: A Ergonomia de Correção Aplicada em um Modelo Participativo.** Anais do I CONFIT - CONGRESSO INTERNACIONAL DE FISIOTERAPIA DO TRABALHO. São Paulo: ANAFIT, 2004.

LONGEN, Willians C. Avaliação da Usabilidade de dois Modelos de Aparelhos de Estimulação Neuronal Transcutânea - TENS. **Revista Reabilitar.** São Paulo, v. 1 ano 4, 2002. p. 10-15.

LONGEN, Willians C. **Influência Psicossomática em Pacientes Portadores de Cervicalgia e Cervicobraquialgia de Origem Tensional.** Curitiba: Fisioterapia em Movimento, v.7, n.2 out/março, 1995, pág. 12 - 24.

MENDES, R. **Patologia do Trabalho.** Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.

---

Professor

---

Coord. Curso

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)